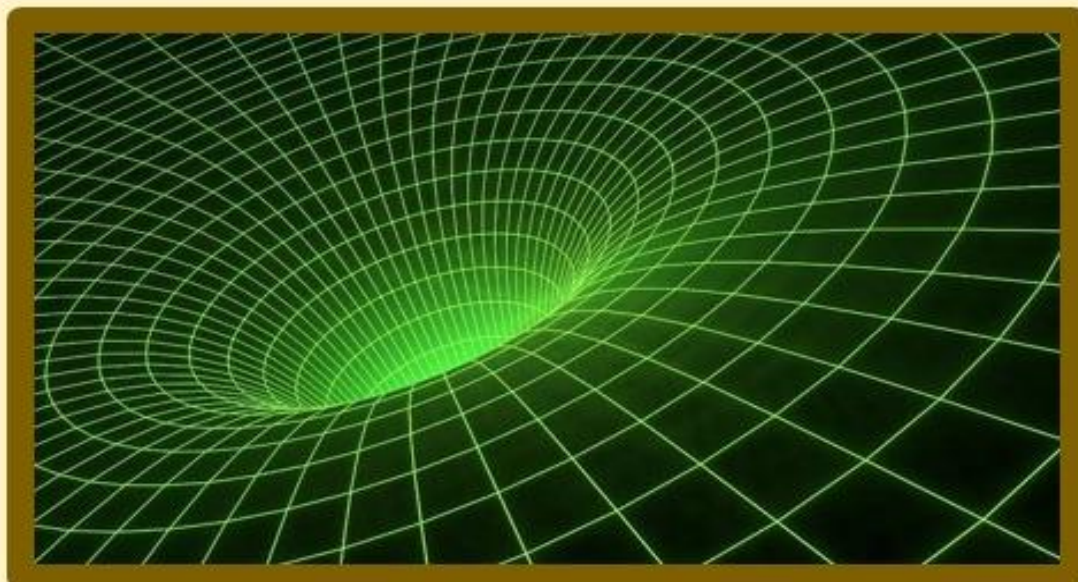


v.1, n.4, 2024 - Agosto

## Revista Multidisciplinar



Fonte: <https://oscabecasdanoticia.com.br/2021/07/talvez-o-universo-tenha-o-formato-de-uma-rosquinha/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



O Conhecimento  
é o horizonte  
de eventos.

**ISSN: 2966-0599**  
[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)  
[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)  
Periódico Científico Indexado

**Expediente**  
**Revista O Universo Observável**  
**ISSN: [2966-0599](https://doi.org/10.21909/2966-0599) (online)**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)  
[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

Editor-chefe: Me. Wagner Anonio Farias Doncev

Editores executivos: Esp. Elza Nunes de Souza, Dr. Rogério Cesar de Lara da Silva, Me. Juliete da Paixão Vidal, Dr. Lucas Wagner Ribeiro Aragão, Dra. Viviane Mallmann e Esp. Priscilla Teodora Gonçalves.

Editores adjuntos: Esp. Luana de Souza Ramalho

### **Revisores**

Me. Daniel Branco de Morais  
Ma. Cintia Cristina Domiciano Adão  
Ma. Nayara Bach Franco de Aquino  
Esp. Melquizedeque Ramos Feitoza  
Esp. Arthur Freire Farias Doncev  
Esp. Ricardo Alex Bruhn Otero  
Ma. Tatiane Raquel Santana da Cruz

Esp. Tayna Souza Porto Manvailer  
Esp. Pedro Gomes Manvailer  
Ma. Karine Moura  
Ma. Priscilla Patricio de Holanda  
Dr. Marcio de Freitas Santa Ana  
Esp. Ricardo Alex Bruhn Otero



O Conhecimento  
é o horizonte  
de eventos.

ISSN: 2966-0599

[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

Periódico Científico Indexado

**Periodicidade da publicação:** Mensal

**Idioma:** Aceitos artigos escritos em Português Inglês e Espanhol

A “Revista O Universo Observável” (com ênfase em Ciências Exatas). tem por finalidade, divulgar textos originais e inéditos em todas as Áreas do Conhecimento (multidisciplinar).

Tendo sua periodicidade Mensal, de acesso aberto e submissão contínua, a Revista acolhe artigos e ensaios de pesquisadores ou grupo de pesquisadores, docentes e discentes de Instituições de Ensino Superior, no âmbito da graduação, como também, da Pós-graduação.

## Autor Corporativo



O Conhecimento é o  
horizonte de  
eventos.

**Editora**

**O Universo Observável**

**CNPJ: 57.199.688/0001-06**

**Naviraí- Mato Grosso do Sul**

**Rua: Botocudos, 365 – Centro**

**CEP:79950-000.**

[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## SUMÁRIO

### **A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Andreia do Amaral Freitas Caús, Luzia Ferreira Vaz, Mauro Franssua e Sandra Maria de Jesus Freitas  
DOI : 10.5281/zenodo.13336825

04

### **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES**

Gizelle Almeida Barbosa Vicentini  
DOI : 10.5281/zenodo.13333755

09

### **A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NAS EMPRESAS DE TRIBUTAÇÕES DO SIMPLES NACIONAL**

Andréa Oliveira Rodrigues de Assis  
DOI: 10.5281/zenodo.13336825

16

### **A CONTRIBUIÇÃO DA ARTE PARA O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Gizelle Almeida Barbosa Vicentini  
DOI : 10.5281/zenodo.13294865

27

### **CASO DE ENSINO: AMONDI – UM NOVO AMANHECER**

Priscilla Patrício de Holanda, Maria Zenaide Alves e Eliete Maria Bueno da Cunha  
DOI: 10.5281/zenodo.12802491

44

### **A IMPORTÂNCIA DA RECICLAGEM PARA A REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS**

Luciano Reis Burgos  
DOI: 10.5281/zenodo.13260656

52

### **A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Luciano Reis Burgos  
DOI: 10.5281/zenodo.13250986

64

### **ILUMINAÇÃO PÚBLICA E A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

Luciano Reis Burgos  
DOI: 10.5281/zenodo.13270356

77

### **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Teresa Rezende  
DOI: 10.5281/zenodo.12740919

89

## A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

**Adly Gaby<sup>1</sup>**

**Aline Souza Santos<sup>2</sup>**

**Andreia do Amaral Freitas Caús<sup>3</sup>**

**Luzia Ferreira Vaz<sup>4</sup>**

**Mauro Franssua<sup>5</sup>**

**Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>6</sup>**

**Revista o Universo Observável**  
**DOI : 10.5281/zenodo.13336825**  
**[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13336825)**

---

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em pedagogia com Pós-graduação em psicopedagogia e Pós em literatura e ludicidade. E-mail: andreiafreitascas@gmail.com

<sup>4</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>5</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>6</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com



## RESUMO

O presente artigo visa pensar sobre a análise crítica da eficácia das políticas públicas no Brasil, onde revela um panorama complexo e multifacetado. As políticas públicas são formuladas com o objetivo de resolver problemas sociais, econômicos e ambientais, mas sua eficácia depende de diversos fatores, incluindo planejamento, execução e avaliação. No Brasil, o processo de implementação de políticas enfrenta desafios significativos como a falta de coordenação entre diferentes esferas de governo, limitações orçamentárias e corrupção. A análise crítica destaca que, embora haja esforços para formular políticas públicas bem-intencionadas, a realidade muitas vezes apresenta lacunas na execução e na medição de resultados. Muitos programas enfrentam problemas de gestão, deficiência na infraestrutura e dificuldades de adaptação às necessidades locais. Além disso, a falta de continuidade e a instabilidade política podem comprometer a eficácia de longo prazo. Estudos de caso e avaliações de políticas específicas mostram que, enquanto algumas iniciativas obtêm sucesso em áreas como saúde e educação, outras falham em alcançar seus objetivos devido a deficiências na implementação e na monitorização. A análise crítica também aponta para a necessidade de maior transparência e participação social na formulação e acompanhamento das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Brasil. Análise.

## ABSTRACT

*This article aims to reflect on the critical analysis of the effectiveness of public policies in Brazil, revealing a complex and multifaceted panorama. Public policies are formulated with the goal of addressing social, economic, and environmental issues, but their effectiveness depends on various factors, including planning, execution, and evaluation. In Brazil, the policy implementation process faces significant challenges such as lack of coordination between different levels of government, budgetary constraints, and corruption. The critical analysis highlights that, although there are efforts to formulate well-intentioned public policies, the reality often presents gaps in execution and outcome measurement. Many programs encounter management problems, infrastructure deficiencies, and difficulties adapting to local needs. Furthermore, the lack of continuity and political instability can compromise long-term effectiveness. Case studies and evaluations of specific policies show that while some initiatives*

*succeed in areas such as health and education, others fail to achieve their goals due to deficiencies in implementation and monitoring. The critical analysis also points to the need for greater transparency and social participation in the formulation and monitoring of public policies.*

**Keywords:** Public policies. Brazil. Analysis.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na construção e manutenção de uma sociedade justa e funcional. No Brasil, elas são essenciais para enfrentar os diversos desafios sociais, econômicos e ambientais que afetam a população. No entanto, a eficácia dessas políticas tem sido alvo de intensos debates e críticas. Este artigo de opinião busca analisar a efetividade das políticas públicas brasileiras, destacando seus pontos positivos, deficiências e sugerindo possíveis melhorias.

## AVANÇOS E CONQUISTAS

Nas últimas décadas, o Brasil tem testemunhado avanços significativos em várias áreas graças a políticas públicas bem-sucedidas. A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) é um exemplo notável. O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é um sistema de saúde universal estabelecido após a redemocratização do país e a Constituição de 1988 (Reis et al., 2016; Pires; Demo, 2006). Ele é baseado nos princípios de universalidade, integralidade e equidade (Reis et al., 2016). No entanto, o SUS enfrenta desafios na implementação desses princípios devido às restrições econômicas e à tensão entre as forças de mercado e os direitos de cidadania (Pires; Demo, 2006). Apesar das inúmeras dificuldades, o SUS tem proporcionado acesso universal e gratuito a serviços de saúde, melhorando significativamente os indicadores de saúde da população brasileira. Programas como o Bolsa Família também demonstraram impacto positivo na redução da pobreza e na promoção da inclusão social.

Além disso, políticas voltadas para a educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), têm contribuído para a expansão do acesso à educação e melhoria da qualidade do ensino, embora ainda haja muito a ser feito para atingir a excelência educacional.

## DEFICIÊNCIAS E DESAFIOS

Apesar dos avanços, as políticas públicas no Brasil enfrentam desafios significativos que comprometem sua eficácia. A corrupção e a má gestão dos recursos públicos são problemas crônicos que minam a confiança da população e reduzem a eficiência das políticas implementadas. O desvio de recursos destinados a programas sociais e de infraestrutura resulta em serviços públicos de baixa qualidade e insuficientes para atender às necessidades da população. De acordo com Secchin, 2008 deve ser feito o controle dos atos da administração pública:

*O controle dos atos da Administração Pública não deve ser visto apenas como forma de verificar a incorreção na aplicação dos recursos públicos, mas também como uma ferramenta poderosíssima de monitoramento. Isso porque o controle contínuo da gestão pública possibilita o atendimento mais adequado das demandas sociais, a correção ou o ajustamento de políticas públicas, a promoção de novas ações governamentais para se alcançar o bem comum, seja por programas de governo, por reformas legislativas ou por decisões dos julgados, mais próximas da realidade, além de fomentar a legitimação das ações dos agentes públicos dos três poderes (Secchin, 2008, p.33).*

A desigualdade regional também é um fator crítico. Enquanto algumas regiões, especialmente o Sudeste, beneficiam-se de políticas públicas bem implementadas, outras, como o Norte e o Nordeste, continuam a enfrentar enormes dificuldades. A falta de uma distribuição equitativa de recursos e a ausência de políticas específicas para essas áreas perpetuam as disparidades socioeconômicas. Outro aspecto preocupante é a descontinuidade das políticas públicas. Mudanças frequentes nos governos e nas prioridades políticas resultam em descontinuidade dos programas, prejudicando a sua eficácia a longo prazo. De acordo com Cavalcante, 2021, muito dessas descontinuidades acontecem por “discricionariedade dos políticos que assumem o poder”. A falta de planejamento estratégico e a ausência de uma visão de longo prazo comprometem o desenvolvimento sustentável do país.

## PROPOSTAS DE MELHORIA

Para melhorar a eficácia das políticas públicas no Brasil, algumas ações são essenciais:

- **Transparência e Combate à Corrupção:** É crucial implementar mecanismos rigorosos de controle e transparência para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira

eficiente e ética. O fortalecimento das instituições de fiscalização e o combate incisivo à corrupção são imperativos.

- **Descentralização e Foco Regional:** As políticas públicas devem considerar as especificidades regionais, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e criando programas adaptados às necessidades locais. A descentralização administrativa pode contribuir para uma gestão mais eficiente e próxima da realidade das comunidades.

- **Continuidade e Planejamento a Longo Prazo:** É fundamental estabelecer planos de desenvolvimento a longo prazo, com metas claras e consistentes, independentemente das mudanças governamentais. A criação de um conselho nacional de políticas públicas, composto por especialistas e representantes da sociedade civil, poderia ajudar a garantir a continuidade e a eficácia das políticas.

- **Participação Social:** A inclusão da sociedade civil no processo de formulação e avaliação das políticas públicas é essencial. A participação ativa dos cidadãos pode aumentar a legitimidade das políticas e assegurar que elas atendam às necessidades reais da população.

## CONCLUSÃO

As políticas públicas são instrumentos vitais para promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico no Brasil. Embora existam avanços importantes, as deficiências e desafios enfrentados indicam a necessidade de reformas profundas para aumentar sua eficácia. Transparência, descentralização, continuidade e participação social são pilares essenciais para construir um sistema de políticas públicas mais justo e eficiente. Somente através de um compromisso coletivo e de ações concretas será possível transformar as políticas públicas em verdadeiras ferramentas de transformação social.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Ladjeny Sousa de Aquino. Descontinuidade de Políticas Públicas: Uma análise sobre o Programa Melhor em Casa. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, 2021. Disponível em: <https://btdt.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2774/2/LadjenySousaDissertacao2021.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2024

Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revogação de dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

**PIRES, Maria Raquel Gomes Maia; DEMO, Pedro.** Políticas de saúde e crise do estado de bem-estar: repercussões e possibilidades para o Sistema Único de Saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 15, p. 56-71, 2006.

**REIS, Denizi de Oliveira; ARAÚJO, Eliane Cardoso de; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira.** Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde. 2016. Disponível em: [https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/2/unidades\\_conteudos/unidade04/unidade04.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade04/unidade04.pdf). Acesso em: 05 de ago. de 2024.

**SECCHIN, Lenise Barcellos de Mello.** Controle social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício da cidadania. **Revista da CGU**, v. 2, n. 3, p. 28-45, dez. 2008. DOI: 10.36428/revistadacgu.v3i5.256.



## A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES

**Gizelle Almeida Barbosa Vicentini<sup>7</sup>**

**Revista o Universo Observável**  
**DOI : 10.5281/zenodo.13333755**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13333755)

---

<sup>7</sup>Bacharel em Pedagogia pela Universidade IESCAMP, formada em 2013. Graduada em Arte pela Faculdade Mozarteum de São Paulo, com conclusão em 2017. Especialista em Educação Especial com pós-graduação finalizada em 2020. Realizou curso de Filosofia e Arte em 2020, além de ter concluído o curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Arteterapia, ambos em 2020.

E-mail: [gizelleij@gmail.com](mailto:gizelleij@gmail.com)

## RESUMO

Nos últimos anos tem-se enfrentando grandes mudanças no que diz respeito à educação. Uma delas é a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Com o processo de inclusão, toda criança com algum tipo de deficiência tem direito à escolarização. Por esse motivo, as escolas tiveram de se reinventar, sendo necessárias adaptações arquitetônicas e nas práticas pedagógicas para atender toda essa diversidade. Este estudo visa identificar os benefícios do processo de inclusão nas escolas regulares de ensino. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Estudos demonstraram que o processo de inclusão traz muitos benefícios para toda comunidade escolar, pois convivendo com a diferença os atores sociais da escola podem aprender a aceitar e respeitar as limitações de cada um.

**Palavras-chave:** Inclusão. Deficiência. Escola regular.

## ABSTRACT

*In recent years, there have been significant changes in education, one of which is the inclusion of students with disabilities in regular schools. With the inclusion process, every child with any type of disability has the right to schooling. For this reason, schools have had to reinvent themselves, requiring architectural adaptations and changes in pedagogical practices to accommodate this diversity. This study aims to identify the benefits of the inclusion process in regular educational institutions. The methodology used was bibliographic research. Studies have shown that the inclusion process brings many benefits to the entire school community, as living with differences allows school social actors to learn to accept and respect each individual's limitations.*

*Keywords: Inclusion. Disability. Regular school.*

## 1 INTRODUÇÃO

Vive-se hoje um momento de redefinição, no qual cabe às instituições de ensino papéis diferentes dos de antigamente. As escolas têm, diante de si, o grande desafio de se reinventar, sendo necessárias novas práticas pedagógicas que garantam atender toda a diversidade humana. Dentre as diversidades atuais temos a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. São considerados alunos com deficiência, todos aqueles que ficam fora dos padrões estabelecidos por um grupo. De acordo

com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

*Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (2007, p.2)*

São exemplos, as pessoas com deficiência mental, motora, problemas auditivos ou visuais, dificuldade de concentração, com transtornos e síndromes.

Aceitar e aprender a conviver com a diversidade é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos. Esses fatos reforçam a percepção de que as políticas de inclusão devem ser adotadas, permitindo que uma parcela de alunos anteriormente excluída das demais, possa fazer parte das escolas comuns ou regulares. Este estudo tem por objetivo identificar os benefícios trazidos pelo processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Tais benefícios não se aplicam somente aos próprios alunos com deficiência, mas também para os demais colegas de turma e demais componentes da comunidade escolar.

Para a realização desse estudo foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica. De acordo com Caldas (1986, p. 15) a pesquisa bibliográfica representa a

*coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes.*

O presente artigo fará uma breve abordagem histórica da educação especial no Brasil, sobre o processo de inclusão e as reformulações para uma escola inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a legislação vigente, a sala de recursos multifuncional e público alvo do AEE. Por fim, o artigo tratará dos benefícios do processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, destacando os principais benefícios da inclusão para alunos com algum tipo de deficiência, seus pais, professores e demais colegas.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico e somente mais tarde surgiram os primeiros programas para prover atenção e

cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação.

A educação inclusiva ou especial, chegou ao Brasil a partir do século XIX, por influência de experiências europeias e norte-americanas, alguns brasileiros trouxeram ideias para organizar o tratamento de pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Esse tratamento iniciou de forma isolada e particular, ou seja, não havia nenhuma relação com as políticas públicas da educação. Somente após um século a educação especial passou a ser um componente do nosso sistema educacional. No início dos anos 60 a educação especial foi instituída oficialmente, com a denominação de “educação dos excepcionais”. O atendimento às pessoas com deficiência teve início com a criação de duas escolas: em 1854, o Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant - IBC e em 1857, Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos no Rio de Janeiro.

Em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1954, foi fundada a primeira APAE; e, em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, passou a fundamentar o atendimento educacional às pessoas com deficiência, apontando o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Mas esta lei foi alterada em 1971 definindo o encaminhamento para escolas especiais de alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Em 1988, a Constituição Federal, estabeleceu a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir dos anos 90 a história da educação especial ficou marcada por movimentos a favor da Inclusão Escolar. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, reforçou a obrigação da matrícula na rede regular de ensino. Os documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. E em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação

Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades no mesmo ritmo dos demais alunos. Em 1996, a LDB, apontou que a educação dos portadores de necessidades especiais, deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. Em 1999, o Decreto nº 3.298, definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001, foi elaborada as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em dois temas: a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor. Em 2002, foi reconhecida a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão e o MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino. Em 2004, o Ministério Público Federal com o objetivo de disseminar a ideia de inclusão, publicou o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Em 2006, o Brasil assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Em 2007, foi lançado o Plano de

Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva- MEC 2008 estabeleceu o público alvo da educação especial e regulamentou o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais.

Atualmente, após muitos anos de modificações e aperfeiçoamento das legislações, os alunos com deficiência adquiriram o direito de frequentar a escola regular e conviver com os demais alunos.

## 2.1 PROCESSO DE INCLUSÃO E A ESCOLA INCLUSIVA

A ideia fundamental da inclusão é um sistema educacional único, de qualidade, que atende a todos os alunos independentemente do tipo e do grau de deficiência. Com o processo de inclusão todas as crianças com algum tipo de deficiência passam a ter o direito à escolarização o mais próximo possível dos padrões considerados normais para os alunos que não possuem deficiência. Para que isso seja

possível o sistema escolar tem que adaptar-se às necessidades dos alunos. Para uma escola ser inclusiva de fato não basta apenas receber os alunos, deve-se antes de qualquer coisa fazer um levantamento das adaptações que devem ser feitas na escola para receber as mais variadas necessidades. Pensar, por exemplo, na adequação de portas para passagem de cadeira de rodas, rampas de acesso, adaptação de banheiros e bebedores, conserto de pisos irregulares, retirada de obstáculos do caminho, mesas adequadas, refeitório, etc. Além de eliminar as barreiras arquitetônicas, é importante adotar métodos e práticas de ensino adequados às diferenças dos alunos. Sem esquecer os materiais e equipamentos que atendam a diversidade e facilitem a aprendizagem.

*Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (Glat e Nogueira, 2002, p.26)*

Sob o ponto de vista da inclusão, a formação dos professores torna-se um item essencial, de acordo com a LDB de 1996 no artigo 59, são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (p.22).

Dentro deste contexto a escola deve rever a formação de seu corpo docente e os sistemas de ensino devem comprometer-se com a formação continuada dos mesmos. O professor deve estar apto a elaborar e implantar novas propostas de ensino de forma a atender as necessidades dos alunos, estimular a aprendizagem e assegurar sua permanência na escola.

*A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (Xavier, 2002, p.19)* Um fator importante para uma escola inclusiva de sucesso é a elaboração de um trabalho para toda comunidade escolar, conscientizando todos a aceitar as diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo e valorizar a diversidade humana como

uma forma de aprendizado. MRECH (1999), é pontual ao definir a proposta da Educação Inclusiva: “é uma maneira nova da gente se ver, ver os outros e a Educação. De se aprender a conviver com as diferenças, as mudanças, com aquilo que está além das imagens. Uma maneira da gente apostar no outro”. (p.28). A comunidade escolar deve olhar a inclusão de forma diferente, e ver quanta coisa positiva pode vir com ela. Perceber que através da inclusão aprende-se a entender e conhecer o outro, e assim tem-se o privilégio de conviver com pessoas diferentes. Enfim o processo de inclusão não pode mais ser ignorado, cabe a nós transformarmos o ambiente escolar em um ambiente que reconhece, respeita e ensina com e a partir das diferenças.

## 2.2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Desde janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, reafirma o direito de todos os alunos com algum tipo de deficiência, o acesso à educação no ensino regular, recebendo, quando necessário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial no artigo 4º, definem o público alvo do atendimento educacional especializado:

- I- *Alunos com Deficiência: “aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.*
- II- *Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento: “aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos em outra especificação”.*
- III- *Alunos com altas habilidades/superdotação: “aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade”.* (2008, p.1)

De forma resumida, os alunos que podem receber atendimento educacional especializado são: alunos com Deficiência física, intelectual, mental ou



sensorial; alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento como os alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos em outra especificação e os alunos com altas habilidades/superdotação. O atendimento Educacional Especializado (AEE) é o atendimento realizado por um professor com formação específica e oferecido aos alunos no turno inverso de seu horário de aula, de forma a complementar e/ou suplementar o ensino regular, considerando as necessidades dos alunos.

O professor do AEE, dependendo da necessidade do aluno, organiza atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de construção da aprendizagem. As atividades oferecidas pelo AEE são diferentes daquelas realizadas em sala de aula, pois, devem ser atividades e recursos que estimulam o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades.

Outras atividades desenvolvidas no AEE são, por exemplo: O ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para alunos surdos, o código Braille para deficientes visuais, comunicação alternativa, enriquecimento curricular, produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos e atividades da vida autônoma. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define o Atendimento Educacional Especializado:

*O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Secretaria de Educação Especial, 2008, p.15).*

O atendimento Educacional Especializado é realizado em uma sala chamada Sala de Recursos Multifuncional. Essas salas são ambientes que possuem equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos que visam complementar e/ou suplementar o ensino regular de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, facilitando a aprendizagem desses sujeitos. São exemplos de equipamentos e materiais encontrados nas salas de recursos: Computadores com softwares acessíveis, scanners, impressoras, microfones, caixas de som, lupas, rádios, jogos diversos em madeira, bolas, bambolês e muito mais.

É na sala de recursos que o professor do AEE avalia quais as possibilidades desse aluno e quais os recursos a serem utilizados, caso o aluno precise do atendimento. É o professor do AEE que organiza o cronograma com os horários de atendimentos, bem como se os atendimentos serão individuais ou em pequenos grupos dependendo do aluno e do objetivo do trabalho pedagógico a ser realizado. Sendo o AEE um trabalho de grande relevância, ele deve ser sempre articulado com as propostas pedagógicas do ensino comum e constar no Projeto Político Pedagógico da escola. Cabe ainda destacar a importância do AEE e da sala de recursos multifuncional, pois o atendimento poderá amenizar muito as dificuldades enfrentadas pelos alunos, e dessa forma auxiliar o processo de inclusão e de aprendizagem.

### 2.3. OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO

O ambiente escolar é um espaço de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a “serem pessoas”. Em ambientes educativos, a inclusão ensina os alunos a valorizar a diferença pela convivência, com espírito solidário e participativo. Nesse contexto todos os alunos têm possibilidades de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

*A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige a ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (MANTOAN, 2006, p. 40)*

Atualmente, já temos diversos estudos que demonstram que o processo de inclusão escolar não é um processo difícil, e possui aspectos muito positivos. De acordo com SELAU (2007), as crianças conseguem se adaptar bem e se relacionar com o grupo, independentemente de suas capacidades e dificuldades, desenvolvem a criatividade na relação com o grupo e se adaptam as mais diferentes situações, percebem as diferenças e aprendem com isso. “Somos diferentes. Essa é a nossa condição humana” (CARVALHO, 2007, p.11).

O processo de inclusão é, portanto, um processo muito benéfico que pode trazer ganhos não apenas para os alunos que são incluídos, mas certamente para todos que convivem no espaço escolar. Para os alunos com deficiência, a inclusão possibilita que eles ocupem um espaço antes não ocupado. Passam a exercer seus direitos e tornem-se cidadãos, convivendo com todos os outros alunos da escola. A socialização da criança especial o estimula a



vencer novos desafios, fazendo-a se sentir cada vez mais capaz. A criança cresce e aprende a viver em ambientes integrados, encontrando nos demais colegas modelos, e passam a segui-los muitas vezes.

As pesquisas nos mostram que a inclusão aumenta as possibilidades dos indivíduos com algum tipo de deficiência estabelecer significativos laços de amizade, de desenvolverem-se física e cognitivamente e de serem membros ativos na escola e na construção de conhecimentos.

Entrevistas realizadas mostram que na opinião de professores os alunos com deficiência aumentam suas capacidades de atenção, de comunicação e de participação ativa em atividades educativas em um espaço de tempo muito menor do que se fossem educados em salas de aula especiais, reclusos à convivência com colegas que estão no seu mesmo nível de desenvolvimento no que tange a aspectos cognitivos afetivos e sociais.

Em pouco tempo de convivência com os alunos sem deficiência, o aluno deficiente torna-se mais social, mais comunicativo e reduz significativamente os comportamentos considerados inapropriados para a convivência e participação na sala de aula regular. Percebe-se que os alunos desenvolvem seu senso de autoaceitação e autovalorização, ou seja, eles percebem que são diferentes dos demais, mas aceitam e não se sentem inferiores por isso.

Para os pais dos alunos, a inclusão também é um processo benéfico, os pais relatam que se sentem muito mais motivados e encorajados a participar da educação de seus filhos quando estes estão incluídos em salas de aulas regulares no meio de tanta diversidade. A inclusão também afeta os outros alunos sem deficiência, pois eles aprendem a lidar com o “diferente”, deixam os preconceitos de lado e aceitam as pessoas do jeito que são. Eles passam a ser mais tolerantes, solidários e comprometidos com o próximo, e ajudam sempre que necessário. Ao conviver com deficientes, as demais crianças tornaram-se mais sensíveis as questões de discriminação que acontecem no cotidiano. Desenvolvem-se mais flexíveis e valorizam as pessoas pela contribuição que elas têm a dar. Passam a aceitar com mais naturalidade a presença de pessoas que usam cadeiras de rodas, aparelhos de surdez, bengalas, etc.

*Escolas são construídas para promover educação para todos, portanto todos os indivíduos têm o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas. Todas as crianças tem direito à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento*

*cognitivo, emocional e social.*(BARBOSA, 2010, p.1)

De maneira geral, todos os alunos podem se beneficiar muito com as metodologias de inclusão, pois o processo estimula a compreensão e aceitação das diferenças e a construção de uma sociedade solidária. A escola passa a ser um lugar de aprendizagem para todos. Incluir crianças deficientes em escolas regulares melhora a vida profissional dos professores, pois os desafia a desenvolverem abordagens mais centradas na criança, participativas e de ensino ativo. Permite a experimentação de várias metodologias e também a convivência com outros profissionais como médicos, psicólogos e fisioterapeutas. Essa oportunidade de trabalhar com outros profissionais é muito benéfica, pois o trabalho em colaboração torna o ensino mais estimulante. Certamente para os professores, o maior ganho no processo de inclusão está em garantir a todos o direito à educação. Por fim, a inclusão de alunos com deficiência pode gerar benefícios para toda a sociedade, pois, aprende-se que apesar das diferenças, todos têm direitos iguais. A inclusão reforça a prática de que as diferenças devem ser aceitas e respeitadas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Rubem Alves (2004), a primeira tarefa da educação é ensinar a ver, pois é através dos olhos que as crianças conseguem perceber as belezas que existem no mundo. Ver ao redor, enxergar as diferenças existentes entre as coisas e pessoas e perceber a beleza das diferenças. Diferenças estas que estão cada vez mais presentes em nosso dia a dia através da inclusão de alunos com deficiência em nossas escolas regulares. É chegado o momento de revisão, é hora de “olhar” para a escola e permitir que ela seja para todos, verdadeiramente. É necessário transformar as escolas em espaços capazes de receber todos os tipos de crianças, e garantir a todos a permanência e o sucesso da mesma.

Deve-se no papel de professor, reconhecer a importância da inclusão e seus benefícios. Buscar formação para trabalhar com as diversidades, reorganizar as escolas, com estrutura física e material pedagógico que auxiliarão o trabalho diário. Precisa-se do apoio das secretarias de educação no oferecimento de cursos e capacitações, e a realização de um trabalho em parceria com a área da saúde e serviço social, visando uma equipe multidisciplinar.

Falar em inclusão implica em pensar numa escola na qual os alunos recebam oportunidades educacionais adequadas às suas habilidades e necessidades; em pensar numa escola para todos os sujeitos, em que todos são aceitos, em que todos

ajudam e são ajudados pelos professores e pelos colegas, independentemente do seu talento ou deficiência. Uma escola inclusiva só existe na medida em que se aceita que é preciso tirar proveito das diferenças. O posicionamento a favor da inclusão vem de dentro de cada pessoa, mas a escola pode e deve incentivar a comunidade escolar a aceitar e a enfrentar o medo da inclusão. Assim poderão entender que todos só têm a ganhar e jamais perder ao conviver com alguém com alguma deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A complicada arte de ver**. Jornal folha de São Paulo 26/10/2004.

**O desejo de ensinar e a arte de aprender**. Campinas: Educar, 2004.

BARBOSA, Heloiza. **Por quê inclusão?** Disponível em <http://www.defnet.org.beheloiza.htm>. Acesso: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica**. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. In: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. V.4, n.1. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

CALDAS, Maria Aparecida Esteves. **Estudos de revisão de literatura: fundamentação e estratégia metodológica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 3.ed. Porto Alegre:

Mediação, 2007.

GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio De Lima. **Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar- Pontos e Contrapontos**. São Paulo. Summus 2006.

Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. **Marcos político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília 2010.

MONTEIRO, Ana Paula Húngaro; MANZINI, Eduardo José. **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n1/a04v14n1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MRECH, L. M. **Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura**. São Paulo: Pioneira, 1999.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. 1ªed. Porto alegre: Evangraf, 2007.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2006.

# A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NAS EMPRESAS DE TRIBUTAÇÕES DO SIMPLES NACIONAL

**Andréa Oliveira Rodrigues de Assis<sup>8</sup>**

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.13336825**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13336825)

---

<sup>8</sup>Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade UNICEPLAC (Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos), formada em dezembro 2012. Especialista em Finanças, Consultoria e Auditoria pela Faculdade de Educação, Tecnologia e administração (FETAC), com formação continuada concluída em 2016. MBA Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira finalizado em abril de 2020.  
E-mail: [andrea.assis@hotmail.com](mailto:andrea.assis@hotmail.com)

## RESUMO

O presente trabalho tem como propósito mostrar aos usuários das informações, a importância das demonstrações contábeis, elaboradas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, trazendo benefício de forma a contribuir para o crescimento, através das decisões tomadas, auxiliando na gestão e no desempenho das entidades. As microempresas e Empresas de pequeno Porte com tributação no Simples Nacional têm por obrigação escriturar seus fatos contábeis, através das ocorrências diárias conforme o princípio da competência, onde oferecerão informações sobre a posição financeira. As microempresa e empresas de pequeno porte, muitas vezes produzem as demonstrações contábeis apenas para uso dos proprietários-administradores ou para uso de autoridades fiscais, se esquecendo de que a falta da mesma, pode fazer causar resultados negativo para gestão da empresa. Sabe-se, por fim, que as informações geradas pela empresa podem determinar o trajeto das entidades, sendo, por isto, de extrema importância para as mesmas. Possibilitando conhecimento de forma geral, tanto na área financeira e econômica.

**Palavras-chave:** Demonstrações contábeis, Resultados, Microempresa e Empresa de pequeno porte.

## ABSTRACT

*This paper aims to show users the information, the importance of the financial statements, prepared by micro and small businesses, bringing benefit to contribute to growth, through decisions, assisting in the management and performance of entities. Microenterprises and small businesses with taxation in the Single National are obliged to notarize their accounting facts, through everyday occurrences as the principle of competence, which will provide information on the financial position. The micro and small businesses, often produce financial statements only for use of owner-managers or use of tax authorities, forgetting that the lack of it, can cause negative results to management. It is, finally, that the information generated by the company can determine the path of the entities, and, therefore, of utmost importance to them. Enabling knowledge in general, both in the financial and economic.*

**Keywords:** Financial Statements, Results, Microenterprise and Small Business.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco principal

abordar a importância que a elaboração das demonstrações contábeis trás de benefícios para a empresa de forma com que os usuários da informação tomem decisões que tragam consequências positivas para a mesma.

As demonstrações contábeis evidenciam as informações para o processo de tomada de decisão, apresentando como instrumento de gestão, fornecendo as informações necessárias e auxiliando no crescimento da entidade para que não só os usuários externos, mas sim, os internos como: Sócio administrador, diretores, funcionários e entre outros.

Todas demonstrações contábeis ao serem elaboradas é necessário que elas estejam em conformidade com os princípios contábeis e NBC-T Normas Brasileiras de contabilidade, como o trabalho trata-se das Microempresas - (ME) e Empresa de Pequeno porte - (EPP) com tributação no Simples Nacional é importante ressaltar que as demonstrações elas devem estar de acordo é com o CPC - PME que é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis das Pequenas e Médias Empresas.

E como base para auxiliar no modelo, estrutura e métodos na elaboração das demonstrações contábeis é indispensável que as entidades deixem de se oriente pela ITG 1000 - Modelo Contábil Simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois ela estabelece critérios de maneira clara e objetiva nos procedimentos específico que são relevantes para uma informação fidedigna em que se devem se proceder no momento em que estiverem sendo elaboradas.

De acordo com a Lei complementar nº123/06 alterada pela Lei nº 139/11 das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional são obrigadas a elaborar as principais demonstrações contábeis, sendo elas: O Balanço Patrimonial - BP e Demonstrações do Resultado do Exercício - DRE, sendo facultativa a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e as Notas Explicativas.

### 1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

**Este trabalho tem como um ponto de partida, o estudo de caso realizado na empresa PORQUINHO GÁS LTDA, com sede na Rua 05 Quadra 24 Lote 01 Casa 02 - Morada Nobre - Valparaíso de Goiás, inscrito no**



CNPJ com o nº 12.872.449/0001-29 com início de suas atividades em 26 de Outubro de 2010. Foram acompanhados os problemas pertinentes às elaborações das escriturações contábeis, que surgiram à concepção de solucionar a controversas encontradas na área administrativa por não terem base sólida suficiente para tomarem decisões favoráveis para os crescimentos da empresa, por não terem demonstrações contábeis fidedignas e tempestivas, surgindo causas de desconforto tanto na área financeira e administrativa da empresa. A empresa acima citada estava com suas escriturações contábeis de forma incompreensíveis e irrelevantes para que o Administrador da empresa pudesse tomar decisões com que viesse colaborar no resultado positivo da entidade.

O PORQUINHO GÁS é uma empresa de comercio varejista de gás, com tributação no Simples Nacional enquadrada como Microempresa por ter seu faturamento anual em média de R\$ 187.670,00 (Cento e oitenta e sete mil e seiscentos e setenta reais). Através do estudo de caso, pode verificar que a informação que contava nas demonstrações contábeis muitas das vezes deixa de ser integra por não evidenciar dados completos dentro dos limites da materialidade e custo, sendo que uma omissão pode tornar a informação falsa ou torná-la enganosa.

A pesquisa feita mostra a importância que se tem as Demonstrações Contábeis dentro de uma empresa, sendo elas eficaz para o crescimento da entidade, pois é através dela que se tomam as decisões relacionadas à gestão e o desempenho da empresa.

As demonstrações contábeis de forma geral ela contribui para o crescimento da empresa, já analisou se uma entidade não registrasse as ocorrências dos fatos contábeis do seu dia-a-dia, como ela iria saber se está dando lucro ou prejuízo? Ou até mesmo, como iria saber onde precisaria reduzir as suas despesas, quanto tem no seu disponível para investir em algo que produziria um benefício econômico futuro para a entidade? Sendo assim, as demonstrações contábeis são relevantes para as necessidades de decisão dos usuários.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar a importância que traz para os microempresários e as empresas de pequeno porte ao elaborar suas demonstrações contábeis de forma

que sejam relevantes e fidedignas para as tomadas de decisões.

### 1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ▶ Conscientizar os microempreendedores e as empresas de pequeno porte os resultados que podem trazer para empresa que elaborarem de forma integra e tempestiva as suas demonstrações contábeis.
- ▶ Estimular os administradores ou proprietários o hábito de registrar os fatos contábeis em tempo hábil para que as informações sejam relevantes.
- ▶ Modernizar os obsoletos rascunhos de anotação da ocorrência do dia-a-dia para um programa de computar ou registrar no livro caixa, de maneira com que fique mais organizado e compreensível.
- ▶ Mostrar a diferença de uma gestão que mantém suas demonstrações de forma integra e confiável para outra que só faz por que são obrigadas a fazerem.
- ▶ Facilitar o entendimento dos usuários que tomam decisões na empresa, com auxílio das demonstrações contábeis, até compreenderem que as mesmas servem para o crescimento da entidade, mas se mantiverem de forma organizada e compreensível suas escriturações contábeis.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

É de suma importância registrar todos os fatos contábeis ocorrido durante o exercício da empresa, tendo como base o livro caixa, de onde são transportadas as informações do mesmo para elaboração das demonstrações contábeis, pois é através delas que os usuários das informações têm como base, para os procedimentos e as decisões que irão tomar para uma eficiência no desenvolvimento da empresa, e é pelas demonstrações contábeis que se sabem como anda sua posição financeira e o seu desempenho.

As microempresas e empresas de pequeno porte não têm tantas obrigações perante o governo como as sociedades anônimas, à vista disso não existe a figura dos acionistas, sendo uma administração mais restrita, por produzirem informações apenas para uso de proprietários-administradores, empregados,



**fornecedores e entre outros que necessitem das informações, pois não têm obrigações públicas de apresentações de contas, como sociedades anônimas.**

## 1.4 METODOLOGIA

A metodologia configura-se como sendo a estrutura utilizada para alcançar as metas de uma pesquisa, que ajuda a quem utilize na busca de conhecimento, levando a pesquisa a ter um entendimento racional. Para Nagel (1989, pag. 132): “Método é um conjunto de normas padrão que devem ser satisfeitas, caso se deseje que a pesquisa seja tida por adequadamente conduzida e capaz de levar a conclusões merecedoras de adesão racional”. O estudo realiza-se por meio de pesquisa bibliográfica tendo como objetivo encontrar respostas ao problema formulado e por meio de obtenção de dados para a realização de um estudo de caso em uma empresa comércio varejista de gás.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As microempresas e empresa de pequeno porte são sociedades empresárias, sociedades simples, empresas individuais de responsabilidade limitada, devidamente registrada no Registro de Empresa Mercantil ou no Registro Civil de Pessoa Jurídica. De acordo com a lei de nº 123/06 art. 3 as microempresas têm que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Já as empresas de pequeno porte, tem que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), tendo obrigatoriedade na elaboração de suas demonstrações contábeis.

O simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação de tributos, cobrança e fiscalização aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, abrangendo a participações de todos os entes federais, sendo eles: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Tem como base uma das suas características, a opção de ser facultativa, ou seja, as microempresas e empresas de pequeno porte não são obrigadas a se enquadrarem no Simples Nacional.

As Demonstrações contábeis são preparadas para um determinado fim, realizando a necessidade comum da maioria dos seus usuários, sendo eles investidores, empregados, credores por empréstimos, fornecedores, clientes, governo e suas agências e a sociedade em geral. Todos os usuários utilizam essas demonstrações para a tomada de

decisões ou para um determinado fim de seu interesse. Todas as demonstrações contábeis elas necessitam que suas informações tenham características qualitativas e quantitativas para que elas se tornem úteis, existem várias características qualitativas, mas dentre elas existem quatro principais, que são: Compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. Compreensibilidade é uma característica inerente às demonstrações contábeis, pois precisam ser claras e fáceis de entender, pois os usuários necessitam de informações e nem todos dominam à área contábil. Relevância para que ela seja útil, as demonstrações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar nas decisões econômicas.

Confiabilidade é de extrema importância, pois as informações que serão divulgadas elas precisam ser confiáveis, ou seja, deve está livre de erros ou fraudes, apresentando adequadamente que se propõe a representar, não devendo ter distorções de sua natureza. Comparabilidade é o ato de comparar com as demais demonstrações contábeis, até mesmo de outras entidades, pois com isso, identifica as tendências na posição patrimonial e financeira. É importante que as demonstrações apresentem as correspondentes informações do período anterior, assim faz com que haja comparações dos resultados posteriores, se a empresa está crescendo ou tendendo a falir.

É necessário que as demonstrações contábeis, sejam completas, dentro do limite de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida, não confiável e deficiente em termos de relevância. De acordo com a Resolução CFC 1.1.115/07 – NBC T 19.13 as microempresas tem obrigatoriedade na elaboração das demonstrações contábeis sendo elas exigidas por lei o Balanço Patrimonial – BP, e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Conforme o art. 26 do Código Civil as microempresas e empresas de pequeno porte optante pelo simples nacional ficam obrigados a manter o livro caixa. O livro diário é obrigatório também exigido pela legislação civil e o livro razão pela legislação comercial, com a finalidade de demonstrar a movimentação analítica de cada conta escriturada no livro diário e constate do balanço.

### 2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

**E as microempresas enquadradas na tributação do Simples Nacional de acordo com a NBC T 3.1, NBC T 3.2 e NBC T 3.3 devem apresentar o Balanço Patrimonial como exigência do Inciso I do art. 31. O Balanço**

**Patrimonial é a demonstração financeira (contábil) destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa. O Balanço Patrimonial deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis (materiais) como intangíveis (imaterial), as obrigações e o Patrimônio Líquido da empresa, levantados a partir dos resultados contábeis no seu livro Razão.**

O Balanço Patrimonial deve ser estruturado observando-se a disciplina contida nos artigos 178 a 184 da Lei nº 6.404/1976. O caput do artigo 178 da Lei nº 6.404/1976 estabelece que, no Balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira e econômica. É composto por duas partes: Ativo e Passivo. Tradicionalmente, é apresentado em um gráfico em forma de T. Como o T tem dois lados, ficou convencionado que o lado esquerdo é o lado do Ativo e que o lado direito é o lado do passivo.

Portanto, ao olhar para um Balanço Patrimonial representado no gráfico em forma de T, o lado direito (lado do passivo, composto por obrigações e Patrimônio Líquido) revela a origem de recursos (capitais) totais que a empresa tem a sua disposição e que estão aplicados no patrimônio. As obrigações representam os recursos derivados de terceiros (capitais de terceiros), enquanto o Patrimônio Líquido mostra a origem dos recursos derivados dos proprietários (capitais próprios). O ativo revela a aplicação desses recursos (capitais) totais, isto é, mostra onde a empresa investiu todo o capital (próprio e de terceiros) que tem a sua disposição.

### 2.1.1 ATIVO

São os recursos controlados por uma entidade dos quais se esperam benefícios econômicos futuros, as contas representativas dos bens e dos direitos serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, em dos grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo não Circulante. Grau de Liquidez: é o maior ou menor prazo nos quais bens e direitos podem ser transformados em dinheiro.

#### *Ativo Circulante*

É composto pelos bens e pelos direitos em que estão em frequente circulação no Patrimônio onde esperar realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. É o capital de giro da empresa. Basicamente, são valores já realizados (transformados em dinheiro) ou cuja realização em dinheiro deva ocorrer até o término do exercício social subsequente. São,

portanto valores numéricos (dinheiro em caixa ou em banco), bens destinados a venda ou a consumo próprio, despesas pagas antecipadamente com vencimentos fixados em até 12 meses, bem como direitos cujos vencimentos também ocorram dentro deste período.

Convém ressaltar que entre os valores realizáveis do ativo circulante, alguns não serão convertidos diretamente em dinheiro, como ocorre com os tributos que a empresa recolhe antecipadamente e cuja realização se dá pela compensação com obrigações fiscais que a empresa tem para pagar aos Governos Municipais, Estaduais e Federais; com os materiais cuja realização se dá pelo consumo que caracteriza a ocorrência de despesas, bem como com as despesas pagas antecipadamente, cuja realização também se dá pela caracterização das respectivas despesas, conforme forem transcorrendo os prazos de competência. A Lei nº 6.404/76 estabelece que no Ativo Circulante devam constar as Disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social seguinte e as aplicações de recursos em Despesas do exercício seguinte.

Os bens e os direitos que representam os recursos aplicados nas disponibilidades dão as importâncias em dinheiro que estão no caixa ou que estão depositadas em nome da empresa, em estabelecimentos bancários, seja em contas correntes, seja em contas de aplicação que possam ser convertidas em dinheiro a qualquer momento. As contas classificadas neste subgrupo são as que possuem o maior grau de liquidez entre as demais contas do ativo.

Crédito com Clientes compreendem os direitos a receber de terceiros, decorrentes de vendas de mercadorias ou de prestação de serviços realizados a prazo. Incluem-se, também, neste subgrupo os direitos a receber das administradoras de cartões de crédito, que correspondem aos valores também decorrentes das vendas de mercadorias ou da prestação de serviços efetuados á vista ou a prazo, nos casos em que os clientes pagam suas compras por meio de cartões de crédito. **Outros créditos** compreendem os demais diretos que a empresa tem para receber de terceiros e que não correspondam a direitos de vendas a prazo de mercadorias ou de serviços.

Tributos a recuperar compreendem os direitos que a empresa tem com os Governos Municipal, Estadual e Federal. Esses direitos decorrem de impostos, taxas ou contribuições recolhidas antecipada ou indevidamente ou que, por força da Legislação, gerem para a empresa direitos de compensação em até 12 meses. Perdas estimadas em crédito de liquidação **duvidosa** são estimativas de perdas em contas a receber, valor que representa a incerteza

nos recebimentos dos valores. Investimentos temporários a curto prazo compreendem as aplicações de dinheiro em títulos e valores mobiliários, representativos ou não do capital de outras empresas. Trata-se de investimentos efetuados com caráter especulativo e que serão convertidos em dinheiro mediante venda ou resgate, em até 12 meses.

Estoque compreendem os bens destinados à produção (matéria-prima; materiais secundários etc.) à prestação de serviços (materiais diversos), à venda (mercadorias ou produtos) ou ao consumo (materiais de limpeza, embalagem e etc.) Os estoques de mercadorias e de produtos acabados serão transformados em dinheiro quando vendidos à vista; os estoques de materiais destinados ao processo produtivo serão transformados em custos quando incorporados aos produtos em fabricação; os estoques de materiais destinados à prestação de serviços serão convertidos em custos por ocasião de suas aplicações na prestação dos serviços, e os estoques de materiais de consumo serão transformados em despesas quando consumido.

Despesas pagas antecipadamente compreendem as despesas do exercício seguinte, pagas no exercício atual, sendo aplicações de recursos que geralmente representa uma parcela não muito significativa, em comparação com os demais ativos. Esse ativo representam pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à empresa ocorrerão em momento posterior.

#### **Ativo não circulante**

O ativo não circulante, segundo estabelece a Lei nº 6.404/76 é dividido em Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível. Ativo Realizável a Longo Prazo este grupo é oposto do Ativo Circulante. Enquanto no Ativo Circulante são classificadas as contas representativas dos recursos aplicados em bens e direitos que estão frequentemente em circulação no patrimônio da empresa, isto é, que giram no prazo inferior a 12 meses, no ativo realizável a longo prazo são classificadas as contas representativas dos recursos aplicados em bens e direitos que circularão somente após o término do exercício social seguinte.

**Dividendos a receber:** esta conta destina-se a registrar dividendo que a empresa tem direito, em função de participações em outras empresas, quando tais empresas já tenha registrado no passivo a parcela de dividendos a distribuir. É importante salientar que neste grupo do Ativo, com exceção das Disponibilidades, poderão figurar todas as demais contas representativas das aplicações de recursos em bens e direitos, inclusive das despesas pagas antecipadamente que constarem do ativo

circulante, desde que tenha o prazo de realização superior a 12 meses.

#### **Investimento**

Compreendem as contas representativas das participações no capital de outras sociedades, participações essas que geram rendimentos para empresa, normalmente, em forma de dividendos, bem como aquelas contas representativas dos direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante ou no realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade principal da empresa, como, por exemplo, os investimentos em obras de arte, ou os bens que gerem receitas para a empresa, independentemente de suas atividades operacionais (imóveis de renda, aplicações em ouro etc.)

#### **Imobilizado**

Conforme a Lei nº 6.404/76, mediante seu art. 179, item IV diz que são as contas representativas dos recursos aplicados em bens corpóreos, destinado a manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a companhia os beneficiários, risco e controle desses bens. Pode ser subdividido como segue:

##### **- Operacional Corpóreo (Tangível)**

composto pelas contas representativas dos recursos aplicados nos bens de uso da empresa. São bens materiais que a empresa usa no desenvolvimento das suas atividades operacionais normais, como os móveis e utensílios, os computadores, os veículos etc.

##### **- Objeto de Arrendamento Mercantil**

composto pelas contas representativas dos bens que estão sendo utilizados pela empresa, mas que não são de sua propriedade. São os bens arrendados de terceiros, podendo ser adquiridos pela empresa no final do prazo de arrendamento.

**- Imobilizado em andamento (Bens para futura operação)** composto por contas representativas dos recursos aplicados em construções ou aquisições em andamento. Representam bens que, a partir do momento em que se encontrarem concluídos ou em condições de operar, serão utilizados pela empresa no desenvolvimento de suas atividades operacionais normais.

Um aspecto muito importante a ser considerado no Ativo Imobilizado é à capacidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a entidade. Ou seja, esse ativo não pode estar reconhecido no balanço por um valor superior ao seu valor recuperável. (Martins Eliseu).

A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangíveis será registrada

periodicamente nas contas de:

- Depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que pôr objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

- Amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercícios de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

- Exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente de sua exploração, de direitos cujo objeto seja recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

### **Intangível**

Conforme o art. 179 da Lei nº 6.404/76 são direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles representativos de fundo de comércio. O CPC 04 do seu item 89, diz que: “A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.”

Os ativos intangíveis com vida útil definida, porém sejam objeto de amortização periódica em resultado para reconhecimento de sua realização contábil, estão sujeitos, como todo e qualquer ativo, à avaliação do seu valor de recuperação, já os ativos intangíveis com vida útil indefinida requer que seja objeto de teste de impairment, no mínimo anualmente. Nas microempresas e empresas de pequeno porte com tributação no simples nacional, que é o foco deste trabalho, em relação aos ativos intangíveis ela tem um diferencial pois conforme o CPC técnico do PME, diz que todos os intangíveis são amortizados independentemente se elas tiverem a classificação de vida útil definida ou não, enquanto que, com regra, nas demais entidades é baixada apenas por impairment (prejuízo).

### **Ativo Diferido**

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 inciso V art. 179 da lei nº 6.404/76, foi revogada, convertida na Lei nº 11.941/09, afirmando que as sociedades de grande porte e as sociedades por ações não poderão mais reconhecer o grupo do ativo em seus balanços a partir do exercício social de 2008, a não ser que os saldos existentes que não possa ser alocado em outro grupo de contas, poderá permanecer classificado no ativo diferido até sua completa amortização.

Essa regra também é aplicada as empresas pequenas

e médio porte, pois não existe esse grupo nas normas internacionais. Todas as contas que estão classificadas no realizável ao longo prazo ele terá que reajustar ao valor presente. De acordo com a Lei nº 11.638/07 art. 183 prevê em seu inciso VIII que: “Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeitos relevantes.”

### **2.1.2 PASSIVO**

O passivo, conforme a Lei nº 6.404/76, são as contas que serão classificadas em dois grupos principais: Passivo circulante e Passivo não circulante. As contas representativas de obrigações (passivo exigível) devem ser classificadas observando-se a ordem decrescente do grau de exigibilidade dos elementos nelas registradas. Grau de exigibilidade representa o maior ou menor prazo em que a obrigação deve se pagar.

Define-se a diferença entre o passivo circulante e passivo não circulante pela Lei nº 6.404/76 art. 180, alterado pela Lei nº 11.941/09, onde estabelece que:

- As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, são classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.

#### **Passivo Circulante**

No passivo circulante são classificadas as contas representativas das obrigações cujos vencimentos ocorram durante o exercício seguinte. Esse grupo poderá conter subdivisões, de acordo com a natureza de cada obrigação, como por exemplo:

- Obrigações a fornecedores.
- Empréstimo e Financiamentos.
- Obrigações tributárias.
- Obrigações trabalhistas.
- Outras Obrigações
- Participações e Destinações do Lucro

Líquido.

O pronunciamento Técnico CPC 026, aprovado e tornado obrigatório, para as companhias abertas que também se estendem a empresas pequenas e médio porte, que o passivo deve ser classificado como circulante quando atender a qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.



-Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

#### **Passivo não circulante**

Nesse grupo podem figurar as mesmas contas representativas de obrigações classificados no Passivo Circulante, com seus respectivos subgrupos, porém vencíveis após o término do exercício social seguinte. Inclui-se, também no Passivo não circulante, um subgrupo próprio para as receitas diferidas, onde figurarão também, como redutoras, as contas representativas das despesas ou custos correspondentes as respectivas receitas recebidas antecipadamente. Esse grupo poderá conter subdivisões, de acordo com a natureza de cada obrigação, como por exemplo:

- Emissão de debêntures e outros títulos de dívidas.
- Empréstimo e Financiamentos.
- Retenções contratuais.
- Provisão para previdência complementar
- Outras Obrigações a longo prazo.

O valor presente ele é usado tanto no ativo quanto no passivo de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 – ajuste a valor presente estabelece, em seu item 21, que:

- Os elementos integrantes do ativo e dos passivos decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeitos relevantes, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e dos passivos em suas datas originais.

#### **2.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido é a parte do Balanço Patrimonial que corresponde aos capitais próprios. São recursos derivados dos proprietários (titular, sócios ou acionistas) ou da gestão normal do patrimônio (lucros apurados). No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos sócios. Com base na Lei nº 6.404/76, com redação modificada pela Lei nº 11.941/09, o patrimônio líquido é dividido em:

- **Capital Social:** são os valores que os sócios aplicaram na empresa, ou pela empresa gerada e que foram alocados ao capital, onde são os lucros que os sócios renunciaram e incorporaram como capital.

- **Reserva de capital:** são representados por valores recebidos que não transitaram pelo resultado como receitas.

- **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** são valores que representam as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

-**Reserva de Lucro:** são valores meramente representados pelos os lucros obtidos pela empresa, retidos com finalidade específica.

-**Ações em tesouraria:** representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade.

- **Prejuízos acumulado:** são valores que representam resultados negativos gerados pela entidade à espera de absorção futura.

De acordo com Martins Eliseu as sociedades que não sejam por ações, podem existir lucros retidos ainda não destinados a reservas ou à distribuição aos sócios. Nesse caso podem ficar sob a rubrica de Lucros Acumulados e nas microempresas e Empresas de Pequeno porte não haverá a conta Ações em tesourarias.

#### **2.1.4 CONTAS REDUTORAS DO BALANÇO PATRIMONIAL**

Todas as contas precedidas de sinal negativo (-), elas são denominadas contas Redutoras do Balanço. Os valores figuram entre parênteses, os quais indicam que esses valores são negativos no respectivo grupo.

##### **- Contas Redutoras do Ativo**

São contas de natureza credora, por força da Lei 6.404/76 e em decorrência da aplicação do princípio da prudência, devem figurar no Balanço Patrimonial, do lado do Ativo, como redutoras das contas com base nas quais elas foram originadas.

(-) **Duplicatas Descontadas** – figura no ativo Circulante, no subgrupo dos direitos a receber de clientes. Quando a empresa desconta títulos de sua emissão, ela transfere a posse e a propriedade desses títulos à instituição financeira que os descontou. Trata-se de um adiantamento que a I.F faz a empresa. Recebendo como garantia títulos de sua emissão.

(-) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** – Figura também no Ativo circulante, subgrupo Clientes como retificadora do saldo das Duplicatas a receber, pois embora não corresponda a obrigação da empresa sobre duplicatas, pois representa uma previsão de perda que provavelmente ocorrerá no exercício seguinte, com base em perdas já ocorridas em exercício anteriores.

(-) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** – Figura também no Ativo circulante, subgrupo Clientes como retificadora do saldo das Duplicatas a receber, pois embora não corresponda a obrigação da empresa sobre duplicatas, pois



representa uma previsão de perda que provavelmente ocorrerá no exercício seguinte, com base em perdas já ocorridas em exercício anteriores.

(-) **Depreciação Acumulada** – Figura no imobilizado, como redutora das contas representativas dos bens de uso.

#### - Contas Redutoras do Passivo

São contas de natureza devedora, pelas mesmas razões já explicitadas em relação às redutoras do Ativo, devem figurar do lado do Passivo.

Embora possam aparecer em todo o Passivo, mas comuns às redutoras do Patrimônio Líquido.

(-) **Capita a realizar** – figura no PL como redutora da conta que registra o capital social. Referem-se à parcela do capital ainda não integralizado pelos proprietários, permitindo, no entanto, que o valor do capital, somado ao patrimônio, reflita adequadamente somente o montante que ingressou na empresa.

(-) **Prejuízos Acumulados** – figura no grupo do PL, como redutora de todo o grupo do Patrimônio Líquido. Trata-se de prejuízos apurados e ainda não compensados.

(-) **Ações em Tesouraria** – figura no grupo do PL. Corresponde a ações representativas do Capital da própria empresa, adquiridas por ela mesma. Não sendo comum encontrar esta conta no Balanço Patrimonial das Microempresas e Empresas de pequeno porte, por elas não recomprarem as ações que estão no mercado da sua própria empresa.

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

As demonstrações do Resultado do Exercício é um relatório destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operação da empresa. Essa demonstração, observando o princípio da competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas. (NBC T 3.3) A DRE, portanto, é uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto é, o lucro ou prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento das suas atividades durante um determinado período que geralmente é igual a um ano.

A DRE é composta por contas de resultado e também por contas patrimoniais. As contas de resultado que integram a DRE são toas aquelas que representam as despesas e os custos incorridos, bem como as receitas realizadas em um determinado período. As contas patrimoniais que integram a Demonstração do Resultado do Exercício são aquelas representativas das deduções e das

participações do resultado.

## CONCLUSÃO

As informações oriundas das demonstrações contábeis auxiliam os fornecedores de capitais próprios e de terceiros a tomar as melhores decisões, norteando o rumo em que os mesmo devem seguir para uma boa gestão, o que resulta no funcionamento mais eficiente para empresa, sendo que se forem registrados os fatos contábeis de maneira tempestiva e integra podem reduzir custos, pois nada adiantaria se a entidade tivesse um balanço bem elaborado, mas não o socorressem os usuários da informação no momento que os mesmos necessitassem utilizá-las para um determinado fim.

As demonstrações contábeis tem uma gama de vantagens, sendo a primordial trazer benefícios de melhoria para parte da administração a fim de tomar decisões ou comparar o crescimento que a mesma vem adquirindo com o longo das atividades da empresa, pois as informações financeiras servem como base solida para que os usuários decidam onde querem chegar, quais os pontos que precisam ser melhorados para atingir determinado objetivo, quais as despesas fixas que precisam ser reduzidas para que o ponto de equilíbrio diminua , sendo todas essas informações retiradas das demonstrações contábeis, relevantes para análise da entidade.

As informações geradas podem determinar o rumo das entidades, sendo, por isto, de suma importância para as mesmas. Agregasse a este fato a necessidade de se conhecer o ciclo de vida da empresa da qual se procederá às demonstrações contábeis, e os meios que eles justificam os reconhecimentos de suas receitas e despesas que ocorrem no dia-a-dia.

O estudo de caso pôde contribuir melhor para este trabalho, pois foi acompanhado cada processo, desde a escrituração contábil até os seu livro diário e razão, não sendo possível chegar ao acompanhamento da finalização do Balanço Patrimonial por não concluir o ciclo operacional da empresa. Portanto a pratica nos ensina melhor e além de dá outra visão como proceder-se na gestão de uma empresa, ficando esclarecido para o usuário da informação ao

Administrador da empresa ao qual toma às decisões pertinentes as mesmas, tendo como base o aprendizado que teve durante o acompanhamento de todo o processo contábil, mudando também a forma de escriturar as suas ocorrências do dia-a-dia, mudando todos os procedimentos que utilizava, antes usava uma papel comum, até mesmo escrevia as anotações que acontecia diariamente no anverso de seus panfletos que usava para divulgação da entidade, e assim mandava para contabilidade, comprovando não ter nenhum interesse em suas

demonstrações contábeis, acabando não sendo fidedignas e nem relevantes às demonstrações da empresa, desobedecendo todas as características qualitativas da contabilidade, tais quais:

Compreensibilidade por não ter conhecimento razoável, e omitindo as informações relevantes, Confiabilidade por as informações não serem confiáveis, até mesmo porque não tinha um registro válido por parte da administração, anotando de qualquer forma, Integridade, pois as informações não eram completas, simplesmente anotavam os valores Monetários da entrada das vendas e a saída de todas as despesas, sem ao menos especificar, chegando ao ponto de nem registrar seus imobilizados que comprava, caracterizando como despesa e saída de caixa, Comparabilidade, por não ter base suficiente ao ponto de comparar o crescimento a fim de identificar as tendências financeira, e Tempestiva por não escriturar as ocorrências dos fatos contábeis no tempo hábil de forma que as demonstrações contábeis não influenciavam nas decisões econômicas do usuário, ou seja, se as informações fossem tempestivas iriam oferecer dados dentro do tempo de execução para a tomada de decisão.

De acordo com os nossos objetivos específico foram sanados os problemas que encontrava na empresa PORQUINHO GÁS LTDA, ajudando-o na Administração para as tomadas de decisões, implantando novo método de sistema de escriturar as ocorrências do dia-a-dia, solucionando controversas que havia na gestão da empresa, servindo como base as demonstrações contábeis para auxiliar nas decisões pertinentes à área financeira e econômica da entidade.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil Brasileiro, art. 26. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm). Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Simples Nacional - Perguntas Frequentes. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 139, de 10 de novembro de 2011.

Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/1123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/1123.htm). Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações (Lei das S.A.). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404.htm). Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos fiscais, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, à apuração do lucro real, presumido ou arbitrado e ao cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm). Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm). Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/CPC\\_04.pdf](http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_04.pdf). Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/CPC\\_12.pdf](http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_12.pdf). Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 026 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/CPC\\_026.pdf](http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_026.pdf). Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC PME – Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/CPC/CPC\\_PME.pdf](http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_PME.pdf). Acesso em: 23 out. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1.1.115/07 – NBC T 19.13.



O Conhecimento  
é o horizonte  
de eventos.

**ISSN: 2966-0599**

[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

*Periódico Científico Indexado*

Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2007/00111115](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/00111115). Acesso em: 23 out. 2012.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Emanuel. Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade Geral Fácil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

## A CONTRIBUIÇÃO DA ARTE PARA O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Gizelle Almeida Barbosa Vicentini<sup>9</sup>**

**Revista o Universo Observável**  
**DOI : 10.5281/zenodo.13294865**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13294865)

---

<sup>9</sup>Bacharel em Pedagogia pela Universidade IESCAMP, formada em 2013. Graduada em Arte pela Faculdade Mozarteum de São Paulo, com conclusão em 2017. Especialista em Educação Especial com pós-graduação finalizada em 2020. Realizou curso de Filosofia e Arte em 2020, além de ter concluído o curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Arteterapia, ambos em 2020.

E-mail: [gizelleij@gmail.com](mailto:gizelleij@gmail.com)



## RESUMO

Por trabalhar em uma instituição de ensino infantil foi o que me suscitou e motivou a realização desta pesquisa. Considerando-se que as artes em suas diversas formas, entre elas a poesia, o teatro, a dança, as artes visuais e a música fazem parte da cultura de uma sociedade e estão presente na vida das pessoas desde pequenas, e que a escola deve atentar-se para o ensino da arte como um meio de aprendizagem e conhecimento, pois estamos acostumados a encarar as artes somente como um lazer e entretenimento. Refletindo sobre o tema, busquei desenvolver uma pesquisa com a proposta de investigar como o ensino de arte vem sendo aplicado na fase da educação infantil. O estudo em questão justifica-se uma vez que as artes constituem elementos que despertam e expressam sentimentos, sentidos, imaginação e criação, porém, a sociedade, assim como a escola, estão acostumadas a encará-las somente como lazer e entretenimento. Este trabalho tem por objetivo pesquisar o papel que a arte desempenha na educação de crianças de 0 a 5 anos; e investigar se a arte pode contribuir para um aprendizado menos pautado na transmissão de informações e que considere a expressão e a autonomia do aluno, nesses níveis de ensino. Em relação à metodologia, o estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa. Concluiu-se que a arte é conhecimento e elemento de suma importância para o processo de educação, pois possibilita a construção de conhecimentos embasados na sensibilidade, criatividade e na expressividade, e indica um caminho de superação do aprendizado baseado na codificação e cópia de informações.

**Palavras chaves:** Arte. Crianças. Educação.

## ABSTRACT

*For working in an institution of early childhood education was what aroused me and motivated the realization of this research. Considering that art in its various forms, among them poetry, theater, dance, the visual arts and music, are part of the culture of a society and have been present in people's lives since childhood, and that the school must attention to the teaching of art as a means of learning and knowledge, as we are accustomed to view the arts only as a leisure and entertainment. Reflecting on the theme, I sought to develop a research with the proposal to investigate how art education has been applied in the early childhood stage. The study in question is justified since the arts are elements that arouse and express feelings, senses, imagination and creation, but society, as well as school, are accustomed to consider them only as leisure and entertainment. This paper aims to investigate the role that art plays in the education of children from 0 to 5 years; and to*

*investigate whether art can contribute to a learning less informed in the transmission of information and that considers the expression and the autonomy of the student, in this levels of education. Regarding the methodology, the study consists of a bibliographical research of the qualitative type. It was concluded that art is a knowledge and element of great importance for the education process, since it allows the construction of knowledge based on sensitivity, creativity and expressiveness, and indicates a way of overcoming learning based on the encoding and copying of information.*

**Keywords:** Art. Children. Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A arte está presente no universo humano desde muito cedo, mesmo que muitas vezes de forma não intencional. As imagens que se apresentam às crianças em diversas experiências vivenciadas por elas são interiorizadas, formas, cores, linhas, e traços são elementos plásticos que compõem suas primeiras produções, geralmente manifestadas inicialmente pelo desenho. A arte tem a função, dentre tantas outras, de superar os limites do tempo. É nesse sentido que se defende a introdução da arte no âmbito educacional, especificamente na educação infantil, fase em que se inicia a construção do saber, do fazer, do inventar, do apreciar, alicerce para a construção da vida.

Considerando a capacidade criadora do ser humano, característico ao universo infantil, faz-se necessário refletir acerca dos espaços que podem contribuir no sentido de proporcionar e ampliar esta habilidade e a escola pode ser um deles, principalmente na Educação Infantil onde as crianças de 0 a 5 anos estão abertas a descobertas e experimentos. A criança aprende a sentir tocar, conduzir, ou seja, através da ação e da experimentação, o trabalho com tintas, lápis, pincéis, giz de cera e outros se tornam tão interessantes aos pequenos.

O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância da arte para o ensino e para a formação humana, num mundo marcado pela tecnologia e pela padronização, de modo a se buscar uma sociedade mais reflexiva, sensível e crítica. Sendo assim, este trabalho aborda a arte no processo na educação da criança de Educação Infantil. Diante de tais considerações, buscou-se levantar, neste estudo, a importância da arte vinculada ao ensinar e ao aprender na educação infantil, as contribuições das artes para a vida, para o aprendizado e para a socialização do aluno, assim como a influência da arte na formação intelectual e humana da criança. Conforme Freire:

Mulheres e homens somos os únicos seres que

social historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo por isso mesmo muito mais rico que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (1996, p.69).

Em relação à metodologia foi utilizada uma pesquisa qualitativa. Ludke e André (1986) explicam que a pesquisa qualitativa tem como características básicas o ambiente natural como fonte de dados, sendo o pesquisador seu principal instrumento. Em uma pesquisa qualitativa predominam os dados descritivos. A atenção volta-se muito mais para o processo do que para o resultado. Ela pesquisa qualitativa pode-se levantar as perspectivas dos participantes, ou seja, podem-se conhecer as suas crenças e os seus pontos de vista, para posteriormente, analisá-los, discuti-los e confrontá-los. A pesquisa qualitativa não tem a preocupação de buscar evidências ou provas para hipóteses definidas. De acordo com Macedo (1994), pode-se definir pesquisa bibliográfica como a busca por informações ou como uma seleção de documentos que condizem ou se relacionam com o problema do trabalho de pesquisa. O trabalho abrange três capítulos, sendo o Capítulo:

I – “A arte e os pioneiros da escola infantil”. O Capítulo

II – “A construção do conhecimento e a arte”. E o Capítulo

III – “O formação do professor de educação infantil e o ensino da arte”.

Este estudo pretende contribuir para a formação do profissional de educação infantil, auxiliando-o na sua atuação junto às crianças. Espera-se que os temas aqui discutidos possam desencadear reflexões e atitudes que se traduzam como melhoria da qualidade do ensino de crianças desde a mais tenra idade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A criança é um ser curioso e aberto a explorar sempre. No contexto escolar, ela precisa vivenciar situações que estimulem e despertem ainda mais a sua curiosidade, para que possa revelar as suas características, expressar as suas dificuldades, os seus sentimentos e os seus talentos e expressões próprias. A arte tem um papel importante no processo de educação da criança por incorporar sentidos, valores, expressão, movimento, linguagem e conhecimento de mundo. A dança, música, pintura, escultura, teatro, entre outras são formas de linguagem da arte, sejam elas dinâmicas ou estáticas, a arte sempre expressa idéias e

sentimentos. Para Gullar (2006), o mundo que o artista cria parte das suas experiências, daquilo que ele consegue enxergar no mundo, na sua cultura. Sendo assim, a arte parte sempre de dentro do indivíduo, trazendo uma bagagem de sentimentos, interesses, valores e conhecimentos. Como não considerar importante, para o desenvolvimento educacional e social de crianças, este resgate do interior do ser humano viabilizado pela arte? A importância, bem como, a relevância da arte na infância encontra-se presente desde as propostas para as primeiras instituições de educação infantil, elaboradas por seus precursores.

### 2.1 A ARTE E OS PIONEIROS DA ESCOLA INFANTIL

Froebel (1782 – 1852), educador alemão, influenciado por um ideal político de liberdade, criou um jardim de infância, em 1837, considerado, por ele, como um espaço onde as crianças e os adolescentes estariam livres para aprender sobre si e sobre o mundo. Em seu método pedagógico, utilizou-se da música para educar as sensações e as emoções; enfatizava a participação em atividades de livre expressão através da música, dos gestos e montagens com papéis e argila. Para Froebel tais atividades possibilitavam que a criança expressasse seu mundo interno, como forma de conseguir-se e, assim, modificar-se, através da auto-observação (OLIVEIRA, 2007). Essas atividades eram chamadas por Froebel, de “ocupações”, o manuseio de papel, em atividades como desenhar, pintar, dobrar, cortar, costurar, e a modelagem em argila permitiam que as crianças se expressassem artisticamente.

Outro precursor foi Pestalozzi (1746-1827), educador que sustentava, em sua pedagogia, uma educação preocupada com a afetividade da criança. Segundo ele, assim como na família, a bondade e o amor são essenciais no ato de educar. Utilizou-se de atividades musicais e de outras formas de artes para adaptar seu método aos diferentes níveis de desenvolvimento dos alunos (OLIVEIRA, 2007).

Célestin Freinet, professor francês que iniciou seus trabalhos em 1920, foi um dos primeiros importantes precursores da educação para as crianças e um dos grandes entusiastas da inclusão da arte nos currículos escolares.

Sampaio (1994) relata que Freinet observava muito as crianças e percebia que elas estavam interessadas no que acontecia lá fora e não no imobilismo existente dentro da sala de aula. Era preciso, então, trabalhar a espontaneidade da criança, e foi o que Freinet fez por meio das aulas-passeios. Após os passeios os alunos faziam relatórios sobre o que haviam observado. Assim, ele desenvolveu uma técnica, que abolia a

monotonia das leituras dos manuais obrigatórios e criava o texto livre, que preservava a livre expressão da criança, seus interesses, sentimentos e opiniões. Logo após o texto livre ganha a forma de texto impresso; além das trocas de experiências entre alunos e professores, com relatos de passeios e da vida cotidiana na sala de aula, surge outra técnica criada por ele, a correspondência escolar. Em visitas realizadas na aldeia em que se instalava a escola, as crianças conheciam alguns artífices e seus trabalhos. Após as visitas, as crianças compunham poemas sobre aquelas pessoas. Aos poucos, o texto livre, ligado às experiências vivenciadas, oportunizava que as crianças se desenvolvessem, ao expressarem o que sentiram e entenderam através também de uma arte, a poesia. Freinet preocupava-se também, com as atividades artísticas em sua classe, pois realizava reuniões artísticas e recreativas, nas quais desenvolvia atividades musicais com as crianças; com uma máquina de cinema da época exibia filmes educativos e recreativos, além de criar peças infantis. Estas reuniões eram consideradas por Freinet tão essenciais quanto os estudos de História, Geografia, Matemática, Ciências, trabalhos na horta e marcenaria e o desenho livre, tratavam-se de um indispensável complemento em seu método. Para Freinet:

A livre expressão facilita a criatividade da criança, no desenho, na música, no teatro, extensões naturais da atividade infantil, progressivamente responsável por seus comportamentos afetivos, intelectuais e culturais. Eis aí um começo seguro para a conquista de uma vida adulta (FREINET apud SAMPAIO, 994, p. 30).

Freinet enfatizava a atividade, a vivência na prática, a observação e a livre expressão como princípios norteadores de sua técnica como professor, para uma educação significativa e interessante para a criança. Juntamente a estes princípios, considerava, como essenciais, as vivências artísticas em sala de aula, considerando-as extensões naturais da vida infantil, portanto, ligadas ao seu desenvolvimento integral. Desse modo, foi inegável a contribuição desses pedagogos para que se despertasse na sociedade, a conscientização da necessidade de uma educação formal, sistematizada, para crianças pequenas, e de que essa educação deve se embasar em atividades e experiências que propiciam a reflexão e a autonomia do aluno, por tratar-se de uma aprendizagem significativa.

### 2.1.1 A ARTE COMO ÁREA DE CONHECIMENTO: UMA QUESTÃO RECENTE

Os ideais de educação democrática do início do século XIX, aliados aos avanços da psicologia,

culminaram no movimento da Escola Nova, que propôs uma mudança de foco nos princípios e no fazer pedagógico. Contrapondo-se à escola tradicional, centrada na autoridade do professor e no ensino através da reprodução de conteúdo previamente definidos, a Escola Nova priorizava os interesses e necessidades do aluno, enfocando, principalmente o seu processo de aprendizagem. Nesse contexto, concebe-se. Arte como um produto interno que reflete a organização mental, cuja finalidade, na escola é a de permitir que o aluno expresse seus sentimentos e libere suas emoções. A Arte, portanto, não é ensinada, mas expressada. A criança procura a seus próprios modelos sem que o professor interfira diretamente no seu processo criador. O professor é tão somente um facilitador de experiências, que proporciona o ambiente necessário, situações e materiais para o livre desenvolvimento das crianças.

A educação centrada na criança e nos processos de aprender, influenciada por interpretações da Psicologia e aliada aos ideais modernistas da Arte, fomentou a ideia de que Arte na escola serviria à auto expressão e que o professor não deveria intervir, pois o desenvolvimento do processo criador ocorre naturalmente em experiências individuais de expressão da energia criativa intrínseca.

A ênfase na expressão fez com que o ensino da Arte priorizasse a atividade de liberação emocional e se voltasse, basicamente, para a construção afetiva, relegando, desse modo, os processos de cognição. Supervalorizava-se a Arte como livre expressão e o entendimento da criação artística como fator afetivo e emocional, em detrimento do pensamento reflexivo. A atividade artística, transformada, assim, em técnicas para expressão de emoções e conflitos, acaba por distanciar os alunos do contato refletivo com os elementos que compõem as linguagens artísticas, bem como da construção cultural que há em torno da Arte. Arte na escola tornou-se, principalmente, um fazer movido pela emoção. Na programação das escolas, as ciências faziam parte do universo cognitivo e a Arte, do domínio das emoções e dos sentidos.

Os ideais da escola novistas, tomados equivocadamente ao extremo, fez com que, na escola, o olhar se voltasse apenas para os processos de aprender, e que não mais se refletisse sobre a ação do professor, isto é, sobre o outro lado da moeda, o ensino. Contemporaneamente, a educação tem realizado o movimento de rever esses equívocos e considerar a influencia do professor no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

É importante ressaltar que os ideais de educação

democrática do escola novistas não necessariamente pressupunham o trabalho com Arte voltado somente para a livre expressão. As experiências com obras de Arte têm como característica predominante a qualidade estética, no entanto, a qualidade estética não é privilégio das experiências com Arte. Para esse autor, a qualidade estética está presente em todas as experiências, contribuindo assim, para a sua completude. “A experiência, seja qual for o seu material (ciência, arte, filosofia e matemática), para ser uma experiência, precisa ter qualidade estética. É a qualidade estética que unifica a experiência enquanto reflexão e emoção (Barbosa, 1998, p. 22)”.

Barbosa (1991), tratando da linguagem plástica da Arte, resgata a importância da presença de imagens nos processos de ensino, para a formação do fruidor em Arte. Outros autores têm ressaltado os significados do contato com obras de Arte em todas as linguagens. A leitura de obras pode ser um recurso do ensino da Arte voltado para qualquer manifestação artística.

É consenso, entre os autores que buscam a valorização da cognição em Arte, que a emoção, para se tornar sensível, passa por um fazer que é inteligível; o artista se vê diante do desafio de encontrar o vocabulário para sua emoção e o faz influenciado pela história da área, por sua história pessoal e pela cultura em que atua como criador de representações.

A mudança que acontecia na Arte não foi, contudo, prontamente assimilada pelas escolas. A escola ainda via na Arte um instrumento para expressão, em saber do qual o aluno se aproxima pela sensibilidade e imaginação. A presença da Arte na escola ainda se relacionava ao espontaneísmo, à auto-expressão, à expressão de sentimentos e ao desenvolvimento da criatividade, estando longe de ser motivo de reflexão e de construções voltadas para o ensino e aprendizagem. Os educadores, preocupados com a valorização da Arte como um saber que deveria ter na escola a mesma valorização e espaço que as outras áreas, estruturaram movimentos de resgate da Arte na escola. Desses movimentos preocupados com currículos de Arte, podemos destacar entre outros, o DBAE (Discipline Based Art Education), nos EUA e a Abordagem Triangular de Ensino da Arte, no Brasil.

Nas últimas décadas do século XX, no Brasil, educadores ligados à Arte têm empreendido o movimento de resgate de sua valorização profissional e da valorização da Arte como um conhecimento que deve estar presente nos currículos em todos os níveis de ensino. Articulam,

assim, diretrizes diferentes para a presença desse conhecimento na escola. Essas diretrizes emergem como fruto da luta em defesa da presença da Arte no currículo e de mudanças conceituais no seu ensino. Mudança e valorização conceitual no intuito de devolver Arte à educação e favorecer a todos o acesso aos códigos artísticos e às possibilidades de expressão desses códigos. O objetivo daqueles que acreditam nesses pressupostos conceituais é contribuir para a difusão da Arte na escola, garantindo a possibilidade igualitária de acesso ao seu conhecimento. É preciso levar a Arte, que está circunscrita a um mundo socialmente limitado a se expandir, tornando-se patrimônio cultural da maioria. (BARBOSA, 1991).

Essas diretrizes contemporâneas para o tratamento da Arte direcionam sua visão em três de suas dimensões que, na prática de sala de aula, se tornarão complementares: Arte como linguagem, Arte como expressão da cultura e Arte como conhecimento.

Arte como linguagem – As linguagens artísticas têm uma sintaxe própria que lhes dá significação e faz com que possam ser lidas. Realizar leituras e estabelecer sentidos para as manifestações artísticas significa entrar em contato com a forma como estas se constituem e interpretar as combinações das relações significantes da mensagem artística.

Arte como expressão da cultura – Revela a preocupação com a influência cultural presente no entorno da produção artística, seja no momento da produção, da distribuição ou da apreciação. Observar a Arte em sua reação com a cultura significa estar construindo os elementos de significação que nos possibilitam o melhor entendimento dos atos e obras artísticas. Significa também estar tecendo relações com aspectos políticos, ideológicos e econômicos, entre outros.

Arte como conhecimento – A Arte é entendida como qualquer outra área do conhecimento humano, com uma história e repertório próprio que podem ser vivenciados e refletidos pelos alunos.

No Brasil, a Abordagem Triangular de Ensino da Arte propõe que para se olhar a Arte enquanto conhecimento é necessária articular o fazer artístico, a contextualização e a leitura de obras.

*A causa da Arte no currículo escolar, tanto do DBAE norte-americano quanto da proposta triangular de Barbosa, aparece como uma batalha epistemológica a fim de dissociar-la do espontaneísmo e emparelhá-la às outras disciplinas do currículo como forma de conhecimento, pois, se Arte não é tratada como conhecimento, mas como um grito da alma não está fazendo educação cognitiva nem emocional (MARQUES, 1999, p. 34).*



Embora enfatize a necessidade de ações cognitivas na construção do pensamento em Arte, em contraponto ao espontaneísmo oriundo do seu entendimento de Arte somente sobre o viés da emoção, defender a Arte como um conhecimento não exclui as suas outras dimensões.

Para Barbosa (1991) o principal objetivo da Arte na escola é formar o indivíduo conhecedor, fruidor e decodificador de Arte. Nesse sentido, a Abordagem Triangular pode atuar como pressuposto conceitual para que as práticas de ensino da Arte sejam revistas e reconstruídas.

*A Abordagem Triangular foi originalmente constituída de uma dupla triangulação: a primeira, de natureza epistemológica, ao designar os processos de ensino e aprendizagem por três ações mental e sensorialmente básicas: criação no fazer artístico, leitura de obra de Arte e contextualização; a segunda refere-se a sua origem, baseada nos princípios de três outras abordagens: as Escuelas al Aire Libre, mexicanas, O Critical Studies inglês e o Movimento de Apreciação Estética aliado ao DBAE (Discipline Based Art Education) americano. (BARBOSA, 1998, p. 34-35).*

Barbosa (1998, p. 41), analisando as influências em torno da Abordagem Triangular, afirma que ela é construtivista, interacionista, dialogal e multiculturalista. Por tudo isso e por articular Arte como expressão e como cultura na sala de aula, também a considera Pós Modernal, sendo para ela, essa articulação o denominador comum de todas as propostas pós-modernas do ensino da Arte que circulam internacionalmente na contemporaneidade.

O cerne, de onde emanam e para onde convergem essas reflexões, apontam para a educação estética das pessoas, pois, embora pensar o mundo esteticamente seja natural aos humanos, o desenvolvimento dessas percepções dependerá das vivências culturais. Nem todos estão tendo acesso às vivências culturais em Arte. O que as reflexões contemporâneas sobre Arte e ensino colocam são princípios para que se articule, na escola, uma educação estética e artística voltada para a formação do fruidor de Arte. Nesse caso, pensa-se a educação estética através da Arte. Cabe perguntar a quem essa educação se destina, quem é esse humano que pensa esteticamente o mundo para qual o professor estará articulando situações de ensino e aprendizagem, como ele percebe o que está a sua volta, como articula seu pensamento e como representa seus sentimentos e pensamentos. Se o objetivo é a formação do apreciador de Arte, é preciso, na Educação Infantil, ver a relação entre os objetos culturais e as possibilidades de leitura de mundo e de apreciação da criança.

## 2.2 O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E A ARTE

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a educação das crianças deve acontecer em um contexto capaz de propiciar às crianças o acesso a elementos culturais que contribuem para o desenvolvimento e para a interação das mesmas na sociedade. Somente um processo educacional embasado na interação social poderá contribuir para a construção da identidade do indivíduo, pois se fundamenta no desenvolvimento afetivo, emocional e cognitivo. O terceiro volume do documento, denominado “Conhecimento de Mundo”, está organizado por eixos de trabalho, sendo estes: Linguagem Oral e escrita, Movimento, Natureza e Sociedade, Matemática, música e Artes Visuais. Considerando-se que como foco de estudo, a arte, nas suas diferentes linguagens, serão exploradas, aqui, os eixos de trabalho “Música” e “Artes Visuais”.

Já na Grécia Antiga, a música era considerada essencial para a formação do cidadão. Por ter o poder de integrar aspectos sensíveis, afetivos, estéticos, cognitivos e de comunicação social. “A linguagem musical é um excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto-estima e autoconhecimento, além de um poderoso meio de integração social” (RCNEI, 1998, p. 49). Ao se trabalhar variados repertórios musicais, possibilita-se às crianças a apropriação de novos conceitos. Assim, ao se identificarem ou não com determinada música, estarão desenvolvendo o autoconhecimento que lhes propicia a expressão de sentimentos, anseios, medos e interesses próprios.

Ao discorrer sobre a música na educação infantil, Ávila e Silva (2003) ressaltam que a música é inerente à natureza do homem. Desde recém-nascido, o indivíduo começa a emitir sons e a organizá-los como pequenas melodias. Também o RCNEI (1998) aponta que, precocemente, a criança estabelece contato com a música, por meio das canções de ninar, cantaroladas por membros da família, por exemplo. Sendo assim, já na mais tenra idade, em seu cotidiano, a criança internaliza noções de linguagem musical, as quais passam a fazer parte da sua bagagem de conhecimentos. Neste sentido, Ávila e Silva lembram que:

*A música não é um fator externo em relação ao homem – provém do seu interior, é inerente à sua natureza. Ela está presente em todo universo, inspirando a expressão musical humana. Trata-se de uma segunda linguagem materna. Por esse motivo, toda criança tem direito a uma educação musical que lhe possibilite desenvolver o potencial de comunicação e expressão embutido nessa linguagem (ÁVILA e SILVA, 2003, p. 76)*

Conforme o RCNEI, as atividades musicais direcionadas às crianças de 0 a 3 anos devem objetivar a audição de diferentes tipos musicais, visando ao desenvolvimento da percepção, da

discriminação dos sons, da imitação e reprodução de sons e da invenção e criação de enredos musicais. Já em relação às crianças de 4 a 6 anos, pretende-se que explorem e identifiquem elementos da música para que se expressem, interajam e ampliem seu conhecimento de mundo, através da improvisação, interpretação e até composição de enredos musicais. Os conteúdos dentro da educação infantil em relação à música devem respeitar os níveis de percepção e desenvolvimento das crianças. Para Ávila e Silva (2003), as atividades com música favorecem o trabalho de socialização, pois as crianças terão que cantar, de forma coletiva, interagindo com o outro nas cantigas de roda. Elas estarão exercitando textos e ordenando pensamentos com as letras das músicas. Essa interação possibilitada pela expressão musical coletiva facilita e estimula relações de amizade. Outro eixo do RCNEI fundamental é o que trata das Artes Visuais. As artes visuais compreendem a pintura, a escultura, o desenho, a fotografia etc. Atualmente, elas são muito presentes na educação infantil, porém, muitas vezes, não são exploradas as verdadeiras contribuições que elas podem trazer para o desenvolvimento da criança nesta fase.

Os trabalhos realizados com recursos das artes visuais, nas instituições de educação infantil, geralmente, enfatizam apenas as datas comemorativas, com a produção de lembranças para as mães e para os pais, cartões de Natal, Páscoa, entre outras, sendo considerados muitas vezes para passar o tempo, ou então, como um momento de lazer para as crianças, devido ao conceito criado pela sociedade de que a arte não é importante, mas somente uma forma de distração e lazer para as pessoas. Neste sentido, o RCNEI lembra que:

*A presença das artes visuais na educação infantil, ao longo da história, tem demonstrado um descompasso entre os caminhos apontados pela produção teórica e prática pedagógica existente. Em muitas propostas as práticas de artes são entendidas apenas como meros passatempos. Em que atividades de desenhar, colar, pintar e modelar com argila ou massinha são destituídas de significados. Outra prática corrente considera que o trabalho deve ter uma conotação decorativa, servindo para ilustrar temas de datas comemorativas, enfeitar as paredes com motivos para os pais, etc. Nesta situação é comum que os adultos façam grande parte do trabalho, uma vez que não consideram que a criança tem competência para elaborar um produto adequado (RCNEI, 1998, p. 87).*

Assim o Referencial Curricular (1998, p. 89), afirma que as Artes Visuais devem ser aprendidas como uma linguagem composta por estruturas e características próprias e para isso devem ser considerados os seguintes aspectos: o fazer artístico, a apreciação e a reflexão. De acordo com Araújo:

*O fazer artístico diz respeito à produção de trabalhos de arte, que propiciam o desenvolvimento da criação pessoal. Com a apreciação estimula-se a observação e a contemplação prazerosa e desenvolve-se a construção de sentido, o reconhecimento, a leitura, a identificação e a análise de obras de arte e de seus autores. A reflexão é o pensar sobre os objetivos artísticos, partilhando indagações e afirmações no contato com as produções artísticas próprias ou de artistas consagrados ou não (ARAÚJO, 2014, p. 23).*

Para Barbosa (2012) o “fazer arte” é insubstituível no que se refere ao ensino de Arte, assim como para o desenvolvimento do pensamento/linguagem presentacional que nas artes plásticas “capta e processa a informação através da imagem”. (BARBOSA, 2015, p. 35). Barbosa (2012) defende que é preciso alfabetizar para a leitura da imagem e que a produção artística auxilia a criança a compreendê-la, independente de ser Arte ou não.

*A produção de arte faz a criança pensar inteligentemente acerca da criação de imagens visuais, mas somente a produção não é suficiente para a leitura e o julgamento de qualidade das imagens produzidas por artistas ou do mundo cotidiano que nos cerca. (BARBOSA, 2015, p. 35).*

Com essa visão errônea da arte na educação infantil, desvaloriza-se o fazer da criança, não dando importância à capacidade que ela tem de criar. Desse modo, para que as artes visuais propiciem suas reais contribuições, é necessário que as atividades sejam espontâneas, ativem a criatividade e valorizem a auto-expressão. Um trabalho assim irá integrar o pensamento, a sensibilidade, a imaginação, a percepção, a intuição e a cognição favorecendo o desenvolvimento da criatividade na criança.

*A construção da capacidade de criação na infância é uma forma da criança manifestar a sua compreensão da realidade que o cerca, de exercitar sua inteligência ao criar, alterar, organizar e reorganizar elementos plásticos, é uma construção do ser humano. Na sua interação com o mundo, ela vivencia inúmeros contatos com experiências estéticas que envolvem o sentir e também o pensar e o interpretar. Portanto a linguagem visual faz parte da formação integral do indivíduo e não pode ser desconsiderada no contexto da educação infantil (MORENO, 2007, p. 44).*

Enfim, de acordo com o RCNEI, a aprendizagem com base em atividades artísticas, na educação infantil, deve garantir oportunidades para que as crianças de 0 a 3 anos ampliem seus conhecimentos na manipulação de diversos objetos e materiais, de forma que explorem suas características e propriedades, integrando, neste processo a comunicação e a expressão da criança. Para a fase de 4 a 6 anos as atividades artísticas devem: contribuir para a ampliação do conhecimento por meio da oportunidade de contato com obras de arte, conhecer-se a si mesmo por meio de produções próprias; desenvolver o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de criação própria e pelo de outras pessoas.

O que foi levantado até aqui sobre a arte na

Educação Infantil, sobre a contribuição dos precursores da escola infantil, e sobre os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, pode-se avaliar a importância da vivência das artes no ensino de crianças de 0 a 5 anos. Porém, a realidade observada nas escolas é a supervalorização de informações, e a negligência em relação aos aspectos intuitivos e criativos que as artes proporcionam. Por esta razão, é evidente a necessidade de se promover mais atividades artísticas na escola, de se desenvolver projetos que envolvam a capacidade das crianças e de se realizar exposições que possibilitem a apreciação dos próprios alunos e da comunidade escolar, valorizando o criar e favorecendo a auto-estima dos alunos. As artes incorporam um grande acervo de conhecimentos necessários à formação do indivíduo, contribuem para desenvolvimento expressivo, comunicativo, criativo e cognitivo e favorecem a interação social, fatores indispensáveis para o processo de educação na infância.

### 2.3 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A ARTE

Para compreendermos como as artes, em suas diversas formas, contribuem para a construção do conhecimento humano, é necessário investigar o que é e como se dá a construção do conhecimento. Segundo Moreno (2001), para se compreender o que é o conhecimento, é possível apoiar-se em variadas perspectivas, entre elas: a filosófica, a psicológica e a histórica. Conforme Sousa apud Moreno (2001), a perspectiva filosófica entende que o conhecimento é o resultado da apropriação, pelo homem, de dados empíricos e de idéias, na busca de entendimento da realidade.

Na perspectiva de Piaget (1980), o conhecimento configura-se como uma construção contínua de mediação entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre o meio físico e o social. Nessa ação, o indivíduo constrói novas estruturas mentais, estabelecendo condições e capacidades próprias de conhecer. Sendo assim, o indivíduo não aprende como se ele fosse um depósito de informações. No processo de construção de conhecimento, o indivíduo é sujeito ativo, só vai aprender significativamente se houver uma interação com o objeto. Com base na teoria piagetiana, o indivíduo é sujeito do processo de construção do seu conhecimento e esse processo só é possível mediante a sua ação.

É importante ressaltar que um trabalho artístico sempre carrega a marca do seu criador, ou seja, traz embutida, em si, a ação do sujeito que a criou que é fruto de sua interação com o meio e com o próprio objeto criado. Nesse processo, o indivíduo é capaz de construir o entendimento de novos conceitos referentes a materiais e a técnicas

utilizadas, o que se dá nas artes plásticas, na dança, no teatro, na música, e na produção de poesias. As Artes constituem atividades pelas quais o indivíduo é despertado para a criatividade, a qual se acentua com a prática. O ato criativo é um processo que sempre traz algo da pessoa que o executa. Uma pintura, por exemplo, por mais que uma pessoa tente fazê-la igual à outra nunca o será, sempre apresentará algo diferente. Como processo de criação do novo, a arte favorece a superação, do que é igual, da reprodução, favorece o desenvolvimento de uma aprendizagem mais significativa e criativa.

### 2.4 A ARTE NA CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO HUMANA

**O modo de o homem ver e agir no mundo vai se formulando ao longo de sua vida, a partir daquilo que vivencia no dia a dia, pois constrói seus valores, suas concepções e suas crenças, a partir de suas experiências, de suas ações. Conforme Severino:**

*Está definitivamente superada a idéia metafísica de que o nosso modo de ser se definiria por uma essência, entendida esta como um conjunto de características fixas e permanentes, ideia consagrada pelos filósofos antigos e medievais quando afirmavam que o agir decorre do ser... Mas justamente aqueles aspectos pelos quais somos especificamente humanos são aspectos que não estão dados a priori, eles são construídos graças a nossa prática (SEVERINO, 2006).*

A educação exerce um papel primordial no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. Por essa afirmação, é fácil perceber que o futuro de um aluno que é instigado, que desenvolve a criatividade e o pensamento crítico, tem perspectivas melhores de inserção na sociedade, pela possibilidade de conscientizar-se do seu lugar de cidadão.

É preciso formar homem para que ele seja capaz de ler e escrever o mundo em que vive, isto é, para que ele tenha condições de analisar a realidade e, assim criar estratégias para modificá-la no que for preciso, de modo que se estabeleçam experiências de socialização, de trabalho coletivo e de valorização de si e do outro. Segundo Kramer (2003), a cultura é uma junção de tradições, costumes, valores, história e experiências que se manifestam por meio das danças, das roupas, da música, das festas, etc. A autora entende que a criança precisa conhecer e vivenciar a cultura na qual está inserida, para, a partir daí, poder fazer parte da construção cultural, que é dinâmica e, assim, está em constante transformação. As artes partem das manifestações culturais, desse modo, é importante que as crianças as vivenciem e produzam, pois, assim, podem reconhecer-se como também produtoras dessa cultura.



Porém, para tanto, é necessário que a criança tenha oportunidade de desenvolver a criatividade e a expressão livre, e que, nesse processo, ela possa se conhecer e conhecer os outros, formando-se integralmente. As artes, em todas as suas modalidades, exploram, inevitavelmente, a expressão, a criatividade, a imaginação, a intuição e a sensibilidade de uma pessoa. A livre expressão é um meio pelo qual se revela a essência da personalidade. Apesar da espontaneidade quase sempre presente na criança, a realidade social muitas vezes não possibilitam que a mesma se expresse adequadamente. Através do desenho, da pintura, das esculturas e outras formas de artes plásticas satisfazem-se necessidades, realizam-se desejos e se afirma o EU, ou seja, a pessoa se revela para si mesma. Assim, ao exercitar a expressão livre, a criança libera sua criatividade e se conhece cada vez mais.

Para Alencar (1990), existem fatores que funcionam como repressão ao potencial criador, fatores estes que contribuem para a construção de uma visão limitada dos próprios talentos e potencialidades, dentre as quais, o medo da crítica e a idéia de que o talento está presente em poucos indivíduos. Segundo a autora, é a sociedade que inculca esses medos, através das crenças e valores estabelecidos, que são repassados, muitas vezes, e que, de forma gradual, atingem as crianças, por meio das proibições e repreensões exercidas pelos adultos.

São estas barreiras emocionais e culturais que inviabilizam a visão da arte como criação e não reprodução. Dentre as barreiras emocionais, a insegurança, o autoconceito negativo, a apatia, o medo, sentimentos de inferioridade, inibem uma forma de pensar mais inovadora e criadora. Alencar (1990) define o autoconceito como imagem subjetiva que cada um possui de si mesmo. O autoconceito constitui fator determinante daquilo que se é e caracteriza-se por facetas que podem ser mais positivas ou mais negativas, como exemplo: “Eu sou uma pessoa habilidosa, mas sou uma pessoa muito tímida”. Este exemplo apresenta características positivas e negativas da personalidade de uma pessoa, porém, existem pessoas que possuem um autoconceito totalmente negativo.

Em relação a essas barreiras emocionais, é possível efetuar mudanças, e o professor tem um papel importante no sentido de propiciar as condições favoráveis para o desenvolvimento de habilidades e talentos dos alunos. Não desconsiderando as diversas atividades pelas quais se pode realizar tal estímulo, é importante salientar que as artes possibilitam o reforço de estímulos positivos para a construção de um autoconceito

que valoriza muito mais as habilidades do que as dificuldades, contribuindo, desse modo, para a elevação da auto-estima dos alunos.

A educação não se limita à estruturação e à apropriação de conhecimentos matemáticos, técnicos, geográficos, históricos, entre muitos outros tão necessários para a formação humana, mas compreende também o objetivo de humanizar, de favorecer o crescimento cultural, emocional, afetivo, intelectual da criança, no sentido de que esta possa incorporar valores como sensibilidade, sentido, solidariedade e desejo de mudança.

## 2.5 O ENSINO DE ARTES VISUAIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabe-se que o contato com a arte, está presente na vida das crianças, em geral, desde muito cedo. À medida que as crianças vão se desenvolvendo, trazem consigo experiências vivenciadas desde o nascimento, as quais incluem diversas imagens que são acolhidas em sua mente, de acordo com sua cultura e com o ambiente em que vive. Sensações, formas, cores, linhas e traçados vão dando significado às imagens que posteriormente podem ser argumento para alguma produção artística, iniciada geralmente de forma espontânea com o desenho. Depois, já em um contexto escolar, temos referenciais direcionados para a Educação Infantil. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), por exemplo, é um documento que tem por objetivo nortear a prática pedagógica em creches e pré-escolas auxiliando professores em seu trabalho educativo diário. O documento é dividido em eixos de trabalho orientados conforme os conteúdos a serem ministrados nesta faixa etária. Dentre estes eixos, destaca-se a área de conhecimento de Artes Visuais:

*As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados, entalhes, etc. (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, vol. 3, p.85)*

Por ser uma linha de estudo que trabalha expressões e sensações, as crianças se identificam com a mesma, dando significado às práticas artísticas neste nível de ensino. Quando a criança desenha, utiliza variados materiais que lhe proporcionam liberdade sua imaginação/criação, podendo expressar sensações, sentimentos e pensamentos. Paulo Sans (2005) discorre muito bem a respeito desta capacidade criadora da criança: A criança desenha, possuindo características básicas que correspondem ao seu desenvolvimento geral. Brinca e desenha com naturalidade. Possui fértil capacidade de imaginação, pois tem o dom de fantasiar e de unir o



que conhece, de modo a ultrapassar os limites do possível e do impossível, conquistando, assim, uma criatividade aguçada. (SANS, 2005, p. 61/62).

É notório que a criança se expressa de forma mais livre, trazendo consigo suas idéias e impressões sobre o que está fazendo. Isto é um processo que se dá pouco a pouco, de acordo com as experiências que lhes são proporcionadas. Quando a criança encontra no contexto escolar um espaço que considere a Arte, incluindo a fazer artístico, a apreciação e a reflexão de obras artísticas, seus conhecimentos se ampliam, propiciando, certamente uma aprendizagem mais significativa, confirmada por Araújo (2014, p.23), quando relata que “As artes visuais desenvolvem a imaginação criadora, a capacidade de expressão, a sensibilidade e as habilidades estéticas das crianças, que adquirem, assim, competências culturais indispensáveis no mundo de hoje”.

Em conformidade com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que orienta a prática do professor, um dos objetivos ao se trabalhar com o ensino de Arte é o favorecimento do desenvolvimento da criatividade e não só isso, pois enquanto a criança cria diversas habilidades são aprimoradas em seu desenvolvimento. Segundo Araújo (2014), nestas atividades de criação: “(...) as crianças desenvolvem a função simbólica, a coordenação motora, o esquema corporal, os conceitos espaciais e lógico-matemáticos, entre outros aspectos importantes para seu desenvolvimento pleno. (ARAÚJO, 2014, p.23)”.

## 2.6 A ARTE NA ESCOLA

Em se tratando de escola, é necessário atentar para como a criança se aproxima e age em relação ao aspecto estético e artístico do conhecimento, essas observações ajudarão o professor saber o que e como propor experiências e situações que façam avançar as percepções e observações das crianças, bem como seus repertórios de saberes.

Essa compreensão da Arte e do seu ensino, de certa forma, fez com que o professor ficasse distante do conhecimento da área, embora ele não estivesse distante da utilização das linguagens artísticas em suas salas. As práticas pedagógicas, principalmente com crianças, eram permeadas de músicas, jogos dramáticos, desenhos, pinturas, entre outros. Mas nem sempre essas manifestações, presentes no cotidiano, eram consideradas como produções culturais, sociais, históricas e estéticas, isto é, como um saber socialmente produzido.

Também não pensava na articulação de intervenções para que essa área fosse trazida à sala de aula em situações de ensino e aprendizagem, ou

se observava a experiência estética e artística em relação à expressão e representação das crianças. As mudanças na concepção de Educação e de Arte e os estudos no sentido de resgatar esse conhecimento na escola têm colocado a importância das ações cognitivas sobre experiências estéticas e artísticas e a relevância do contato/diálogo com imagens de Arte. Tais mudanças, por sua vez, têm levado a modificação no papel do professor frente aos alunos e à situação de ensino e aprendizagem.

O professor tornou-se aquele que está junto às crianças, vivenciando situações de Arte e atuando como mediador do contato com a produção cultural. Nesse sentido, ele assume, em sala de aula, não apenas o papel de estimulador, mas também o de articulador das situações de ensino e aprendizagem. É ele que organiza experiências com as percepções trazidas pelas crianças do seu cotidiano e que leva, para sua sala de aula, o repertório cultural da Arte.

As crianças enquanto seres em processo de humanização, constrói-se como tal nas relações com a natureza, com seus semelhantes, consigo mesmo e com sua cultura. Para estabelecer a comunicação nessas e dessas relações, a humanidade criou um mundo simbólico o qual representa aquilo que é vivenciado individual e socialmente. A Arte é uma dessas formas simbólicas de conhecer e representar o mundo e a si mesmo. “A Arte se constitui de modos específicos da atividade criativa dos seres humanos ao interagirem com o mundo em que vivem, ao se conhecerem e ao conhecê-lo. (Ferraz & Fusari, 1993, p. 13)”.

A criança, desde que nasce, depara-se com um mundo cheio de símbolos e significados construídos pelas gerações que a precedem e, participando das práticas culturais do seu grupo, reconstrói os significados do mundo físico, psicológico, social, estético e cultural. O mundo simbólico será conhecido e ressignificado no convívio e acesso aos jeitos de pensar e fazer e aos códigos, entre eles os códigos da Arte.

*... é na cotidianidade que os conceitos sócias e culturais são construídos pela criança, por exemplo, os de gostar desgostar, de beleza, feiura, entre outros. Esta elaboração se faz de maneira ativa, a criança interagindo vivamente com pessoas e sua ambiência (FERRAZ & FUSARI, 1993, p.42).*

A organização de sentidos para esse mundo simbólico, à disposição das crianças, é um ato criador ao mesmo tempo individual e coletivo. Ao reconstruir os sentidos das experiências para si, a criança articula as experiências externas às suas possibilidades de percepção e leitura de mundo. Não apenas reproduz o que percebe, mas cria outros sentidos, usa a imaginação para preencher os vazios

de sua leitura de mundo, articulando significados próprios para o que observa e percebe. Interage com manifestações artísticas, estéticas e comunicativas da ambiência e, nessa interação, entra em contato com o contexto social e cultural que permeia a estruturação do senso estético. Educa-se esteticamente no convívio com os bens simbólicos de um mundo de sons, imagens e movimentos. Mas, nem sempre os códigos culturais estão prontamente disponíveis no cotidiano e nem em situações que sejam significativas para as crianças. À escola cabe a tarefa de tornar disponíveis os códigos do cotidiano das crianças e aqueles do legado da humanidade, em situações significativas para elas.

*Queiramos ou não, é evidente que a criança já vivencia a Arte produzida pelos adultos, presente em seu cotidiano. É óbvio que essa Arte exerce vivas influências estéticas na criança. É óbvio também, que a criança com ela interage de diversas maneiras (FERRAZ & FUSARI, 1993, p. 43).*

A educação estética e artística da criança, na escola, deve partir do pressuposto de que ela está inserida no ambiente afetivo e social em que vai desenvolver seu processo de socialização, isto é, desenvolver formas de ser e estar no mundo, entre elas as das linguagens artísticas. As aulas de Arte podem estar pautadas no contato das crianças com o cotidiano, natural e cultural e no contato com obras.

Naturalmente, as crianças entram em contato com o mundo sensível, agindo sobre ele, e constroem para si um repertório perceptivo de formas, cores, texturas, sabores, gestos e sons, atribuindo a este mundo, sentidos e organizações diferentes. O professor deve considerar essas significações já construídas e colocar o desafio de construir outras, inclusive as estéticas.

Alguns objetos e manifestações artísticas estão dispostos no mundo e até veiculados pelos meios de comunicação. Portanto, as crianças já têm acesso a essas manifestações e o professor precisa trazer outras que não estão tão facilmente ao alcance da percepção das mesmas. Barbosa (1991), ao tratar da importância das imagens de Arte na educação, afirma que o resgate do conhecimento de Arte pode ocorrer através do contato/diálogo das crianças com as imagens. A imagem significa algo a ser lido e que pode ser levado às salas de aula para que as crianças possam estabelecer uma alfabetização visual e estética. Abordar Arte sem que se ponha à disposição das crianças a imagem, é como querer alfabetizar para a leitura e escrita sem colocar a criança em contato com livros.

*Outro ponto importante é o contato da criança com as obras de arte. Quando isso ocorre com crianças que têm oportunidade de praticar atividades artísticas, percebe-se que elas adquirem novos repertórios e são capazes de fazer relações com suas*

*próprias experiências, e, ainda, se elas também são encorajadas a observar, trocar, conversar e refletir... (FERRAZ & FUSARI, 1993, p. 49).*

O contato, tanto com os atributos das linguagens dispostos no entorno, quanto com as imagens artísticas, favorece o desenvolvimento das observações e percepções das crianças e que se reflete na expressão e na construção de possibilidades de representação dessa expressão.

A expressão não é um processo isolado, fruto de um desenvolvimento natural, como pensavam os modernistas, mas objeto de uma ação cognitiva, afetiva e motora da criança, sobre o repertório cultural a que tem acesso. É o resultado de ações em reciprocidade, nas quais a criança internaliza os elementos e constrói relações, vinculando às suas experiências culturais. A expressividade infantil implica na construção de formas de linguagem e comunicação exercidas no processo de socialização. Atuando expressivamente é que a criança aprende e vivencia formas de ser e de estar no mundo. O desenvolvimento da expressão acontece junto com seu desenvolvimento afetivo, perceptivo e intelectual e resulta do exercício de conhecimento de mundo. Exercício esse de construir noções a partir das suas experiências sensoriais e/ou corporais.

Dessa maneira, desde bem pequenas, as crianças estão lidando com o desenvolvimento de linguagens, traduzidas em signos e símbolos com significação cultural e subjetiva. O ato expressivo é ato de criação e o produto dessa criação pode apresentar-se com possibilidades de valor estético.

A vivência do mundo simbólico e a ampliação das experiências perceptivas que fornecem elementos para a representação infantil dão-se no contato com o outro. O professor pode, através do trabalho com o aprimoramento das potencialidades perceptivas, enriquecer as experiências das crianças de conhecimento artístico e estético e isto se dá quando elas são orientadas para observar, ver, tocar, enfim, perceber as coisas, a natureza e os objetos à sua volta.

*... durante as criações ou fazendo atividades de seu dia a dia, as crianças vão aprendendo a perceber os atributos constituídos dos objetos ou fenômenos à sua volta. Aprendem a nomear esses objetos, sua utilidade, seus aspectos formais, (tais como linha, volume, cor, tamanho, textura, entre outros) ou qualidades funções, entre outros... Para que isso ocorra é necessário a colaboração do outro – pais, professores, entre outros – sozinha ela nem sempre consegue atingir as diferenciações, objetos ou imagens, como por exemplo, as mais brilhantes, mais coloridas, mais estranhas... (FERRAZ & FUSARI, 1993, p. 49).*

No caso da Educação Infantil é importante atentar para o contexto de recepção das manifestações artísticas, isso significa dizer que as características etárias das crianças, precisam ser consideradas na articulação das propostas de ensino da Arte.

Entender a prática pedagógica nas linguagens artísticas requer que se estabeleça a relação entre as características da área de Arte e as demandas da Educação Infantil.

### 3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO DA ARTE

Para falar sobre a importância da arte na educação de crianças, faz-se também necessário abordar sobre a atuação do professor, sobre sua importância no aprendizado e desenvolvimento dos alunos, assim como, sobre sua formação nesse processo. Para exercer qualquer profissão ou função é necessário que se tenha preparo para o cargo. Na docência não é diferente. Para que possam realizar um trabalho de qualidade com as crianças, os professores precisam estar em constante inovação, numa busca pelo aprimoramento da prática pedagógica.

A cultura é construída e transmitida por meio das relações que se estabelecem socialmente, inclusive em sala de aula, assim, professores e alunos também são produtores e assimiladores de cultura (Lopes, 1999). De acordo com Martins Filho (2005), a criança, com suas brincadeiras, sua forma de compreender o mundo, seu modo mágico de pensar e sua construção individual como pessoa também produz cultura. Neste sentido, considera-se:

*[...] suas manifestações como provenientes de uma cultura própria da infância, seja sob a forma como as interpretam e interagem, seja nos efeitos que nelas produzem, a partir de suas próprias práticas... formas de ação social próprias deste grupo, ou seja, maneiras específicas de ser criança (MARTINS FILHO, 2005, p. 19).*

O professor não é somente o produto, o resultado de um curso de licenciatura. A formação do professor não se constrói de uma só vez, mas é um processo constante, contínuo, que se dá ao longo da sua formação e da sua atuação como professor, da sua vivência na prática, assim como, nas relações e desafios que encontra em seu trabalho com as crianças, nas necessidades visíveis e não visíveis que elas apresentam ou deixam transparecer em seus comportamentos, e na conscientização progressiva sobre o que é realmente importante que as crianças aprendam, vivenciem e construam como sujeitos da história e da cultura.

*“Assim, parece inconcebível que os professores favoreçam a construção de conhecimento se não são desafiados a construir o seu” (Lopes, 1999, p. 117).*

É importante que o professor tenha conhecimento da relevância de se trabalhar as diversas artes com as crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, porém, é fundamental que

tenha preparo para desenvolver atividades de forma adequada, de modo que as artes sejam trabalhadas nos seus diversos aspectos: afetivo, cognitivo, sensível, intuitivo e social (RCNEI, 1998).

Para tanto, é necessário que o professor busque conhecer obras de arte, a vida dos artistas, o contexto em que essas obras foram criadas, suas características mais marcantes, assim como, é preciso conhecer as diversas técnicas utilizadas em desenho, pintura, escultura e, da mesma forma, na música, dança e no teatro. Envolver a arte no processo educacional de crianças para buscar uma educação significativa para elas, não se limita apenas em incluí-la em um currículo.

Segundo Guimarães, Nunes e Leite (1999), experiências com artes plásticas, teatro, dança, música, fotografia, cinema, literatura, entre outras, não podem estar desvinculadas da formação do professor, pois, assim como todo cidadão, ele tem direito de vivenciar conhecimentos múltiplos da sua e de outras culturas. Conforme os autores é preciso enfatizar que muito mais necessário se torna o contato com experiências desta natureza para o profissional que estará envolvido diretamente com cidadãos que estão em processo inicial de construção cognitiva, afetiva, social, física e cultural. É comum muitas pessoas relatarem que não sabem ou não gostam de desenhar, que não sabem produzir trabalhos artísticos.

Muitas vezes, o que produziram quando ainda eram crianças, pareciam não agradar os outros. Ao se analisar as razões possíveis para isso, pode-se chegar à conclusão de que não se trata o desenho e as pinturas como atividades que podem ser aprendidas através da cultura, mas de atividades construídas essencialmente por dons inatos (GUIMARÃES; NUNES e LEITE, 1999).

É preciso que a escola se comprometa com a sensibilização das crianças, ou seja, que oportunize experiências novas de descobertas e que possibilite a expressividade do aluno, permitindo que ele conheça a si mesmo e olhe para aquilo que o cerca com curiosidade e sentimento, tendo sua parcela de responsabilidade na formação humana, na construção sensível do olhar sobre o pensar e do olhar sobre o mundo. A escola não é somente espaço para se aprender a ler, escrever e fazer contas e deve ir além do que é imediatamente utilizável.

É possível que o professor se forme e se construa culturalmente para uma atuação que integre, no seu cotidiano com os alunos, um envolvimento maior com o patrimônio cultural, com a criação, com a expressão, com o olhar curioso e sensível, enfim



com a liberdade. Ao desenvolver o gosto pela arte, além de apurar a sua sensibilidade, o professor entrará em contato com diferentes obras e conhecerá o material utilizado para a criação das mesmas, o contexto histórico, político e social no qual foram produzidas e a vida dos artistas que as produziram.

O processo de enriquecimento estético deveria se dar também na formação inicial do professor, porém, os vários saberes que compõem os currículos de formação do docente acabam por impedir a inclusão de conhecimentos relacionados às artes, entretanto, nada justifica esta ausência. Para preencher essa lacuna em sua formação, o professor pode buscar tais conhecimentos de forma independente ou coletivamente. Dias (1999, p. 179) comenta que essa busca pode ser pessoal ou em grupos de professores e que “os encontros devem ser realizados na própria instituição, sendo previsto também, visitas a museus, galerias de arte, ateliês e passeios pela cidade”. Dessa forma, o professor estará ampliando seu entendimento sobre as diversas formas de arte, sensibilizando assim o seu olhar estético, permitindo-se novas experiências e potencializando a sua criação. Dias ressalta ainda que:

*É preciso criar em nossos educadores o gosto pelo belo, pela arte, estimulando-os a freqüentar museus, galerias de arte, centros culturais, espetáculos de música e dança. Dessa maneira estaremos contribuindo para a democratização do conhecimento e para a formação pessoal do educador que conseqüentemente, repercutirá na relação estabelecida por ele com seus alunos na qualidade do trabalho pedagógico por ele desenvolvido (DIAS, 1999, p. 188, 189).*

Ao adquirir o gosto pela arte, além de apurar a sua sensibilidade, o professor entrará em contato com diferentes obras e conhecerá o material utilizado para a criação das mesmas, o contexto histórico, político e social no qual foram produzidas e a vida dos artistas que a produziram. Assim, é possível que o professor se forme e se construa culturalmente para uma atuação que integre, no seu cotidiano com os alunos, um envolvimento maior com o patrimônio cultural, com a criação, com a expressão, com o olhar curioso e sensível, enfim com a liberdade.

### 3.1 A ARTE E O TRABALHO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Faz-se necessário que o professor tenha como foco a dimensão cultural e estética e presente, para os alunos, a vida dos artistas, o contexto em que as obras foram criadas, as técnicas utilizadas e os sentimentos expressos nessas obras, que carregam em si a visão de mundo de seu criador. É importante considerar o que propõem o

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), quando apresenta, como eixos de trabalho, a “Música” e as “Artes Plásticas”, para o mesmo, a música deve possibilitar às crianças a audição, a percepção, a imitação e a reprodução de sons, para que possam explorar e identificar os elementos da mesma e, assim, desenvolver a expressão, a interação e a ampliação do conhecimento de mundo.

O trabalho com artes plásticas, segundo o documento, deve considerar a competência da criança. As atividades devem possibilitar a espontaneidade. Sendo um elemento de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo, a linguagem visual possibilita momentos de construção que envolve idéias, valores e sentimentos. As artes visuais devem envolver atividades como a pintura, a escultura, o desenho, a fotografia entre outras formas de artes plásticas.

Pensar no trabalho com as Artes Visuais na Educação Infantil é também pensar na melhor forma de ministrar este conteúdo. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, ao abordar os conteúdos a serem trabalhados nesta faixa etária afirma a importância do fazer artístico e do contato com objetos de Arte. Afirma também que o percurso de criação e construção individual da criança tem resultados significativos quando é enriquecido por uma prática educativa intencional. Segundo o mesmo documento (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p. 91, vol. 3):

*O trabalho com as Artes Visuais na educação infantil requer profunda atenção no que se refere ao respeito das peculiaridades e esquemas de conhecimentos próprios a cada faixa etária e nível de desenvolvimento. Isso significa que o pensamento, a sensibilidade, a percepção, a intuição e a cognição da criança devem ser trabalhadas de forma integrada, visando a favorecer o desenvolvimento das capacidades criativas das crianças.*

É importante considerar que o professor deve mediar o processo de aprendizagem em Arte, porém, a criação artística da criança deve ser uma conquista individual da mesma, pois: É no fazer artístico e no contato com os objetos de arte que parte significativa do conhecimento em Artes Visuais acontece. No decorrer desse processo, o prazer e o domínio do gesto e da visualidade evoluem para o prazer e o domínio do próprio fazer artístico, da simbolização e da leitura de imagens. (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p. 91, vol. 3).

Para Barbosa (2012) o “fazer arte” é insubstituível no que se refere ao ensino de Arte, assim como para o desenvolvimento do pensamento/linguagem. O autor defende ainda que é preciso alfabetizar para a leitura da imagem e que a produção artística auxilia a criança a compreendê-la, independente de



ser Arte ou não.

*A produção de arte faz a criança pensar inteligentemente acerca da criação de imagens visuais, mas somente a produção não é suficiente para a leitura e julgamento de qualidade das imagens produzidas por artistas ou do mundo cotidiano que nos cerca. (BARBOSA, 2012, p. 35).*

Ao alfabetizar para a leitura da imagem, faz-se necessário discutir a respeito do conceito de leitura. Outro conceito que deve ser considerado é o conceito de releitura. A releitura, não tem por objetivo ser uma cópia da obra estudada. Trata-se de uma reflexão da mesma, porém com um novo olhar, desta vez daquele que a está interpretando, ao mesmo tempo sem perder sua marca principal, já impressa pelo autor. Para Cavalcanti (1995, p. 46):

*Quando as crianças fazem uma releitura, colocam nela muitas questões conversadas durante a leitura, ou uma questão que chamou mais sua atenção, mostrando, ao realizar essa atividade, que é possível cada um se posicionar de uma maneira, pois a reflexão ocorre individualmente e nesse sentido o trabalho é de criação.*

Assim, é preciso ir além da produção de Arte. Barbosa (2012), p.36 propõe um currículo que interligue os três aspectos que compõe a Proposta Triangular:

*Um currículo que interligasse o fazer artístico, a análise da obra de arte e a contextualização estariam se organizando de maneira que a criança, suas necessidades, seus interesses e seu desenvolvimento estariam sendo respeitados e, ao mesmo tempo, estaria sendo respeitada a matéria a ser aprendida, seus valores, as estrutura e sua contribuição específica para a cultura.*

É importante destacar neste processo que a criança é capaz de perceber, contemplar e interagir com a produção artística. Como afirma o Referencial Curricular:

*Fruição é um conceito bem importante para a aprendizagem em Artes Visuais. Refere-se à reflexão conhecimento, emoção, sensação e ao prazer advindo da ação que a criança realiza ao se apropriar dos sentidos e emoções gerados no contato com as produções artísticas. (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p. 89, vol. 3).*

### 3.2 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM EM ARTES VISUAIS

Os alunos e o professor são sujeitos da aprendizagem. Sendo assim, é imprescindível a interação entre eles, onde o principal produto seja o processo de criar e fazer juntos, estabelecendo uma parceria e convivência produtiva, pois é nessa parceria que acontece o desenvolvimento da criatividade. O professor é mediador entre o conhecimento e o aluno e é sua atribuição reconhecer que é preciso que a criança tenha mais que contato com as Artes Visuais, é necessário que se aproprie delas, explore-as e produza-as de maneira significativa. Faz-se necessário sempre

estimular os alunos a serem pesquisadores, despertando sua criatividade, incentivando habilidades como observar, imaginar, criar, sentir, ver, admirar.

Essa mediação do conhecimento não se dá somente através da linguagem oral, mas através de vários meios linguísticos e gestuais. Algumas linguagens que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem podem ser destacadas: linguagem oral e escrita que tem grande importância na interação entre o aluno e o professor, a corporal que é através de gestos e posturas corporais, esse tipo de linguagem permite o aluno se expressar sobre o ambiente em que vive. A linguagem visual também é uma forma muito importante de expressão e comunicação. Manifesta-se através de desenhos, pinturas, esculturas, modelagem e tem grande significação, principalmente na Educação Infantil, período em que a criança busca na imaginação maneiras de se expressar.

Os professores da Educação Infantil, muitas vezes, não dão o devido valor ao trabalho com as Artes Visuais dentro da sala de aula, usam as atividades artísticas apenas para acalmar o ambiente e as crianças, para decorar a sala de aula, para aprofundar mais sobre um determinado conteúdo, propondo aos alunos desenhos e pinturas que, depois não são explorados.

As atividades artísticas devem ter maior relevância para o professor da Educação Infantil, deve haver uma interação entre ele e os alunos de forma prazerosa para que criem suas próprias produções. Entretanto, é preciso que se construa o ensino de métodos e técnicas para o uso do material e para o processo criativo, não deixando que a aula vire um momento de desordem e bagunça, e sim de aprendizado.

O professor deve procurar a atitude criadora do aluno, ser fomentador do pensamento, da sensibilidade, do questionamento, da construção de novas idéias, desafiando-o e provocando situações de criação. São diversas as técnicas de Artes Visuais usadas na Educação Infantil, todas trazem possibilidades para os alunos aumentarem seu potencial criador, para isso é preciso que o educador ofereça variados suportes e materiais como recurso de manipulação e expressão.

*O desenho, a pintura e a colagem das crianças são marcas que elas deixam a partir de sua relação com o mundo, em diálogo permanente com seu imaginário. São marcas pessoais. Portanto, é muito importante percebermos que cada criança tem um jeito próprio de se expressar: traços com mais vigor ou mais leves, ocupando o espaço todo ou apenas um cantinho, usando muitas cores ou escolhendo apenas uma etc. Nós professores (as), que lidamos dia-a-dia (sic) com meninos e meninas e suas produções culturais, seremos capazes de reconhecer a produção de cada criança mesmo que não tenha nome escrito se possibilitarmos que os pequenos se expressem*

com autoria. (BRASIL, 2006, p.48).

A criação artística contribui para um processo de formação do aluno, para que construa um relacionamento interpessoal e também promova um domínio corporal. Desta forma, o fazer Arte vai além de simplesmente oferecer lápis, caneta, folha de papel, é preciso que o professor ofereça meios que estimule a criatividade e imaginação, por exemplo, com um pedaço de carvão ou um graveto é possível ter o mesmo resultado de um lápis. A criança, desta forma ao fazer Arte, conhece a si mesmo e o mundo que o cerca.

O professor deve propiciar aos alunos um ambiente adequado, com diversas superfícies, materiais e instrumentos, de forma que tenham contato com uma gama maior de possibilidades para se expressar. Com maiores recurso e mais estímulos ele poderá conhecer novas técnicas, novos materiais, texturas, misturas de cores e tintas, desenvolvendo seus sentidos e posteriormente sua intelectualidade.

É importante também, que esse ambiente ofereça condições favoráveis para os alunos, como comodidade e conforto, para que possam produzir com criatividade e autonomia seus trabalhos artísticos. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

*É aconselhável que os locais de trabalho, de uma forma em geral, acomodem confortavelmente as crianças, dando o máximo de autonomia para o acesso e uso dos materiais. Espaços apertados inibem a expressão artística, enquanto os espaços suficientemente amplos favorecem a liberdade de expressão. (BRASIL, 1998, p. 110).*

Faz-se necessário criar situações no cotidiano escolar para a criança interessar-se pela Arte. Criando ambientes desafiadores, onde se sinta capaz de perceber seu potencial, reconhecer que tem habilidades que ela própria não tinha conhecimento, se interessar pelas atividades artísticas e a praticá-las com prazer e divertimento.

A imaginação sustenta o raciocínio e o sentir das crianças, cria sonhos e fantasias, pois através dela a mente infantil percorre outros tempos e espaços. Os diferentes materiais que são oferecidos para os alunos ao entrarem em contato com as práticas das Artes Visuais despertam seu imaginário, usa sua fantasia e descobre várias maneiras de criar novas formas. O professor deve evitar repetição e atividades mecânicas em sua didática e mediar o processo de forma significativa. Deve promover oportunidades para o aluno manipular o material didático, pois dessa forma eles criam interesse em saber do que se trata, de que material é feito, tendo a oportunidade de experimentá-lo e compreendê-lo.

*A didática do ensino da Arte manifesta em geral em duas tendências uma que propõe exercícios de repetição ou a imitação de modelos prontos. Outra, que trata de atividades somente auto estimulantes (sic); ambas favorecem tipos de aprendizagem distintas que deixam um legado empobrecido para o efetivo crescimento artístico do aluno. (BRASIL, 200, p. 94)*

O material didático utilizado pelo professor é um apoio indispensável para um bom trabalho com Artes Visuais dentro da sala de aula. Esse material deve despertar a curiosidade dos alunos, provocar estímulos e interesse pelo assunto. Em seu planejamento o professor deve oferecer diversas atividades artísticas, que estimulem e despertem a criatividade do aluno, incluindo desenhar com lápis, giz de cera, caneta, pintar com diferentes tintas em diferentes superfícies, criar também obras tridimensionais. No espaço escolar, o aluno deverá ser incentivado a realizar variadas atividades artísticas, e para isso, o professor de Artes Visuais deve usar procedimentos que o façam construir habilidades para criar o próprio trabalho e também analisar e apreciar a produção dos colegas, da arte local e a do patrimônio artístico.

Ao apresentar um objeto de estudos para seus alunos ou uma obra de arte, o professor deve usar ações como apreciação, produção e também a contextualização, pois todas são importantes ao trabalhar com a Arte e não existe sequencia correta dessas três ações, quanto mais variações da ordem, os alunos experimentarem, mais fortalecidos serão no processo criativo.

Ao propiciar a apreciação de obras de Arte de diferentes artistas para os alunos, é importante que o professor argumente sob a relevância e valor histórico de cada uma, estimulando a autonomia da criança na apropriação artística cultural, criar oportunidade para falar o que vê e o que sente, despertando-lhe a curiosidade e sensibilidade. Assim, amplia-se o conhecimento cultural e artístico da criança.

*A apropriação artístico-cultural das crianças tem o tempo e ritmo próprios; ocorre na medida em que estabelecem um diálogo direto com diferentes obras, acionando seus acervos, afetividade e cognição, possibilitando múltiplos olhares e sentidos. E será tão mais intensa quanto mais exercermos o papel de instigar sua curiosidade e provocar novas indagações. (BRASIL, 2006, p. 26).*

Em um curto espaço de tempo, a criança usa diferentes formas para desenhar um assunto de seu interesse e o professor deve atentar a essas mudanças e aos avanços no processo criativo. Com sua ajuda e seus comentários, os alunos dão forma a seus desenhos, ganham confiança com as sugestões e aprimoram suas produções. Cada criança enquanto individuo tem seu ritmo de aprendizagem, é preciso observar as características de cada faixa

etária, sendo importante que o professor esteja atento ao planejar as atividades e aos objetivos a serem atingidos com as mesmas, para que alcance o êxito esperado. Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p.107): “A organização do tempo em Artes Visuais deve respeitar as possibilidades das crianças relativas ao ritmo e interesse pelo trabalho, ao tempo de concentração, bem como ao prazer na realização das atividades.” É necessário que o professor conheça o processo de desenvolvimento de cada criança e ofereça atividades que despertem a criatividade natural e inovadora que cada uma tem. Para que elas adquiram gosto pelo que fazem, o professor deve sempre estimulá-la, valorizando a produção de cada uma sem fazer comparações, pois cada uma tem características e habilidades diferentes.

*Todas as crianças têm condições de se expressar através das linguagens visuais: cada uma do seu jeito, com seu ritmo, deixando suas próprias marcas e, por isso, devem ter suas produções artísticas respeitadas e valorizada” (BRASIL, 2006, p. 33).*

Faz-se necessário que o professor programe suas atividades de acordo com o tempo disponível, cada criança possui uma personalidade, assim cada um aprende no seu tempo certo, uns têm mais facilidade e desenvoltura para fazer as atividades outros são mais lentos, precisam de tempo mais prolongado. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) ao organizar o tempo, o educador pode trabalhar da seguinte forma:

- Atividades permanentes: acontecem diariamente, na rotina das crianças, desenhar, pintar, modelar, colagens, são atividades muito usadas.
- Sequencias de atividades: são atividades orientadas e planejadas pelo professor e tem como objetivo promover uma aprendizagem específica e bem definida.
- Projetos: têm como objetivo um produto final e geram novas aprendizagens, envolve diferentes conteúdos, os projetos em Artes oferecem pesquisa para os professores e as crianças.

Ao possibilitar o contato dos alunos com a pintura, o educador poderá proporcionar uma boa percepção, pois se trata de uma atividade que estimula o potencial criador, e proporciona que o professor desenvolva a coordenação motora, por estar realizando vários movimentos e gestos com os diferentes materiais que lhe são oferecidos. O desenho é uma atividade usada no dia a dia da Educação Infantil, ao desenhar os alunos revelam histórias e estilos de vida diferentes, pois antes da escrita, a comunicação é feita através do desenho e

é capaz de expressar todas suas sensações, sentimentos e pensamentos. Embora na Educação Infantil os conceitos não sejam trabalhados com simplicidade e êxito, o fato de adquirirem experiência com atividades artísticas faz com que os alunos tenham facilidade posteriormente ao entrarem em contato com a História da Arte ou conceitos teóricos, por já terem práticas educativas como mosaicos e pontilhismo terão um entendimento melhor sobre o conceito do ponto. Para mediar um conteúdo, o professor necessita ter uma formação adequada e um conhecimento pertinente sobre o assunto. E nas Artes Visuais não é diferente, um bom professor precisa ter conhecimento e compreensão do assunto para que ao proporcionar a mediação para os alunos, levem até eles uma aprendizagem que seja válida e significativa. O professor deve sempre renovar suas práticas educativas, usando métodos de ensino diversificados, ser flexível às mudanças, pois sempre vai encontrar crianças que não vão se adaptar com certa atividade e há momentos em que a mudança é essencial, principalmente ao trabalhar com as Artes Visuais, para não tornar cansativas e desinteressantes certas atividades.

Fazer Arte deverá ser um momento de alegria para o aluno, o professor deve estimular a espontaneidade, valorizar mais o processo do que o produto final, valorizando cada traço que o aluno faz e ao final de cada produção artística, expôlas e elogiar cada produção elevando assim a auto estima da criança. Dessa forma, é muito importante que o professor trabalhe com motivação e entusiasmo e esteja comprometido ao trabalhar com as Artes Visuais na Educação Infantil. Assim as crianças criam gosto pelo que fazem, contribuindo de modo significativo para seu aprendizado. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.

*As instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios. Quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesma, dos outros e do meio em que vivem.*

*(BRASIL, 1998, p.15).*

É muito importante a experiência do professor e também o conhecimento do mundo que ele possui, para ensinar de forma significativa e compartilhar suas experiências nas aulas. As Artes Visuais trabalham com o mundo do possível, tanto no seu processo de apreciação, quanto também no seu processo de criação para que a aprendizagem aconteça de forma significativa é importante que os ambientes educacionais abram espaços para os alunos se expressarem e comunicarem.

Dessa forma, é relevante desde cedo, trabalhar com a Arte dentro da sala de aula, propor o contato dos



alunos com as Artes Visuais, auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e fazer com que aprendam de forma criativa e prazerosa, pois é pela vivência que a criança desperta sua imaginação e também cria um bom relacionamento com o mundo e com sua realidade. Ao professor compete mediar, estimular e proporcionar situações em que a criança possa colocar em prática sua condição de fruidor, ao trabalhar com a apreciação das obras artísticas. Como método de avaliação das aulas de Arte o professor pode utilizar o portfólio de aprendizagem. O portfólio é um instrumento de avaliação que tem por objetivo acompanhar o processo de aprendizagem da criança e refletir sobre esses conhecimentos. Através de fotos, imagens, desenhos, textos e relatos que compõem este instrumento é possível perceber como a criança está progredindo.

Sendo assim, este estudo tem por objetivo contribuir para que o trabalho com artes, na educação infantil, possa ser desenvolvido de modo a atender às exigências de formação do homem na sua integridade, como propõem os documentos que estabelecem as diretrizes educacionais para os tempos atuais. Porém, as possibilidades do trabalho com artes para esse nível de ensino são inúmeras, podendo o professor utilizar de sua criatividade para criar outros recursos para propiciar aos seus alunos o conhecimento e a vivência da Arte, considerando-a como área de conhecimento importante para o desenvolvimento global da criança e como meio eficiente para uma educação mais rica e criativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho possibilitou a busca sobre um assunto que sempre me causou interesse no decorrer da minha graduação. O levantamento de fundamentos para a utilização da arte na educação proporcionou-me prazer e o desejo de buscar ainda mais conhecer o assunto e suas especificidades, objetivando o crescimento pessoal e profissional. Conhecer a função da arte na educação propicia um vasto enriquecimento, passa-se a entender a contribuição e a importância da mesma na vida das pessoas em geral, sejam elas crianças, jovens, adultos ou idosos. A arte favorece o contato das pessoas com a própria cultura e também com outras culturas.

Um trabalho de pesquisa é sempre instigante, pois propicia ao pesquisador uma ampliação de conhecimentos. Pode-se perceber, também, que a leitura, no processo acadêmico, é uma atividade fundamental, e a escrita é o registro das ideias que foram apreendidas. Este trabalho funcionou como uma oportunidade muito válida para se adentrar

nesta complexa e desafiadora atividade que é a pesquisa. Os objetivos propostos foram alcançados, pois as ideias dos autores pesquisados dialogaram umas com as outras e responderam às questões levantadas, ou seja, a arte é importante para o processo de educação de crianças de 0 a 5 anos, porque possibilita um caminho de superação do ensino mecanizado, voltado à codificação e à cópia de informações, e abre um leque de possibilidades de incorporação de valores, sentidos, fantasias, cores, alegria e vida. Considera-se que, além da família, os professores são os principais interventores no processo de educação da criança. Uma pesquisa científica sempre gera contribuições para a vida de qualquer profissional. A pesquisa sobre a arte na educação de crianças pode trazer as respostas e as propostas necessárias para a atuação do docente que considera o ensinar como uma forma de provocar o criar, o fazer, o buscar, o analisar, o interpretar e o expressar, e não apenas como uma mera transmissão de conteúdos, sendo este, um pedagogo, um professor ou qualquer outro profissional envolvido na educação de crianças.

Segundo Freire (1996, p. 97), “O espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, “interpretado”, “escrito”, e “reescrito”. Assim, a educação é uma área em que, a todo instante, constrói-se, destrói-se, e se reconstrói novas formas de desenvolver a maneira de educar. Ela é repleta de desafios e questões que necessitam ser superados para que o trabalho obtenha bons resultados. Mesmo diante dos inúmeros impedimentos presentes nas escolas, da desvalorização da arte como área de conhecimento, e da desvalorização do professor, que não é compreendido como agente de transformação social, acredita-se que nada será possível se nada se fizer pela educação.

É importante ressaltar que não se exclui a responsabilidade do poder público para com a educação, este, tem sido o dever de dar seguridade de uma educação de qualidade para nossas crianças, porém, se o professor não cuidar do seu espaço de trabalho, se não o organizar e não o considerar importante, ninguém o fará por ele. Indo mais além, ele não progredirá, ou seja, não alcançará o objetivo de uma educação significativa para as crianças, mesmo que seja um direito. Conclui-se, assim que o professor pode construir, junto com seus alunos, um espaço cheio de possibilidades de conhecimentos, de vida e de sonhos, um espaço onde as crianças podem viver profundamente a sua infância, com autonomia e criatividade, de forma ativa e responsável.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. **Como desenvolver o potencial criador**: um guia para a liberação da criatividade em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1990.
- ÁVILA, M. B.; SILVA, K. B. À. A música na educação infantil. In: NICOLAU, M. L. M; DIAS, M. C. M (orgs). **Oficinas de sonho e realidade**: Formação do educador da infância. Campinas: Papirus, 2003.
- BARBOSA, Ana MAE. **A imagem no ensino da arte**: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A imagem no ensino da arte**: anos 1980 e novos tempos. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF. V. 3, 1998.
- CAVALCANTI, Zélia (coord.). **Arte na sala de aula**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DIAS, Karina Sperle. Formação estética: em busca do olhar sensível. In: KRAMER, Sonia; GUIMARAES, Daniela; NUNES, Maria F. R.; LEITE, Maria I. (Orgs.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 1999, p. 175-201.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FERRAZ, Heloisa; FUSARI, Maria F. de Resende; **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GUIMARAES, Daniela; NUNES, Maria F. R.; LEITE, Maria I. História, cultura e expressão: Fundamentos na formação professor. In: KRAMER, Sonia; GUIMARAES, Daniela; NUNES, Maria F. R.; LEITE, Maria I. (Orgs.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 1999, p. 159-174.
- GULLAR, Ferreira. **Sobre arte, sobre poesia** (uma luz no chão). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2006.
- KRAMER, Sonia. Direitos da criança e projeto político pedagógico de Educação Infantil e Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOPES, Marcell Ribeiro Castanheira. Descompasso: da formação à prática. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria I.; NUNES, Maria F.; GUIMARAES, Daniela (orgs.). **Infância e educação infantil**. São Paulo: Papirus, 1999.
- LUCKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação – abordagem qualitativa**. São Paulo. EPU, 1986
- MACEDO, Neuza Dias de. **Iniciação à Pesquisa Bibliográfica**: Guia do Estudante para a Fundamentação do Trabalho de Pesquisa. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- MARQUES, Isabel. A. **O Ensino de dança hoje**: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARTINS FILHO, A. J. Culturas da infância: traços e retraços que a diferenciam. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Criança pede respeito**: Temas em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005, p.13-26.
- MORENO, G.L.. Comunicação **Significativa entre a criança e a Arte**. Revista do Professor. Abril/Junho, 2007, ano XXIII, N.90 ISSN 1518-1839.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. **Freinet: Evolução Histórica e Atualidades**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1994.
- SANS, Paulo de Tarso Cheida. **Fundamentos para o ensino de Artes Plásticas**. Campinas: Alínea, 2005
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Questões epistemológicas da pesquisa sobre a prática docente. In: **Encontro Nacional de Didática e Prática de ensino - Educação Formal e Não-formal, processos formativos e saberes pedagógicos**: desafios para a inclusão social. Recife: ENDIPE, 2006.



## CASO DE ENSINO: AMONDI – UM NOVO AMANHECER

**Priscilla Patrício de Holanda**<sup>10</sup>

[priscyholanda@gmail.com](mailto:priscyholanda@gmail.com)

**Maria Zenaide Alves**<sup>11</sup>

[zenpiaui@yahoo.com.br](mailto:zenpiaui@yahoo.com.br)

**Eliete Maria Bueno da Cunha**<sup>12</sup>

[elietembueno@gmail.com](mailto:elietembueno@gmail.com)

**Revista o Universo Observável**

**DOI: 10.5281/zenodo.12802491**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12802491)

CATALÃO

2024

---

<sup>10</sup> Graduada em Ciências Sociais – UFCAT.

Pós-Graduada em Gestão e Coordenação Escolar – FAVENI.

Mestra em Educação – UFCAT.

<sup>2</sup>Doutora em Educação – UFMG; Professora Titular da UFCAT.

<sup>3</sup>Graduada em Pedagogia – UEG; Mestranda em Educação \_UFCAT.

**Resumo:** Este texto tem como objetivo descrever um caso de ensino para educação étnico-racial, para ser utilizado como material didático em cursos de graduação e de pós-graduação em pedagogia e áreas afins. A elaboração do texto seguiu metodologia apropriada para casos de ensino. Os personagens centrais do caso são a professora Lúcia, as alunas Amondi, uma aluna queniana e Alice, aluna brasileira, da Escola Municipal José Benedito dos Santos em Guararema-SP. Este caso aborda uma situação fictícia de acontecimentos que ocorreram durante um evento organizado para a comemoração do “Dia da Consciência Negra” no ano de 2019. Os aspectos apresentados têm por objetivo possibilitar a discussão de conceitos como racismo no ambiente escolar, racismo estrutural, formação continuada, educação para as relações étnico-raciais e identidade negra. Ressalta-se que a Educação para as Relações étnico-raciais é uma disciplina nova na matriz curricular brasileira, decorrente da consolidação da Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica.

**Palavras-Chave:** Racismo. Formação de professores. Educação antirracista.

## 1. INTRODUÇÃO: A SITUAÇÃO INICIAL

Guararema, 23 de novembro de 2019

São quase 17 horas, Lúcia a professora de História da Escola Municipal José Benedito dos Santos, no município de Guararema interior de São Paulo, anda de um lado para o outro na quadra esportiva, atenta e minuciosa, conferindo os últimos detalhes para o evento de logo mais a noite “Consciência Negra, enegreça-se!”. Vai até o portal de entrada checa se o vento daquela tarde não está forte o suficiente para levar o arco de balões pretos e brancos que enfeitam a entrada, muda de lugar os dois vasos dos pequenos **Flamboyant amarelos e alaranjados, que indicam o caminho de terra da escola até a quadra, saudando com boas-vindas os ilustres convidados da noite, os alunos do colégio e suas famílias.**

Lúcia havia se dedicado bastante naquela semana desenvolvendo atividades e promovendo oficinais para o debate e a conscientização sobre a data do

dia 20 de novembro “Dia da Consciência Negra”, em todas as oito turmas que lecionava, de 5º ao 9º Ano. Sentia-se incomodada pelo fato de a maioria dos seus alunos não conhecerem as histórias de luta por trás da data, mas especialmente a perturbavam comentários no dia-a-dia, entre um café na padaria ou um passeio na praça movimentada da cidadezinha do tipo “Que bobagem isso de um dia para festejar a consciência negra. E a branca? Tem dia? Ou é todo dia mesmo? É cada uma que esse pessoal desses movimentos inventa. Gente que não tem o que fazer.”

Desde outubro procurou a coordenadora Ana e a informou do seu desejo em fazer no mês de novembro um circuito de atividades artísticas voltadas para a questão racial. Apresentar a cultura africana praticamente desconhecida pelos seus alunos e proporcionar-lhes o debate sobre o racismo no cotidiano. Ana não só aprovou, como se colocou à disposição para contribuir com aquilo que ela precisasse, tanto em questão de material, quanto em buscar algum recurso extra. De antemão ficou acertado que o miniauditório da escola ficaria à cargo das aulas de História no próximo mês. Foi o pontapé que Lúcia precisava, animadíssima e com um turbilhão de ideias em mente ela colocou seu projeto em ação.

Na primeira semana começaram as atividades, Lúcia levou um grupo de Congadas, “Os Ayós”, de tradição e louvor à São Benedito, um dos santos pretos mais populares do Brasil, para se apresentarem no teatro da Escola. Ela queria lhes mostrar a riqueza da congada, que é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira, um cortejo de músicas e danças. Que reúne elementos das tradições tribais de Angola e do Congo, com inspiração ibérica na parte religiosa, e que também recria o ritual de coroação de um rei congolês. São famosas em todo Brasil, pois encantam com as suas cores e cantorias e mostram a grandeza dos costumes e tradições do povo negro.

Na semana seguinte Lúcia com a ajuda de Ana transformou o teatro da Escola em uma sala de cinema e apresentou para os alunos o filme “Doze anos de Escravidão”.

Na terceira e última semana antes do grande dia a programação escolhida foi a apresentação de um

grupo teatral do curso de Artes Cênicas da USP “Os Anunciadores” com a peça de teatro *Zumbi Zumbi, o guerreiro negro*, que retratou a história desse grande líder e um dos principais personagens na luta pela libertação dos povos africanos no Brasil. Nascido no Quilombo dos Palmares, localizado no atual estado do Alagoas. Inclusive a data de 20 de novembro, como “Dia da Consciência Negra” foi escolhida como por coincidir com o dia atribuído à **morte de Zumbi dos Palmares**, em 1695, como forma de homenageá-lo.

Ao final das atividades planejadas que culminariam no dia do evento com a participação da família e comunidade escolar, Lúcia acreditava ter feito um bom trabalho, e sentia-se curiosa e empolgada pelos resultados que seus alunos que lhe apresentariam na atividade que ela lhes propôs. O desafio de atividade para cada aluno foi o seguinte:

Que cada um, juntamente com sua família apresentariam uma oficina artística com o tema “O que representa o povo negro para você e sua família?”, estaria valendo toda e qualquer manifestação artística e cultural escolhida.

No sábado, depois de conferir tudo, Lúcia foi para casa, tomou um banho caprichado colocou seu vestido colorido e adornou sua cabeça com um turbante de mesma estampa, presentes de sua avó materna, uma descendente de africanos forte e corajosa que morava na comunidade rural na redondeza da cidade.

Ao se olhar no espelho, para colocar os brincos e pulseiras, sentiu orgulho do caminho que percorreu para chegar ali, a caçula de três irmãos, filha de mãe solteira que dera duro para que ela e os irmãos recebessem educação e não faltasse o pão, fora a primeira da família a possuir um diploma de ensino superior. Cursou Pedagogia na USP, e logo depois de concluir sua graduação engatou numa Pós-Graduação em História e Cultura Afro-Brasileira, pela mesma universidade. Terminara o ano passado, quando recebeu o convite de pegar as aulas de História de todas as turmas daquela escola, convite que aceitara prontamente.

Ao chegar na escola, por volta das 19hs, já havia alguns alunos com suas famílias se instalando em suas mesas, dava gosto de ver a animação de cada grupo familiar, preparando seu espaço para receber os colegas e suas respectivas famílias e compartilhar de sua oficina. O burburinho era

contagante, as palavras e gritos de euforia se perdiam em meio à voz de Elza Soares que cantarolava ao fundo “Quem não sabe de onde veio, não sabe pra onde vai/ Sou preta, favelada, abusada e sou linda demais/ Vem comigo Rebecca! Yeah, yeah!”.

Lúcia se animou com o que via, tinha família preparando uma apresentação de roda de capoeira, no espaço ao lado, um varal de fotografias de personalidades negras: Martin Luther King; Nelson

Mandela; Os Panteras Negras; Ella Fitzgerald; Zumbi dos Palmares; Dandara; Aleijadinho; Tereza de Benguela; Luís Gama; Estêvão Silva; Machado de Assis; José do Patrocínio; João da Cruz e Souza; Machado de Assis; Nilo Peçanha; Pixinguinha; Elza Soares, Antonieta de Barros; Carolina de Jesus; Grande Otelo, ligavam a quadra de um lado ao outro. Ao fundo uma aluna preparava uma banda improvisada de tambores para a “Batuqueira” com seus pais, dois músicos de Samba conhecidos da região.

Enquanto caminhava pelos corredores e apreciava as apresentações de logo mais, uma explosão de sentimentos tomava conta de seu ser, alegria, euforia, coragem, força, esperança, por ver seu povo retratado de maneira tão singular, diferentemente das representações do negro submisso e inferiorizado das páginas do livro didático que usava o ano todo. Subitamente uma cena lhe chamou atenção, Amondi uma aluna queniana, de família refugiada que vivia a cerca de dois anos no Brasil, estava parada atônita em frente à mesa de outra colega Alice, uma descendente de família holandesa que viera para o Brasil na década de 1940, as duas alunas do 6º Ano.

Do rosto de Amondi desciam lágrimas silenciosas, mas que escorriam numa força brutal, que pareciam tomar conta de todo o seu ser. Aquela menina de 1,50 de altura, magra, pele negra retinta, de cabelos crespos, curvatura 4C, para os (as) adeptos da transição capilar, parecia nesse momento um pouco menor aos seus olhos, nesse momento. Seus pais estavam logo atrás dela com uma expressão tão perplexa quanto à da filha.

Foi quando chegou mais perto que Lúcia se deu conta do motivo. Na mesa em frente, havia sido preparada uma minie Exposição de quadros em tela muito bem pintados. Todas as pinturas eram rostos e corpos de mulheres negras. Cada imagem mais

linda que a outra, de uma qualidade e perfeição inquestionáveis.

Cora, mãe de Alice era artista plástica e professora na cidade de pintura em tela. O olhar de Lúcia percorreu cada quadro até que encontrou aquele em que Amondi fixara seu olhar. De quase um metro de altura, uma mulher negra toda adornada com colar de sementes, brinco de flores, ostentava uma farta cabeleira em estilo black power revestida de bombril. Lúcia parecia ter levando um soco no estômago, sua cabeça girou e por um segundo desejou não estar ali. Voltou em si com a voz de Cora, mãe de Alice que perguntava atordoada para Amondi:

O que foi? Porque você está assim? Não gostou dos quadros? Preparamos com tanto capricho e carinho para vocês (nesse momento podia-se ouvir o tom de voz enaltecendo o VOCÊS), que a distanciou ainda mais da família diante de si. Cora, neta de imigrantes holandeses, era branca de uma pele tão alva que reluzia, seus cabelos loiros, sempre bem escovados, destacavam ainda mais seu par de olhos azuis. Alice, sua filha, era uma mini cópia da mãe.

Amondi não respondeu de imediato, parecia engasgada, meio torpe, o olhar perdido entre um quadro e outro davam a impressão de eles estarem gritando para ela palavras que os outros ali presentes não eram capazes de ouvir. De repente, olhando para Alice e não para a mãe, ela respondeu entre choro e soluços (agora, era possível ouvi-los à distância):

Como poderia gostar? Se desde o ano passado quando cheguei nessa escola tenho sido alvo de piadas e brincadeiras pelos meninos da nossa e de outras salas, que na hora do recreio ou sempre que podem me chamam de pixaim, negrinha do bombril, buchinha, e outros tantos apelidos maldosos? E você Alice sabia o quanto isso me magoava, como pode fazer isso comigo?

Nesse momento, Adla sua mãe abraçou a filha por trás enquanto compreendia o motivo pelo qual seu *pequeno raio de luz*, era assim que a chamava, parecia murchar cada dia mais, como uma flor exposta ao fogo, depois de chegarem ao Brasil. Sem nunca ter mencionado nada do que se passava com ela. A menina voltou-se para a mãe, se aninhou em seus braços e derramou ali toda a sua dor, aquele choro era de partir o coração de qualquer um ali presente, era um pranto que vinha da alma, de uma alma diariamente machucada.

Foi quando Cora, doida por sair daquela situação embaraçosa esbravejou em alto e bom tom:

Não há necessidade de tanto drama menina! Você deveria se sentir lisonjeada sabia? Até a Bombril fez uma linha em homenagem a meninas como V-0-C-Ê, ela lançou a Krespinha! Ta vendo só que honra?!

Lúcia não acreditava que ouvira aquilo, era demais para ela, sentido a tensão se espalhando pelo ar, sabia que estava prestes a perder o controle da situação. Precisava intervir imediatamente, olhando para Amondi sendo consolada pela mãe, passou um filme pela sua cabeça, quantas vezes passara por situações como essa quando criança ou adolescente na escola, ela sabia o quanto aquilo doía, e como era importante e necessário fazer algo a respeito, agora.

Mas o que fazer? Como explicar para Cora, Tadeu e Alice que o ato que haviam cometido era extramente ofensivo, pejorativo, e de caráter racista? Pedir para retirarem o quadro da exposição resolveria o problema? E quanto aos outros alunos que vinham cometendo atitudes racistas contra Amondi há no mínimo um ano, bem diante dos seus olhos e de outros professores, como corrigi-los e educá-los para uma outra postura?

Eram muitas questões que a pegaram de surpresa, não estavam no cronograma da noite. Lúcia precisava pensar rápido, o acontecimento e a situação que explodira (mas que na verdade só revelou um problema já existente), necessitava de uma tomada de decisão e uma atitude diante de todos ali presentes, famílias e comunidade escolar. Naquele instante Lúcia desejou não ter organizado o evento, mas antes mesmo de se autocensurar por tal pensamento de fraquejo, lembrou-se das palavras do professor Kabenguele Munanga, em uma palestra durante sua Pós-Graduação “A educação colabora para perpetuar o racismo”. Sentiu como um ânimo novo subindo pelas suas pernas e caminhou à passos largos em direção ao sistema de som.

Ao se virar para todos ali presentes e pegar o microfone, Lúcia sabia que não tinha o dever apenas de combater e desconstruir o pensamento colonizado e racista, ela precisava preparar um novo caminho para que Amondi pudesse recuperar o brilho e a confiança que trouxera do Quênia.



## O CONTEXTO ESCOLAR

A Escola Municipal José Benedito dos Santos fica na região central de Guararema. Trata-se uma escola voltada para alunos de classe social B e C, com pais que possuem empregos fixos, casa própria em sua maioria, e estabilidade financeira. Dessa forma, o perfil socioeconômico dos estudantes encontra-se num nível intermediário, nem abastados nem tampouco necessitados. Justamente por isso, alguns problemas que são comumente encontrados em escolas periféricas como alto índice de evasão escolar, de violência e precariedade da estrutura escolar não refletem a realidade desta escola. Até por volta de 2010 não era muito comum a presença de estudantes negros na escola, pois estes se destinavam principalmente às escolas das regiões mais afastadas da cidade.

Com a mudança de muitas famílias de origem africana para São Paulo e região a partir de 2010, fugindo das situações de conflito ou em busca de melhores condições de vida. Tornou-se mais comum a presença de famílias estrangeiras vindas de todas as partes, na capital, onde há mais oferta de trabalho e nas cidades vizinhas, onde é possível residir com mais segurança, e até mais barato e se deslocar com facilidade para o centro urbano.

Com esse movimento migratório aumentou a frequência de estudantes da raça negra na Escola José Benedito dos Santos, alterando a realidade escolar até então vivenciada. Ana a coordenadora que estava em seu segundo período consecutivo como integrante da equipe gestora, também de família negra, porém de pele bem mais clara que Lúcia e marcas corporais menos gritantes, sempre se preocupou com as questões raciais e com as políticas educacionais das quais demandavam o sistema de educação brasileiro para a construção de uma educação em equidade.

Foi esse um dos motivos que a levou a convidar a professora Lúcia para ministrar as aulas de História. Desde 2015, ela lecionava Artes e Ensino Religioso. Ana ao saber que ela havia concluído seu curso de Pós-Graduação em História e Cultura Afro-Brasileira, atenta às mudanças no perfil de alunos, e às demandas do próprio currículo escolar em decorrência da promulgação da Lei 10. 639/03 achou promissora e enriquecedora a possibilidade de ter uma professora com essa capacitação entre o quadro de docentes. Assim, no início do ano letivo de 2019, com empenho e desejo de mudanças, Lúcia assumiu a cadeira da disciplina de História.

Como sabemos a democracia racial e a cordialidade são “mitos” que pretenderam invisibilizar, silenciar a existência do racismo no Brasil. Um dos

caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o afro-brasileiro é a tarefa de desnaturalização das desigualdades raciais.

Por isso ao refletirmos sobre o papel do educador nessa construção, é mister que tenhamos consciência da nossa responsabilidade como educadores, buscando em nosso cotidiano, não apenas promover o debate sobre estas questões, mas primordialmente ações que efetivem uma educação antirracista (Gomes, 2004).

Para isso é fundamental que a cultura e a história destes grupos historicamente discriminados estejam presentes no currículo, não apenas nas datas comemorativas, mas no dia a dia, na construção do histórico escolar.

## REFLETINDO A SITUAÇÃO-PROBLEMA

Como vimos no conto acima a professora Lúcia está diante de um dilema:

Como explicar para Cora, Tadeu e Alice que o ato que haviam cometido era extramente ofensivo, pejorativo, e de caráter racista? Pedir para retirarem o quadro da exposição resolveria o problema? E quanto aos outros estudantes que vinham cometendo atitudes racistas contra Amondi há no mínimo um ano, bem diante dos seus olhos e de outros professores como corrigi-los e educá-los para uma outra postura?

E por outro lado, como trabalhar positivamente para que a identidade negra de Amondi seja resgatada?

O racismo pode se manifestar no convívio diário com os colegas, nos corredores, na hora do lanche, nas brincadeiras no pátio ou até mesmo em sala de aula. A omissão de professores, pais e direção quanto à violência velada do racismo escolar também é agressão.

Na infância e adolescência atos discriminatórios podem deixar sequelas incuráveis. Um passo importante em busca de uma educação antirracista é reconhecer a existência dessas atitudes na escola e buscar intervir de modo pedagógico. O silêncio por parte do professor pode demonstrar conivência, gerando baixa autoestima e revolta em quem sofreu a ação racista. Portanto, professores, coordenadores e diretores precisam estar sensibilizados para a gravidade deste problema, que pode intervir negativamente na vida do estudante.

Diante disso apresentamos as ponderações a seguir, não com intuito de apresentar um caminho único, mas de promover o debate e a reflexão sobre o contexto histórico, social e cultural que cerceiam o acontecimento descrito.

## NOTAS DE ENSINO

Com a alteração da Lei nº 9.394/96 por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/2003, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui-se no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Segundo a LDBE – Lei nº 9.394, e suas alterações fica estabelecido que:

Art. 26-A. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Após promulgação da lei 10.639/03 observam-se muitas produções de livros e materiais, didáticos e paradidáticos, que contribuem com a valorização de textos e imagens dos negros no intuito de desmistificar alguns estereótipos desse grupamento populacional.

De acordo com as orientações observadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana e da cultura indígena (BRASIL, 2003), na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no capítulo destinado à Educação Básica (BRASIL, 2017), ao discutir a diversidade étnico-racial na escola, tem-se como principal meta a superação de situações cotidianas atravessadas pelo racismo e diversas ações de discriminação, além do exercício de convivência com a diversidade e respeito às diferenças.

Por isso é essencial, refletirmos e buscarmos promover práticas educativas que levem à mudança em direção a uma escola cidadã, que seja comprometida com os direitos humanos e a construção de identidades que visem a valorização de cada grupo étnico para a formação da sociedade brasileira.

Uma vez que, é o âmbito escolar, o espaço social propício aos estudantes para adquirirem conhecimentos necessários tanto à sua formação intelectual quanto cultural e social. Para uma sociedade realmente inclusiva e integradora, é necessário que haja uma mudança geral de posicionamentos, a partir do entendimento de que qualquer condição de desigualdade, abrange a necessidade educacional de uma ação que busque a luta pela equidade em que as pessoas se respeitem, independente de raça, classe, gênero ou alguma

limitação que porventura possuam, partindo dos direitos de todos à educação, independente das diferenças individuais ou de princípios.

O racismo pode se manifestar no convívio diário com os colegas, nos corredores, na hora do lanche, nas brincadeiras no pátio ou até mesmo em sala de aula. A omissão de professores, pais e direção quanto à violência velada do racismo escolar também é agressão. De forma que a escola que deverá ser local de acolhimento de todo estudante, independente da etnia, acaba não oferecendo esse acolhimento, não havendo inclusão quando não traz para seu cotidiano práticas que reconheçam positivamente o estudante, sua aparência, sua cultura e costumes.

No entanto, não é uma tarefa fácil trabalhar pedagogicamente com a diversidade, sobretudo em um país como o Brasil, marcado pela exclusão social. Dessa forma, a escola, deve buscar, em seu planejamento pedagógico dar ênfase às diferenças de classe, raça, gênero e culturais entre seus alunos, bem como às relações que estes indivíduos estabelecem consigo e com os outros. Para Louro (1997), no espaço escolar são instituídos códigos e símbolos que contribuirão para a formação identitária, agregando, elegendo, classificando e legitimando as diferenças.

Munanga (2005) em relação à cultura negra e suas identidades aponta que devemos nos atentar ao fato de que a identidade negra é formada por um complexo de identidades (gênero, raça, classe social, etnia, nacionalidade). Um dos caminhos propostos por Gomes (2004) na construção de uma representação positiva do afro-brasileiro é a tarefa de desnaturalização das desigualdades raciais.

A discriminação racial opera, na nossa sociedade, como um processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda a sociedade brasileira, direta ou indiretamente. Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré-escola um espaço positivo ao entendimento das diferentes etnias, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar, que conforme demonstrado por diversos estudos e pesquisas parece ignorar essa questão [...] (CAVALLEIRO, 2006 p. 26).

Nesse sentido Nilma Gomes (1996) defende que a escola é um dos espaços que interfere no complexo processo de construção das identidades, de forma que o tempo de escola ocupa um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. Nesse tempo são registradas lembranças, que produzem experiências e deixam profundas marcas naqueles que tem acesso à educação escolar.

Por isso, observamos no relato acima, que retrata o cotidiano e a realidade escolar da escola pública e também da escola privada brasileira, a importância da formação continuada para professores em relação a questão racial e a educação para as relações étnico-raciais frente a urgência do debate e preparo desses profissionais para lidarem com seus alunos no intuito de prepará-los, mas também de promover o espaço escolar da igualdade e da reparação histórica, social e cultural que demandam.

Nesse sentido, buscou-se discutir e promover a reflexão e diálogo na apresentação desse caso para ensino sobre a importância da interação família e comunidade escolar na luta pela desconstrução do racismo e pela equidade racial. Bem como fomentar o debate sobre as contribuições da formação continuada e da capacitação docente frente às questões raciais, e por fim abordar a necessidade de se pensar não apenas uma educação antirracista no sentido de combate ao racismo, mas uma educação que constrói pontes e possibilita novos caminhos de encontro consigo e com seus pares para estudantes negros.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. LDBE - Lei nº 9.694 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996). Acesso em 06 dez. 2020.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/topicos/11013671/lei-n-10639-de-09-de-janeiro-de-2003](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11013671/lei-n-10639-de-09-de-janeiro-de-2003)? Acesso em 06 dez. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. In: BRITO, A. et al. Kulé-Kulé: educação e identidade negra. Maceió: EDUFAL, 2004. Disponível em <http://www.ideario.org.br/neab/kule1/Textos%20kule1/nilma%20lino.pdf>> Acesso em 20 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Educação, raça e gênero – Relações imersas na alteridade. In: Cadernos Pagu (6-7) 1996, pp.67-82.

LOURO, Guacira Lopes (Org). Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2ª ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

## A IMPORTÂNCIA DA RECICLAGEM PARA A REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Luciano Reis Burgos<sup>13</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.13260656  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13260656)

---

<sup>13</sup>Bacharel em Administração de Empresas. Empresário há mais de 25 anos na área de Gestão de Vendas especializado em Iluminação Pública, Gestão de Resíduos e Recycling.  
E-mail: [luciano@lebrepresenta.com.br](mailto:luciano@lebrepresenta.com.br)



## RESUMO

A gestão de resíduos sólidos e a reciclagem no Brasil enfrentam desafios significativos devido à geração e disposição inadequada de resíduos, especialmente em áreas urbanas. Este artigo analisa os benefícios e desafios da reciclagem como estratégia para mitigar impactos ambientais e promover desenvolvimento econômico e inclusão social. Através da revisão de literatura e análise de dados do IBGE e ABNT, o estudo destaca as práticas de reciclagem no contexto brasileiro, discutindo a eficácia das políticas públicas implementadas e a resposta da sociedade a essas iniciativas. O objetivo é ampliar a compreensão sobre as práticas de reciclagem, essenciais para a conservação dos recursos naturais e proteção da saúde pública.

**Palavras-chave:** Gestão de resíduos sólidos, Reciclagem, Desenvolvimento sustentável, Políticas públicas, Brasil.

## ABSTRACT

*Solid waste management and recycling in Brazil are challenged by significant issues due to the generation and improper disposal of waste, particularly in urban areas. This article examines the benefits and challenges of recycling as a strategy to mitigate environmental impacts and promote economic development and social inclusion. Through literature review and analysis of data from IBGE and ABNT, the study highlights recycling practices in the Brazilian context, discussing the effectiveness of implemented public policies and society's response to these initiatives. The aim is to enhance understanding of recycling practices, which are essential for the conservation of natural resources and public health protection.*

**Keywords:** *Solid waste management, Recycling, Sustainable development, Public*

*policy, Brazil.*

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente produção de resíduos sólidos urbanos e a inadequada gestão destes têm provocado desafios ambientais, sociais e econômicos significativos ao redor do mundo. No Brasil, a situação não é diferente; o país enfrenta problemas críticos relacionados ao acúmulo de lixo, especialmente em áreas urbanas, onde a expansão demográfica e o consumo desenfreado exacerbam a geração de resíduos. A reciclagem surge como uma estratégia vital para mitigar esses impactos, promovendo não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também contribuindo para o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Este artigo tem como objetivo analisar os benefícios da reciclagem no contexto brasileiro, para a redução dos impactos ambientais, identificando os avanços e os desafios enfrentados no gerenciamento de resíduos sólidos. Explora-se a eficácia das políticas públicas implementadas e a resposta da sociedade a essas iniciativas, com um foco particular na redução dos impactos ambientais provocados pela disposição inadequada de resíduos e na maximização da reutilização de materiais recicláveis.

Dada a relevância do tema, a pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar a compreensão sobre as práticas de reciclagem como um componente essencial para o desenvolvimento sustentável. Além disso, visa contribuir para a formulação de políticas mais eficazes que possam incentivar práticas de descarte consciente e reciclagem, essenciais para a conservação dos recursos naturais e para a proteção da saúde pública.

A metodologia adotada inclui a análise de

dados secundários provenientes de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), complementada por uma revisão de literatura sobre as práticas de gestão de resíduos e reciclagem no Brasil. Este estudo contribuirá para um entendimento mais aprofundado dos impactos da reciclagem e das políticas ambientais no país, destacando tanto os progressos alcançados quanto os desafios persistentes.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 RECICLAGEM E SUA DIMENSÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil gera aproximadamente 228.413 toneladas de resíduos por dia, sendo que cerca de 50,8% desses resíduos são descartados de maneira inadequada, diretamente no solo, sem qualquer impermeabilização ou gestão para minimizar os impactos ambientais dessa disposição (IBGE, 2014).

A norma NBR10004 estabelece os critérios para classificar os resíduos de acordo com sua natureza e características em duas categorias: Classe 1 para resíduos perigosos, que podem ser nocivos ao meio ambiente ou à saúde humana, e Classe 2 para resíduos não perigosos. Essa classificação ajuda a definir os métodos apropriados para a disposição final de cada tipo de resíduo (ABNT, 2004).

Para que os locais de descarte sejam considerados adequados, é essencial que o solo seja impermeabilizado e que haja sistemas para coletar o chorume e encaminhá-lo para estações de tratamento de esgoto. Também é crucial monitorar o lençol freático e as emissões atmosféricas, além de capturar gases do aterro para produção de energia e separar os materiais recicláveis.

Atualmente, o Brasil tem 2.906 lixões e apenas 27,7% dos municípios encaminham seus

resíduos sólidos para aterros sanitários, onde os resíduos são dispostos sem tratamento prévio.

Apesar desses desafios, o Brasil registrou avanços significativos nos últimos anos. Em 2000, apenas 35% dos resíduos eram enviados a aterros, e essa porcentagem subiu para 58% em 2008, com 22,5% destinados a aterros controlados. Além disso, os programas de coleta seletiva mais que dobraram, de 451 em 2000 para 994 em 2008 (IBGE, 2014). Isso reflete um aumento na conscientização pública e nos investimentos em políticas de desenvolvimento sustentável, valorizando os produtos reciclados e promovendo campanhas de educação ambiental e projetos comunitários para combater doenças como a dengue.

Esses dados destacam a importância de uma gestão mais eficiente dos resíduos urbanos, principalmente por meio da reciclagem. A reciclagem é definida como o processo de reutilizar materiais descartados, que são coletados, separados e transformados em matéria-prima para novos produtos. Este processo inclui técnicas como peneiramento, separação manual ou gravimétrica para inorgânicos, e compostagem para orgânicos.

Os principais benefícios da reciclagem incluem a redução do uso de recursos naturais, muitas vezes finitos; diminuição do volume de resíduos que necessitam de tratamento final, como aterramento ou incineração; prolongamento da vida útil dos aterros sanitários; promoção de uma consciência ecológica; melhoria da limpeza pública; e criação de empregos.

Porém, é importante distinguir reciclagem de reutilização. Reutilizar significa prolongar o ciclo de vida de um material ou objeto, enquanto reciclar envolve reinserir um produto no ciclo produtivo, substituindo matérias-primas virgens por recicladas (OLIVEIRA, COSTA, 2010).

A reciclagem não apenas reaproveita materiais, mas é uma técnica que racionaliza o uso dos

recursos desde a escolha da matéria-prima, garantindo um futuro planejado não só do ponto de vista econômico e social, mas também ambiental, reduzindo o acúmulo de resíduos, as emissões de gases e os danos ao solo, ar e água.

No aspecto econômico, Calderoni (2010) argumenta que a reciclagem permite um uso mais eficiente dos recursos naturais e a reposição de recursos reaproveitáveis. Socialmente, a reciclagem melhora a qualidade de vida e gera empregos e renda para pessoas em situações vulneráveis.

Calderoni (2010) também desenvolveu uma fórmula para calcular a viabilidade econômica da reciclagem, levando em conta a receita da venda de materiais recicláveis, os custos de coleta e separação, e economias relacionadas ao consumo de energia, matérias-primas, recursos hídricos, controle ambiental e outros benefícios econômicos. Além dos benefícios diretos, a reciclagem também contribui para a certificação ambiental das empresas, melhorando sua imagem pública e competitividade ao demonstrar responsabilidade ambiental.

Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça adotou a Recomendação nº 11, promovendo políticas públicas nacionais para melhorar a prestação jurisdicional, proteger o meio ambiente e cumprir o artigo 225 da Constituição Federal, destacando o papel da responsabilidade socioambiental no Poder Judiciário (CNJ, 2007).

A Lei nº 12.305 de 2010, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece diretrizes para a gestão e gerenciamento de resíduos, definindo procedimentos para coleta, destino e tratamento de resíduos urbanos, perigosos e industriais, e estipula metas para a redução da geração de resíduos, enfatizando a necessidade de educação ambiental para promover mudanças comportamentais na sociedade.

## 2.2 A SUSTENTABILIDADE COMO O

## EIXO CENTRAL DO DESENVOLVIMENTO CONSERVACIONISTA

O ideal positivista de avanço incorporado por Olavo Bilac em nossa bandeira já ilustra o quanto o desenvolvimento foi e continua sendo central na política nacional. No entanto, percebendo os estragos e consequências adversas da exploração desmedida do ambiente, percebe-se que não basta qualquer forma de desenvolvimento; é crucial buscar um desenvolvimento que atenda às demandas econômicas e sociais atuais sem comprometer a harmonia ambiental das futuras gerações, permitindo que estas também possam evoluir e adaptar os recursos disponíveis às suas necessidades previstas ou emergenciais.

Para exemplificar, atualmente o Banco Mundial não define o desenvolvimento meramente por indicadores básicos de PIB, mas através do que

Asanuma *et al.* (2000) chamam de “diamantes de desenvolvimento”, que esboçam um polígono formado por variáveis como renda média nacional, expectativa de vida ao nascer, níveis de educação primária, acesso à água potável e PIB.

Nota-se que tanto o acesso à água potável quanto a expectativa de vida estão intimamente ligados às condições ambientais, além das econômicas, destacando a importância de um desenvolvimento sustentável. Isso implica a necessidade de uma conciliação entre objetivos econômicos e de produção com a conservação ambiental e justiça social, exigindo políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável por meio do acesso a serviços de qualidade que podem ser direta ou indiretamente fornecidos pelo estado, assegurando uma melhor qualidade de vida e o uso eficiente dos recursos naturais.

Em 1987, a ONU, por meio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicou o relatório "Nosso Futuro Comum", também conhecido como

Relatório Brundtland, nomeado em homenagem à sua coordenadora, Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega. Este relatório foi pioneiro ao definir o desenvolvimento sustentável como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades" (Brundtland, 2004, p. 33). Brundtland destacou que uma diretriz principal para os países industrializados era se preocupar com a exploração excessiva dos recursos naturais; portanto, deveriam adaptar seus sistemas de produção para a capacidade dos recursos naturais renováveis a fim de preservar a biodiversidade.

Essas medidas não se limitaram apenas aos países desenvolvidos; a recomendação para controle populacional, redução do consumo de energia e adaptação da matriz energética para o que se denomina energia limpa afetou diretamente países em desenvolvimento como Brasil, China e Índia.

Assim, o desenvolvimento sustentável também poderia ser descrito como desenvolvimento consciente, onde o Estado e a sociedade civil organizada estabelecem limites sociais às estruturas econômicas, de modo que a evolução seja eticamente responsável e preserve os recursos naturais para as futuras gerações, reduzindo também a quantidade de resíduos inaproveitáveis no ciclo econômico.

O relatório Brundtland reconhece que a pobreza generalizada é evitável e que o desenvolvimento de uma cidade deve priorizar o atendimento das necessidades básicas de todos, proporcionando oportunidades para melhorar a qualidade de vida da população. Um dos principais conceitos discutidos no relatório foi o de "equidade" como uma condição essencial para uma participação efetiva da sociedade nas decisões de desenvolvimento urbano por meio de processos democráticos (Brundtland, 2004).

O relatório também destacou a necessidade de descentralização no uso dos recursos financeiros e humanos e a importância do apoio político às cidades em níveis locais. Em relação aos recursos naturais, avaliou a capacidade da biosfera de absorver impactos humanos e declarou que a pobreza é agora reconhecida tanto como um problema ambiental quanto um componente crucial na busca pela sustentabilidade.

Posteriormente, o termo desenvolvimento sustentável foi amplamente discutido no evento ECO-92, que focou em como conciliar o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a conservação ambiental.

Mais recentemente, no Documento de Contribuição Brasileira à Rio+20, foram propostas para a futura agenda do desenvolvimento sustentável, incluindo a criação de um Programa de Proteção Socioambiental Global e o estabelecimento de objetivos para o desenvolvimento sustentável.

Este programa visa garantir renda para superar a pobreza extrema mundialmente e promover ações que assegurem a qualidade ambiental, segurança alimentar, moradia adequada e acesso à água limpa para todos. As políticas públicas tiveram sucesso em garantir uma renda mínima para a população vulnerável, juntamente com ações de recuperação e preservação ambiental, visando a integração da transferência de renda com atividades sustentáveis, de maneira similar a um programa de recuperação ambiental e transferência de renda atualmente em execução na Colômbia.

Por fim, os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos na Rio+20 (ONU, 2012) são direcionados para políticas e iniciativas governamentais que adotam padrões defensáveis, traduzidos em metas concretas, quantificáveis e verificáveis. Estes objetivos estão relacionados a aspectos como a erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional, acesso ao trabalho e a fontes de energia apropriadas, entre outros, além de



ênfazer a importância de mudanças nos hábitos diários que podem melhorar a vida de todos, evitando desperdícios e incentivando a reutilização e reciclagem de produtos, especialmente em áreas urbanas.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação onde a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais são harmonizados e reforçam o potencial presente e futuro, de modo a satisfazer as necessidades e aspirações humanas (CAMARGO, 2003).

### 2.3 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental tem se tornado cada vez mais competitiva nos últimos anos, conforme argumenta Dias (2010). Esse crescimento no competitivo se dá devido aos benefícios que a gestão ambiental oferece ao processo produtivo e pelo aumento de fatores que ela intensifica. Entre as vantagens competitivas destacam-se:

- Cumprimento das Exigências Normativas: As empresas que aderem às normativas ambientais se posicionam melhor em mercados cada vez mais exigentes em termos ecológicos, o que melhora sua imagem perante clientes e comunidade.
- Design do Produto: Adaptar produtos às exigências ambientais não apenas atende a regulamentações, mas também torna os produtos mais flexíveis, com custos menores e vida útil prolongada.
- Redução no Consumo de Energia: Isso resulta na diminuição dos custos de produção, alinhando a operação empresarial com práticas sustentáveis.

A Gestão Ambiental é definida como o processo que coordena as ações de diversos agentes sociais em um determinado espaço,

visando garantir que a exploração dos recursos ambientais—naturais, econômicos e socioculturais—esteja em conformidade com as especificações do ambiente, baseando-se em princípios e diretrizes estabelecidas (Almeida, 2005, *apud* Almeida, 2010).

Segundo Braga Júnior e Rizzo (2010) e Korilliny (2011), a reciclagem é de extrema importância para a preservação do meio ambiente por vários motivos, incluindo:

- Economia de energia;
- Minimização da poluição do solo, ar e água;
- Redução dos custos de produção para as indústrias;
- Geração de empregos;
- Prevenção de que materiais recicláveis retornem ao meio ambiente, evitando a degradação ambiental.

O Quadro 1 sugere medidas de gestão ambiental que as organizações podem adotar para minimizar os impactos ambientais causados por suas atividades. Essas medidas não só contribuem para um ambiente sustentável mas também oferecem benefícios econômicos e sociais, alinhando os objetivos empresariais com a responsabilidade ambiental.

Quadro 1: Sugestão de medidas de gestão ambiental

<b>IMPACTOS AMBIENTAIS POTENCIAIS</b>	<b>MEDIDAS DE GESTÃO</b>
Resíduos sólidos abandonados em locais inadequados (lixões), com a possibilidade de provocar: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obstrução de galerias de drenagem;</li> <li>• Degradação estética;</li> <li>• Redução do valor da terra e do entorno.</li> <li>• Queima a céu aberto gerando fuligem e gases irritantes.</li> <li>• Proliferação de vetores transmissores de doenças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer um serviço eficiente de coleta, adaptado as especificidades de cada região.</li> <li>• Aplicação do código de posturas municipal e/ou legislação pertinente.</li> </ul>
Falta de cooperação dos moradores em relação ao acondicionamento e a colocação dos resíduos de forma adequada à coleta.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar levantamento sobre o comportamento e características sócio-culturais que possam auxiliar na identificação de métodos que melhorem o sistema de coleta.</li> <li>• Promover ampla divulgação das rotas, frequência e horários de coleta.</li> </ul>
Geração de ruído e levantamento de poeira na coleta de caçambas estacionárias (comunitárias).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Minimizar a geração de poeira mediante a colocação de número adequado de caçambas em locais próprios e realizar a coleta em horários de menor movimento e circulação de pessoas.</li> </ul>
Acidentes ocupacionais com resíduos de serviços de saúde não acondicionados adequadamente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a segregação dos resíduos na fonte, com o acondicionamento adequado dos resíduos, especialmente dos perfuro-cortantes.</li> </ul>
Levantamento de poeira e ruídos nas unidades de transferência (transbordo).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Isolar as áreas de transferência com cortinas vegetais e realizar a carga e descarga em local fechado, com sistema de exaustão e filtragem do ar.</li> </ul>
Emissão de poeira na área do aterro em função do trânsito, descarga, espalhamento e compactação de resíduos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer zona de amortização dos impactos (cortina vegetal), com a pavimentação dos acessos e umedecimento das ruas internas do aterro.</li> </ul>
Geração de odores provenientes do aterro sanitário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operação adequada do aterro, com espalhamento, compactação e cobertura diária, implantação de sistema de tratamento de gases e líquidos percolados.</li> </ul>
Geração de odores provenientes das unidades de produção de composto orgânico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter condições aeróbicas adequadas para a decomposição da matéria orgânica.</li> </ul>
Contaminação das águas subterrâneas e/ou superficiais por lixiviação do aterro sanitário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar sistema de drenagem superficial, evitando-se a infiltração/escoamento das águas pluviais sobre a área do aterro.</li> </ul>
Emissão de gases orgânicos voláteis e potencialmente tóxicos nos aterros sanitários.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restringir a disposição de resíduos potencialmente perigosos em aterros de resíduos urbanos domiciliares.</li> </ul>
Degradação de vegetação devido à contaminação com gases do aterro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar sistema de controle e tratamento dos gases gerados no aterro.</li> </ul>
Conflitos sobre o uso do solo na região onde está localizado o aterro sanitário ou a unidade de tratamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar a localização da unidade de tratamento ou disposição final em função do plano diretor da cidade, implantando zonas de proteção no entorno da área selecionada.</li> </ul>

Fonte: Almeida (2010)

## 2.4 RECICLAGEM E A REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

A reciclagem emerge como uma solução eficaz para o reuso de materiais descartados, que de outra forma terminariam em aterros sanitários ou em locais impróprios como vias públicas, terrenos abandonados e corpos d'água. Esse processo não só gera novas matérias-primas, mas também evita a extração desnecessária de recursos naturais.

Conforme Leite (2009), os materiais reciclados produzem insumos secundários que podem, parcial ou completamente, substituir matérias-primas novas. Estes insumos secundários são então comercializados para indústrias que produzem bens ou matérias-primas.

Assim, a reciclagem impede a extração de recursos do meio ambiente, transformando produtos que seriam descartados em novas matérias-primas para a fabricação de produtos. Razzolini Filho e Berté (2009) explicam que o processo de reciclagem é composto por quatro fases: coleta, separação, revalorização e transformação. Essas etapas são cruciais para mitigar os problemas de degradação ambiental causados pela extração de recursos necessários para a produção de bens, preservando assim o meio ambiente de impactos mais severos.

A reciclagem também alivia o problema do acúmulo de resíduos sólidos e promove o uso mais eficiente dos recursos naturais. No entanto, é essencial o envolvimento da comunidade para que essa prática seja efetiva. É importante reconhecer o valor econômico dos resíduos, que podem ser segregados de várias formas.

Além de auxiliar na preservação ambiental, a reciclagem traz benefícios adicionais, como gerar renda para catadores de materiais recicláveis e oferecer inclusão social para indivíduos marginalizados pela sociedade. Nani (2008) aponta que a reciclagem pode

reduzir significativamente a extração de recursos naturais, minimizando o impacto ambiental. Para ele, reciclar transcende a simples coleta de material reciclável; é uma estratégia de conservação ambiental. A reciclagem traz múltiplos benefícios, incluindo a redução de resíduos destinados a aterros, a conservação de recursos naturais, a economia de energia, a diminuição da poluição (do ar, água e solo), o fomento à limpeza urbana e a criação de empregos e renda no setor de reciclagem.

À medida que os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos, a reciclagem se destaca como uma alternativa essencial para a obtenção de matérias-primas e para a conservação desses recursos. A reciclagem de resíduos não só é viável economicamente, socialmente e ambientalmente, mas também gera renda, oportunidades de trabalho e promove a inclusão social dos coletores de materiais, reduzindo simultaneamente a quantidade de materiais destinados a aterros sanitários e a extração de recursos naturais.

Conforme explicado por Ribeiro *et al.* (2014), a reciclagem ajuda a prevenir a poluição e a diminuir a pressão sobre a extração de matérias-primas virgens do meio ambiente. O autor também destaca o surgimento do conceito de gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos, que envolve a participação ativa de vários setores da sociedade, incluindo a responsabilização dos produtores ao longo da cadeia produtiva. Um plano eficaz de gestão deve considerar:

- a) Redução da geração de resíduos na fonte, que envolve inovações tecnológicas em produtos e processos produtivos, além de alterações nos padrões de consumo. Essas mudanças podem ser estimuladas por uma maior consciência ambiental ou pela aplicação do princípio poluidor-pagador, em contraste com a cobrança de uma taxa fixa pelos serviços de

limpeza urbana.

b) Reutilização do material produzido, que implica na reinserção de materiais que seriam descartados de volta ao processo produtivo. Esta prática não só é vantajosa ambientalmente, como também oferece benefícios econômicos, pois os resíduos não passam por processos de tratamento industrial.

c) Reciclagem, que dentro de um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, inclui a recuperação de materiais recicláveis dos resíduos urbanos e sua transformação em matérias-primas secundárias. Isso envolve etapas como coleta seletiva, triagem, limpeza, prensagem e/ou enfardamento, preparando-os para a reutilização.

d) Recuperação de energia, que consiste na incineração controlada de resíduos com o objetivo de gerar energia.

e) Aterro sanitário, que é a disposição final de resíduos sólidos urbanos e deve ser uma atividade complementar às estratégias anteriores.

A reciclagem, como um componente vital da gestão integrada de resíduos, desempenha um dos impactos ambientais da disposição inadequada de resíduos e das medidas adotadas para promover a reciclagem.

Inicialmente, realizou-se uma revisão extensiva da literatura para estabelecer uma base teórica sólida sobre o tema. Fontes acadêmicas, relatórios governamentais e publicações de instituições relevantes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) foram examinadas para coletar dados sobre a geração de resíduos e práticas de reciclagem no país.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

papel crucial no desenvolvimento sustentável, sintetizando seus princípios e oferecendo oportunidades de emprego e geração de renda para os coletores de materiais.

Ademais, os benefícios econômicos da reciclagem refletem o custo evitado no consumo de recursos naturais e energia, enquanto os benefícios ambientais incluem a redução dos impactos ambientais pelo menor consumo de energia, redução das emissões de gases de efeito estufa, menor consumo de água no processo de reciclagem, e a conservação da biodiversidade (IPEA, 2010).

Contudo, o país ainda enfrenta desafios significativos com o grande volume de materiais descartados inadequadamente, resultando em perdas de recursos naturais e financeiros, e contribuindo para a poluição do solo, do ar e da água.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo emprega uma abordagem qualitativa para avaliar a eficácia das práticas de reciclagem e gestão de resíduos no Brasil. A metodologia foi estruturada para fornecer uma compreensão

Os resultados obtidos a partir da análise dos dados indicam avanços significativos na gestão de resíduos sólidos no Brasil, especialmente em relação ao aumento das taxas de reciclagem e à implementação de políticas públicas mais eficazes. No entanto, desafios persistentes ainda impactam a eficiência dessas práticas.

#### A Avanços na gestão de resíduos

Conforme indicado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a porcentagem de resíduos destinados a aterros controlados aumentou de 35% em 2000 para 58% em 2008, com uma notável expansão dos



programas de coleta seletiva. Este crescimento reflete um aumento na conscientização pública e um investimento mais robusto em políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável. As campanhas de educação ambiental e os projetos comunitários, destacados por Silva e Gonçalves (2015), têm sido fundamentais para promover a segregação de resíduos na fonte, o que é crucial para a eficácia da reciclagem.

### **Desafios na Eficiência da Reciclagem**

Apesar desses avanços, aproximadamente 50,8% dos resíduos ainda são descartados de forma inadequada, diretamente no solo, sem qualquer tratamento ou impermeabilização, como destacado na norma NBR10004 da ABNT. Essa prática não apenas compromete a qualidade ambiental mas também reduz a quantidade de material disponível para reciclagem, limitando a eficiência do processo de recuperação de recursos, conforme observado por Costa e Marques (2018).

### **Aspectos econômicos da reciclagem**

Economicamente, a reciclagem demonstrou ser um vetor para a redução de custos associados ao manejo de resíduos. Como destacado por Calderoni (2010), a reciclagem pode gerar economias significativas no consumo de energia, na utilização de matérias-primas e nos custos de tratamento e disposição final de resíduos. No entanto, a análise dos dados revela que a viabilidade econômica da reciclagem ainda enfrenta barreiras devido à falta de infraestrutura adequada e ao baixo incentivo econômico para empresas e consumidores.

### **Impacto da reciclagem**

Socialmente, a reciclagem tem contribuído para a criação de empregos, especialmente entre comunidades mais pobres, onde a coleta de materiais recicláveis pode proporcionar uma fonte de renda vital. Este ponto é reforçado por Ferreira e Almeida (2017), que notam como a

segregação ineficaz de resíduos e a falta de programas educacionais abrangentes limitam o potencial de inclusão social e econômica que a reciclagem pode oferecer.

Os resultados apontam para uma necessidade crítica de reforçar as estratégias de gestão de resíduos no Brasil. A implementação de sistemas de coleta mais eficientes, o investimento em tecnologias de reciclagem e a ampliação das políticas públicas, sugeridas por Oliveira e Lima (2019), são essenciais para melhorar a recuperação de materiais e reduzir os impactos ambientais adversos. Além disso, é imperativo promover uma mudança cultural que valorize práticas sustentáveis e responsáveis de consumo e descarte.

Em suma, enquanto os avanços são notáveis, os desafios destacam a complexidade da gestão de resíduos no contexto brasileiro. Uma abordagem integrada, que combine inovação tecnológica, educação, políticas públicas e incentivos econômicos, será crucial para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e garantir um futuro ambientalmente seguro e economicamente próspero para as próximas gerações.

### **CONCLUSÃO**

A análise dos dados e informações coletadas neste estudo revela uma imagem complexa da gestão de resíduos sólidos e da reciclagem no Brasil. Embora tenham sido observados avanços significativos, como o aumento na quantidade de resíduos encaminhados para aterros controlados e a expansão dos programas de coleta seletiva, os desafios persistem, particularmente no que se refere ao tratamento e à disposição adequada dos resíduos, que ainda ocorrem de maneira inadequada em muitas regiões.

O incremento das taxas de reciclagem e a melhoria nas políticas de gestão de resíduos representam passos importantes para o Brasil na direção de um modelo de desenvolvimento

mais sustentável. No entanto, para que esses esforços sejam verdadeiramente eficazes, é fundamental que haja uma integração entre políticas públicas, iniciativas privadas e ações comunitárias. A educação ambiental emerge como um componente crucial nesse processo, capacitando os cidadãos a participarem ativamente na segregação e no manejo adequado dos resíduos.

Além disso, a reciclagem deve ser vista não apenas como uma questão de gestão de resíduos, mas como uma oportunidade econômica e social. Ao transformar resíduos em recursos, a reciclagem pode contribuir para a conservação de matérias-primas, a redução da degradação ambiental e a criação de novos empregos, especialmente em comunidades menos favorecidas. Portanto, fortalecer a infraestrutura de reciclagem e ampliar o acesso a programas de coleta seletiva são medidas essenciais para maximizar os benefícios econômicos, ambientais e sociais da reciclagem.

Dessa forma, este estudo destaca a necessidade de políticas mais robustas e de uma fiscalização mais efetiva para garantir a implementação das normas ambientais. A colaboração entre os diversos setores da sociedade, incluindo governos, empresas e a população em geral, é fundamental para superar os desafios existentes e para promover uma gestão de resíduos que seja verdadeiramente sustentável.

Portanto, embora progressos tenham sido feitos, muito ainda precisa ser realizado para que o Brasil alcance uma gestão de resíduos eficiente e responsável, capaz de suportar os princípios do desenvolvimento sustentável e garantir um futuro melhor para as gerações atuais e futuras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. *Gestão Ambiental para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora Thex: Almeida Cabral, 2010.

ASANUMA, M. e outros. Development of Waste Plastics Injection Process in Blast Furnace. *ISIJ International*, March 2000, p. 244-251. Acesso em: 25 mar. 2024.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, 4<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed\\_O\\_Desafio\\_Do\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf). Acesso em: 07 abr. 2024.

BRAGA JUNIOR, S.S.; RIZZO, M. R. Sustentabilidade através do aproveitamento de resíduos: um estudo dos processos implantados por um supermercado de médio porte. *Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas*, vol. 4, n. 2, p. 360-377. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Brasil inclui Piso de Proteção Socioambiental na agenda da Rio+20 para combater a pobreza no mundo. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/brasil-inclui-piso-de-protecao-socioambiental-na-agenda-da-rio-20-para-combater-a-pobreza-no-mundo/view>. Acesso em: 08 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: 22 mar. 2024.

BRUNDTLAND COMMISSION. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987. Acesso em: 15 abr. 2024.

CALDERONI, Sabetai. Os bilhões Perdidos no Lixo. 3ª ed. São Paulo: Humanitas Livraria. FFLCH/USP, 1999. 346 p. Acesso em: 05 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=867>. Acesso em: 08 abr. 2024.

COSTA, P.; MARQUES, R. Gestão de Resíduos Sólidos: O que dizem as leis. São Paulo: Editora Ambiente, 2018. Acesso em: 10 mar. 2024.

FERREIRA, L.; ALMEIDA, J. Inclusão social através da reciclagem: um estudo de caso. Lisboa: Editora Universitária, 2017. Acesso em: 28 mar. 2024.

KORILLINY, Railka. A importância da reciclagem. Disponível em: <http://gambientalemfoco.blogspot.com.br/2011>

/02/importancia-da-reciclagem.html. Acesso em: 13 abr. 2024.

LEITE, Paulo Roberto. Canais de distribuição reversos: fatores de influência sobre as quantidades recicladas de materiais. In: III Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. São Paulo, 2000. Acesso em: 02 abr. 2024.

OLIVEIRA, M.; LIMA, F. Inovação em Sistemas de Reciclagem no Brasil. Porto Alegre: Editora Progresso, 2019. Acesso em: 30 mar. 2024.

SILVA, A.; GONÇALVES, B. Educação ambiental e gestão de resíduos: Práticas para sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Eco, 2015. Acesso em: 14 abr. 2024.

YIN, R. K. Case Study Research: Design and Methods. 5th ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014. Acesso em: 03 abr. 2024.

## A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Luciano Reis Burgos<sup>14</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.13250986  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13250986)

25 de fevereiro de 2024

---

<sup>14</sup>Bacharel em Administração de Empresas. Empresário há mais de 25 anos na área de Gestão de Vendas especializado em Iluminação Pública, Gestão de Resíduos e Recycling.  
E-mail: [luciano@lebrepresenta.com.br](mailto:luciano@lebrepresenta.com.br)



## RESUMO

A indústria da construção civil é uma das principais fontes de resíduos sólidos, contribuindo significativamente para desafios ambientais, econômicos e sociais. Este trabalho examina a importância do tratamento adequado de resíduos sólidos gerados pela construção civil, com ênfase nas práticas que promovem a sustentabilidade e mitigam impactos ambientais negativos. Através de uma revisão bibliográfica detalhada, o estudo aborda as políticas e regulamentações vigentes, como a Resolução CONAMA nº 307 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelecem diretrizes para a gestão e o descarte apropriado desses resíduos. A análise revela que, apesar dos avanços legislativos, a implementação eficaz de práticas de gestão de resíduos enfrenta obstáculos como falta de fiscalização, necessidade de maior conscientização e variações nas práticas de implementação. Este estudo destaca a necessidade de uma abordagem integrada que envolva todos os stakeholders na promoção de uma construção mais sustentável, incluindo tecnologias de reciclagem, educação para práticas sustentáveis e uma legislação mais rigorosa. O objetivo é contribuir para o debate acadêmico e prático, proporcionando insights que possam orientar ações futuras para melhorar a gestão de resíduos na construção civil, buscando soluções que alinhem desenvolvimento econômico com proteção ambiental.

**Palavras-chave:** Resíduos da construção civil, sustentabilidade, gestão de resíduos, políticas ambientais, reciclagem de resíduos.

## ABSTRACT

*The construction industry is one of the major sources of solid waste, significantly contributing to environmental, economic, and*

*social challenges. This work examines the importance of proper treatment of solid waste generated by construction activities, emphasizing practices that promote sustainability and mitigate negative environmental impacts. Through a detailed literature review, the study addresses current policies and regulations, such as CONAMA Resolution No. 307 and the National Solid Waste Policy, which establish guidelines for the management and proper disposal of these wastes. The analysis reveals that despite legislative advancements, the effective implementation of waste management practices faces obstacles such as lack of enforcement, the need for greater awareness, and variations in implementation practices. This study highlights the need for an integrated approach involving all stakeholders in promoting more sustainable construction, including recycling technologies, education on sustainable practices, and stricter legislation. The aim is to contribute to academic and practical debates, providing insights that may guide future actions to improve waste management in the construction industry, seeking solutions that align economic development with environmental protection.*

**Keywords:** Construction waste, sustainability, waste management, environmental policies, waste recycling.

## 1 INTRODUÇÃO

A indústria da construção civil é reconhecida tanto por seu papel fundamental no desenvolvimento econômico quanto por ser uma das maiores geradoras de resíduos sólidos. A produção massiva de resíduos decorrente de atividades de construção, demolição, reformas e reparos representa um desafio ambiental significativo que exige atenção urgente (KOFOWOROLA E GHEEWALA, 2009). Este estudo visa explorar a importância do tratamento adequado desses resíduos, focando em práticas que não apenas minimizem o

impacto ambiental, mas também promovam a sustentabilidade no setor.

O rápido crescimento urbano e a expansão infraestrutural têm elevado a produção de resíduos da construção civil a níveis que comprometem a capacidade dos sistemas de gestão de resíduos existentes. A ineficiência no manejo desses resíduos não só contribui para problemas ambientais como poluição e degradação de habitats, mas também impõe desafios econômicos e sociais, como o aumento dos custos de disposição e o impacto na saúde pública (YUAN, SHEN, 2011).

Diversas legislações foram implementadas para regular a gestão e o descarte de resíduos da construção civil. No Brasil, a Resolução CONAMA nº 307 estabelece diretrizes que promovem a segregação, a quantificação, a classificação e o encaminhamento correto dos resíduos produzidos pelas atividades de construção (Brasil, 2002). Essas regulamentações visam não apenas proteger o meio ambiente, mas também incentivar a indústria da construção civil a adotar práticas mais sustentáveis.

A adoção de técnicas de Produção Mais Limpa (P+L) e a implementação de sistemas de gestão ambiental conforme normas ISO 14001 são exemplos de estratégias que têm sido exploradas para melhorar a gestão de resíduos na construção civil. Tais estratégias ajudam a minimizar a geração de resíduos e promover a reciclagem e reutilização, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais (AJAYI e OYEDELE, 2017).

Este trabalho se propõe a analisar a eficácia das práticas de tratamento de resíduos na construção civil e a identificar os principais desafios e oportunidades para a melhoria contínua da gestão de resíduos. Através de uma revisão bibliográfica abrangente, o estudo buscará contribuir com insights valiosos para acadêmicos, profissionais da área e

formuladores de políticas, fomentando uma reflexão crítica sobre os caminhos para uma indústria da construção civil mais sustentável.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de "Desenvolvimento Sustentável" se conecta diretamente com a necessidade de gerir os recursos naturais de maneira que não prejudiquem as futuras gerações. A sustentabilidade deve ser vista não como uma alternativa de estilo de vida, mas como essencial para a manutenção da vida na Terra.

Nesse contexto, a indústria da construção civil é uma das que mais consomem matérias-primas, gerando impactos significativos desde a extração até o uso final, resultando em resíduos sólidos. Portanto, a sustentabilidade neste setor deve ir além de apenas reduzir desperdícios, reciclando e reutilizando resíduos.

Conforme apontado por Carbonari, Pereira e Silva (2011), a diminuição de vários recursos naturais é resultado das atividades humanas que, ao buscar satisfazer suas necessidades individuais, utilizam esses recursos de forma descontrolada, afetando a capacidade do ecossistema de atender às futuras gerações.

As mudanças globais têm sido observadas tanto por cientistas quanto pela população em geral. Em diversos pontos do planeta, percebem-se alterações climáticas causadas por atividades humanas, com destaque para a queima de combustíveis fósseis, que contribui para o aquecimento global (PEREIRA, SILVA e CARBONARI, 2011).

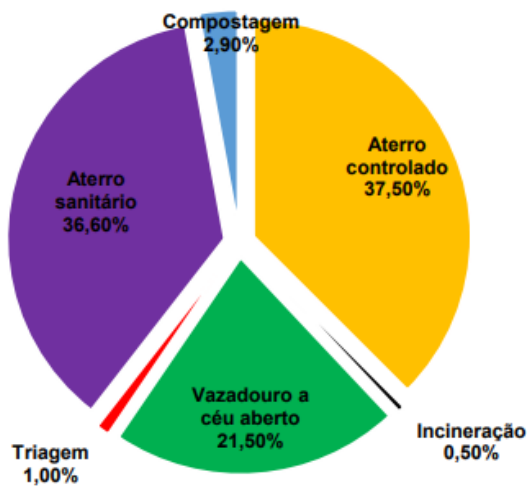
Segundo Dias (2017), a consciência ambiental surgiu no meio do século XX, impulsionada pelo aumento de denúncias de contaminação ambiental. Esse movimento resultou na criação de uma vasta legislação internacional,

monitorada de perto por entidades governamentais ambientais.

## 2.2 CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL E OS RESÍDUOS

(PNSB) do IBGE em 2000, cerca de 230 mil toneladas de resíduos sólidos são produzidas diariamente no país, mas nem toda essa quantidade é adequadamente destinada, conforme ilustrado no Gráfico 1:

**Gráfico 1:** Destinação final dos resíduos sólidos no Brasil.



**Fonte:** Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, (IBGE, 2000).

Segundo Philippi Jr., Roméro e Bruna (2004), os lixões a céu aberto no Brasil são locais de depósito para variados tipos de resíduos, sem tratamento adequado, representando riscos para a saúde pública e contaminando solos e mananciais.

A pesquisa do IBGE também revela que no Brasil existem cerca de 600 usinas de reciclagem, distribuídas por 350 distritos, com uma presença variada nas diferentes regiões do país. Essa dispersão geográfica indica que muitos municípios ainda carecem de controle efetivo sobre os resíduos que produzem, dificultando a gestão e o tratamento adequado dos mesmos.

No Brasil, a gestão de resíduos sólidos é de responsabilidade do poder público. As práticas de manejo dos resíduos sólidos urbanos vão da coleta até a disposição final. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

Para expandir esses números e melhorar a gestão de resíduos, é crucial que haja mudanças sociais, econômicas e culturais nas sociedades brasileiras, garantindo que todos os resíduos passem por processos de tratamento apropriados para minimizar impactos negativos ao meio ambiente.

### 2.2.1 Descarte de materiais na construção civil

Na indústria da construção civil, para cada metro quadrado de edificação construída, aproximadamente uma tonelada de materiais é utilizada. Entre esses, destacam-se itens comuns nos canteiros de obras, como cimento, areia, brita e madeira (Souza, 2005). Enquanto essa atividade promove benefícios econômicos e sociais significativos para o Brasil, incluindo geração de empregos e aumento da renda familiar, ela também resulta na produção de resíduos que podem prejudicar o solo, causar o assoreamento de córregos e disseminar doenças (Costa et al., 2014).

Durante o processo construtivo, a geração de resíduos é uma consequência das perdas inerentes, mesmo com um foco na qualidade e na minimização de desperdícios. Cardoso (2017) explorou a composição dos materiais descartados na construção no município de São Carlos/SP, demonstrando que cerâmica, pedras e cerâmica polida são os mais descartados.

A poluição substancial gerada por essas atividades é um problema generalizado, exacerbado tanto por grandes construtoras – que pagam pela remoção de resíduos sólidos

dos canteiros – quanto por urbanizações não planejadas e insuficientemente fiscalizadas, incentivando construções domésticas que frequentemente ignoram normas ambientais.

O entulho de construção civil brasileiro consiste principalmente de argamassa e cacos cerâmicos, além de pedras, areia, metais, plásticos e materiais orgânicos em menor proporção (AMADEI *et al.*, 2011).

Dos resíduos descartados, 67% provêm de pequenas reformas residenciais, não associadas a construtoras, enquanto os 33% restantes são relacionados a descartes feitos por construtoras, que poderiam melhorar significativamente essas estatísticas por meio de uma gestão adequada de resíduos (DALTRO FILHO *et al.*, 2006).

### 2.3 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC)

Visando a redução da produção de resíduos na construção civil, a Resolução CONAMA n° 307 de 2002 orienta que os geradores priorizem, inicialmente, a não geração de RCC e, seguindo uma ordem de prioridade, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Consequentemente, os resíduos da construção civil não podem ser depositados em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de vazadouros, encostas, corpos d'água, lotes vagos ou áreas protegidas por lei.

Miotto (2013) aponta múltiplos fatores que contribuem para a geração excessiva de RCC, incluindo a baixa qualificação da mão de obra, técnicas construtivas pouco avançadas que não utilizam princípios de racionalização, falhas nos métodos de transporte de materiais nos canteiros de obras, e a produção excessiva de materiais e embalagens.

Entre as metodologias de gestão ambiental, destaca-se a Produção Mais Limpa (P+L), originária do setor industrial, mas que pode ser eficazmente aplicada no setor da construção civil. Segundo Araújo (2002), a P+L visa

minimizar a geração de resíduos e promover sua reutilização na fonte. O autor observou que, com um projeto detalhado que siga os princípios da P+L, é possível evitar retrabalhos, otimizar a compra de materiais, reduzir desperdícios e custos de produção.

De acordo com a Resolução CONAMA n° 307 de 2002, o gerenciamento de resíduos da construção civil deve incluir ações diretas ou indiretas nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos. Paralelamente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no seu artigo 18, condiciona a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pelas prefeituras como requisito para a obtenção de repasses financeiros destinados aos serviços de limpeza dos municípios.

Além disso, o artigo 20 da PNRS exige a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para empreendimentos que produzem resíduos não classificados como domiciliares, devido à sua natureza, composição ou volume, como é o caso das organizações de construção civil (BRASIL, 2010).

Para um efetivo gerenciamento dos RCC, é essencial realizar uma prévia caracterização dos resíduos que serão gerados. Esse conhecimento direciona a definição das demais etapas do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), incluindo segregação, acondicionamento, transporte, e tratamento dos resíduos, bem como a disposição final dos rejeitos, sendo a apresentação deste plano uma exigência para conformidade com a legislação vigente.

### 2.4 A CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A problemática dos resíduos sólidos é emergencial, dada a potencial catástrofe ambiental que esses contaminantes podem causar tanto em municípios do interior quanto



em grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Com a implementação da Lei nº 12.305/10, a distinção anterior entre lixo e resíduos sólidos foi superada. Atualmente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reconhece todos os materiais descartados como resíduos sólidos.

Segundo a definição da PNRS no art. 3º, inc. XVI, resíduos sólidos são materiais, substâncias, objetos ou bens resultantes de atividades humanas em sociedade, que demandam uma destinação final apropriada, estando em estados sólido ou semissólido. O volume alarmante de resíduos produzidos no país é motivo de grande preocupação (ABRELP, 2021).

A má gestão dos Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde, que causa desequilíbrio e contaminação ambiental, é agora amplamente reconhecida. Portanto, é essencial desenvolver tratamentos que minimizem o impacto ambiental sem comprometer a qualidade dos serviços de saúde, ao mesmo tempo em que reduzem os riscos associados à presença de agentes patogênicos (MONTEIRO *et al.*, 2001).

A classificação dos resíduos sólidos envolve a identificação de sua origem processual ou atividade, seus constituintes e peculiaridades. Segundo a NBR 10.004/2004, os resíduos são classificados com base em seu potencial de contaminação ambiental e riscos à saúde pública sendo:

- (a) Resíduos Classe I – Perigosos;
- (b) Resíduos Classe II – Não Perigosos;
- (c) Resíduos Classe IIA – Não inertes;
- (d) Resíduos Classe IIB – Inertes.

Os da Classe I são aqueles com características perigosas como inflamabilidade, corrosividade,

reatividade, toxicidade e patogenicidade. Os não perigosos, divididos em IIA e IIB, incluem na Classe IIA materiais com características como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água, enquanto para a Classe IIB, são considerados resíduos que, quando em contato com água destilada ou deionizada, mantêm-se estáveis.

A PNRS, por sua vez, utiliza o critério de periculosidade como classificatório, mas não faz distinção entre resíduos não inertes e inertes. Outro critério da Lei nº 12.305/2010 é a origem do resíduo, categorizando-os como:

- Domiciliar: originário de atividades domésticas;
- Limpeza urbana: provém da varrição e limpeza de espaços públicos;
- Sólido urbano: combinação das categorias anteriores;
- Serviço público de saneamento básico: excluídos os anteriormente mencionados;
- Industrial: gerado por processos industriais;
- Serviço de saúde: conforme normativas dos órgãos de saúde e meio ambiente;
- Construção civil: proveniente de construções e demolições;
- Agrossilvopastoril: derivado de atividades agrícolas e florestais;
- Serviços de transporte: relacionados a infraestruturas de transporte;
- Mineração: oriundo de atividades de extração mineral.
- De acordo com a legislação atual, cabe ao governo desenvolver e implementar planos de gerenciamento de resíduos sólidos, respeitando a Política Nacional de Resíduos Sólidos. No entanto, é responsabilidade de todos adotar produtos sustentáveis e práticas de redução de resíduos nas atividades diárias da população, como ilustra a Figura 1:



**Figura 1:** Fluxograma resíduos sólidos, Fonte: Silva (2017)

De acordo com Silva (2013, p. 17), "os resíduos sólidos emergiram como um dos principais desafios para a sociedade contemporânea, devido ao excesso de geração e à inadequada disposição final desses materiais".

A administração dos resíduos deve ser vista como uma questão de alta importância para os líderes de órgãos públicos, contudo, os administradores públicos ao longo dos anos não têm dado a necessária atenção a essa problemática. Além das complicações administrativas, há uma falta de iniciativa por parte dos agentes econômicos e das organizações sociais para encontrar soluções para os desafios associados aos resíduos sólidos (SILVA, 2013)

## 2.5 A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E GERENCIAMENTO

A construção civil é essencial para o

desenvolvimento e a densificação dos centros urbanos, contribuindo significativamente para o crescimento econômico, aumento da renda familiar e criação de empregos no país. No entanto, também é uma fonte de impactos ambientais significativos devido à falta de gestão adequada de suas atividades.

De acordo com dados do Construbusiness (2018), no primeiro semestre de 2018, o faturamento do setor da construção atingiu R\$ 545,3 bilhões em valores correntes, dos quais 50,7% eram atribuídos a obras e serviços de construção. Os investimentos em obras e serviços nesse período somaram R\$ 275,1 bilhões, correspondendo a 8,2% do PIB brasileiro, com um aumento real de 2,8% em relação ao primeiro semestre de 2017.

O consumo de recursos naturais pela indústria da construção civil (ICC) varia entre 15 a 50%, e atualmente esse percentual alcançou 75%. Em 2000, o setor consumia cerca de 210

milhões de toneladas de agregados naturais por ano, principalmente na produção de argamassas e concretos, representando aproximadamente 33% do total utilizado anualmente pela sociedade. A ICC é responsável por aproximadamente 4,5% do total de energia consumida, sendo que 84% desse consumo ocorre na fase de produção desses minerais (JOHN, 2000).

A indústria da construção civil é o maior consumidor de agregados naturais. Como indicado nos dados da ANEPAC (2011) e do DNPM (Sumário Mineral Brasileiro, 2010), a produção de agregados graúdos (brita) e agregados miúdos (areia) entre 1988 a 2010 mostrou um crescimento considerável, embora tenha estabilizado em períodos de estabilidade monetária, como entre 1995 e 2000.

A crise imobiliária e bancária de 2008 nos países desenvolvidos não reduziu significativamente o consumo global de agregados essenciais para a ICC, como areia, cascalho e pedra, crucial no ano de 2010. Este consumo elevado de recursos minerais pela ICC é esperado que se mantenha nos países desenvolvidos para sustentar o conforto da vida moderna (VALVERDE, 2001).

Apesar de pequenas quedas no consumo de agregados entre 1989 a 1991, 1992 a 1993, 2002 a 2003, e 2005 a 2006, houve sempre um crescimento considerável nos outros anos, com destaque para 2009 a 2010, conforme indicado na Tabela 2.

O uso excessivo e ineficiente desses agregados na ICC, bem como o manejo inadequado durante a execução de obras, gera não apenas desperdício e ineficiência no processo construtivo, mas também impactos ambientais. Estes podem ser mitigados através da reciclagem dos Resíduos da Construção Civil (RCC) diretamente nos canteiros de obras, o que reduz significativamente a quantidade de resíduos depositados de forma irregular (EVANGELISTA; COSTA, ZANTA; 2010).

Em resposta à crescente pressão para promover o desenvolvimento sustentável, a

ICC tem sido desafiada a melhorar seus processos construtivos, tanto na qualificação da mão de obra quanto no uso racional de materiais e serviços (MORAIS, 2006). A adoção de práticas sustentáveis na execução de obras não só beneficia o meio ambiente, mas também otimiza o uso de recursos como os agregados, minimizando desperdícios.

## 5 METODOLOGIA

Este trabalho adota uma metodologia de revisão bibliográfica, que segundo Gil (2002), permite a análise de publicações existentes relacionadas ao tema de estudo. Esta abordagem é utilizada para consolidar o conhecimento existente, identificar tendências, estabelecer conexões entre pesquisas anteriores e fundamentar teoricamente o estudo sobre a importância do tratamento de resíduos sólidos na construção civil. A pesquisa baseia-se na análise de:

- Artigos científicos: Publicações em periódicos de alto impacto na área de gestão ambiental e construção civil, acessadas através de bases de dados como *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*.
- Relatórios técnicos e normativas: Documentos de agências governamentais e organizações internacionais, como o CONAMA, que detalham legislações e diretrizes sobre o tratamento de resíduos.

Conforme Booth, Sutton e Papaioannou (2016), os materiais incluídos na revisão foram selecionados com base em:

- Relevância: Publicações que abordam diretamente a gestão de resíduos na construção civil e suas implicações ambientais.
- Credibilidade: Fontes reconhecidas e revisadas por pares.
- Atualidade: Preferência por estudos publicados nos últimos dez anos, salvo

referências clássicas necessárias para a compreensão histórica do tema.

A análise dos dados coletados segue o método proposto por Ridley (2012), que envolve:

- Síntese descritiva: Apresentação das informações coletadas, organizadas tematicamente.
- Análise crítica: Discussão sobre as contribuições, limitações e discrepâncias nas pesquisas existentes.
- Síntese integrativa: Conexão das informações com o objetivo de formar uma compreensão abrangente sobre o tratamento de resíduos sólidos da construção civil.

Mesmo sendo uma revisão bibliográfica, este estudo segue os princípios éticos de pesquisa, garantindo a correta atribuição de créditos através de citações apropriadas e respeitando os direitos autorais dos trabalhos consultados.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resíduos gerados pela construção civil representam uma significativa fonte de poluição e desafios logísticos. De acordo com Souza (2005), uma tonelada de material é utilizada por metro quadrado de construção, abrangendo cimento, areia, brita e madeira. Essa quantidade substancial não apenas impõe riscos ambientais, como assoreamento de córregos e contaminação do solo, mas também amplia a problemática de gerenciamento efetivo de resíduos urbanos. Costa *et al.* (2014) destacam que a má gestão desses resíduos resulta em uma série de impactos negativos, incluindo a propagação de doenças.

A expansão descontrolada das atividades da construção civil, conforme observada em muitas cidades, leva ao descarte irregular de resíduos. As urbanizações não planejadas e a falta de fiscalização exacerbam o problema, onde muitas construções domésticas ignoram

as normativas ambientais (CARDOSO, 2017). Este cenário é confirmado pelos achados no município de São Carlos/SP, que revelam uma predominância de resíduos como cerâmica, pedras e cerâmica polida nos canteiros de obras.

A Resolução CONAMA nº 307 foi um marco regulatório que estabeleceu diretrizes claras para a disposição e tratamento adequado dos resíduos, priorizando práticas sustentáveis (CONAMA, 2002). Embora sua implementação tenha sido um avanço significativo, a eficácia dessa regulamentação ainda depende da rigorosidade de sua aplicação pelas autoridades locais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) impulsiona um maior controle sobre a gestão de resíduos, exigindo a elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada (BRASIL, 2010). Este quadro regulatório busca não apenas conformidade, mas também promover a conscientização sobre a importância de práticas sustentáveis.

A necessidade de um compromisso coletivo para melhorar a gestão de resíduos é crucial. As construtoras têm um papel significativo a desempenhar; ao melhorar suas práticas, podem reduzir a quantidade de resíduos gerados e promover um modelo de construção mais sustentável. Da mesma forma, a conscientização e educação de pequenos empreiteiros e do público em geral podem levar a uma redução significativa no descarte irregular, mitigando os impactos ambientais adversos (DALTRO FILHO *et al.*, 2006).

A discussão sublinha que, enquanto as legislações e regulamentações como a Resolução CONAMA nº 307 e a PNRS são fundamentais, o setor ainda enfrenta desafios significativos (Carvalho, 2008). A eficácia das medidas implementadas e a sustentabilidade futura da indústria da construção civil dependerão de uma abordagem integrada e de um comprometimento continuado com a



melhoria das práticas de tratamento e descarte de resíduos.

## CONCLUSÃO

Este trabalho explorou a complexidade e a urgência associadas ao tratamento de resíduos sólidos da construção civil, destacando tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias potenciais para uma gestão eficaz. A revisão da literatura mostrou que, embora a construção civil seja um pilar do desenvolvimento econômico, ela também é uma fonte significativa de poluição ambiental devido à geração e ao manejo inadequado de resíduos sólidos.

As políticas existentes, como a Resolução CONAMA nº 307 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, oferecem um framework robusto para a melhoria das práticas de gestão de resíduos. No entanto, a implementação eficaz dessas políticas ainda enfrenta obstáculos significativos, incluindo a falta de fiscalização rigorosa, a necessidade de maior conscientização e educação, e a variabilidade na adesão às normas entre as diferentes regiões e escalas de projetos de construção.

O estudo destacou que é fundamental não apenas implementar legislações, mas também assegurar que as práticas sustentáveis sejam adotadas de maneira uniforme e eficaz. Isso requer uma abordagem holística que envolva todos os stakeholders, incluindo governos, indústrias, e a sociedade civil, para colaborar na promoção de práticas que garantam a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

A reciclagem e a reutilização de resíduos no próprio canteiro de obras emergiram como soluções práticas que podem reduzir significativamente o volume de resíduos descartados, contribuindo para a economia circular e reduzindo a demanda por novos materiais. Além disso, a educação e a formação contínua de profissionais e trabalhadores do setor podem melhorar

significativamente a gestão de resíduos na fonte.

Conclui-se então que a chave para avançar na gestão de resíduos da construção civil reside na implementação rigorosa de políticas existentes, no desenvolvimento de novas tecnologias de reciclagem e no compromisso contínuo com a educação ambiental. Somente através de esforços colaborativos e integrados será possível mitigar os impactos ambientais da construção civil e avançar em direção a um futuro mais sustentável.

## REFERÊNCIAS

ABRELP. Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Brasília.2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10.004 - Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

BITENCOURT, J. DA S.; HERNÁNDEZ, C. T. Logística Reversa e Teoria Institucional: Um Estudo Bibliométrico. Cadernos de Gestão e Empreendedorismo, v. 7, n. 3, p. 68–83, 19 dez. 2019.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Presidência da República, Departamento da Casa Civil. Brasília, 2010.

ALENCAR, Emanuel. Fiscalização levanta voo. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/fiscalizacao-levanta-voo-interdita-aterro-ilegal-7237044>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ANEPAC. Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para a construção civil. 2011. Disponível em: <http://www.anepac.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAÚJO, A. F. A aplicação da metodologia de produção mais limpa: estudo em uma empresa do setor de construção civil. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 120 p.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução n. 307 de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 136, p. 95-96, 17 jul. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução n. 348 de 16 de agosto de 2004. Altera o inciso IV do art. 3º da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002 do CONAMA, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 158, p. 70, 17 ago. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução n. 431 de 24 de maio de 2011. Altera o art. 3º da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002 do CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 99, p. 123, 25 maio de 2011.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução CONAMA n. 469 de 29 de julho de 2015. Altera o art. 3º da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002 do CONAMA, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 144, p. 109 – 110, 30 jul. 2015.

BRASIL. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, LEI 11.445/2007. 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Presidência da República. Departamento da Casa Civil. Brasília, 2010.

CARBONARI, A. C.; PEREIRA, G. Z. D.; SILVA, M. E. E. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2011. 216 p.

CARDOSO, J. Composição dos materiais descartados na construção no município de São Carlos/SP. São Carlos, 2017.

CONSERBRÁS, Patos de Minas/MG. Disponível em: <http://www.consebras.com.br>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CONSTRUBUSINESS. Habitação, infraestrutura e empregos. In: Seminário da Indústria Brasileira de Construção, 4. 2001, São Paulo. São Paulo: FIESP/Ciesp, 2001.

COSTA, D. B.; ZANTA, V. M.; AMADEI, J. et al. Alternativa sustentável para destinação de resíduos de construção classe A: sistemática para reciclagem em canteiros de obras. Ambiente Construído, Porto Alegre-RS, v. 10, n. 3, p. 23-40, jul./set. 2010. ISSN 1678-8621.

DIAS, R. Gestão Ambiental: Responsabilidade social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 227 p.

DALTRO FILHO, J. et al. Gestão de resíduos na construção civil. São Paulo: Editora Civil, 2006.

EVANGELISTA, P. P. A.; COSTA, D. B.; ZANTA, V. M. Alternativa sustentável para destinação de resíduos de construção classe A: sistemática para reciclagem em canteiros de obras. Ambiente Construído, Porto Alegre-RS, v. 10, n. 3, p. 23-40, jul./set. 2010. ISSN 1678-8621.

FORMOSO, C. T. et al. As perdas na

construção civil: conceitos, classificação e indicadores de controle. São Paulo: Técnica, v. 23, 1996. 30-33 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Participação da Indústria da Construção Civil no PIB entre os anos de 2007 e 2018. IBGE, 2009. Tabela 1, p. 12. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2019/Tabelas\\_pdf/tab09.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2019/Tabelas_pdf/tab09.pdf). Acesso em: 15 dez. 2023.

I&T INFORMAÇÕES E TÉCNICAS EM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Relatório informativo das atividades do estudo de viabilidade técnico-econômica da reutilização de resíduos de Santo André. São Paulo, I&T. 1990.

JOHN, V. M. Reciclagem de resíduos na construção civil: Contribuição à metodologia de pesquisa e desenvolvimento. Tese (Livro Docência) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. 102 p.

MARCOCCI, Camila. Construção Civil: a importância do setor no país e novas tecnologias para o seu desenvolvimento. 2020. Disponível em: <https://certificacaoiso.com.br/construcao-civil-a-importancia-do-setor-no-pais-e-novas-tecnologias-para-o-seu-desenvolvimento/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

MARTINS, J. Planejamento econômico. Pini, p. 42-43, nov. 2012.

MIOTTO, J. L. Princípios para o projeto e produção das construções sustentáveis. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2013.

MONTEIRO, A. P. et al. Sustentabilidade e gestão de resíduos sólidos na construção civil. São Paulo: Editora Universitária, 2001.

MORAIS, G. M. D. Diagnóstico da deposição clandestina de Resíduos de Construção e

Demolição em bairros periféricos de Uberlândia: subsídios para uma gestão sustentável. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006. 201 p.

NADINE Voitille. Clique Arquitetura. s. d. Disponível em: <http://www.cliquearquitetura.com.br/artigo/sustentabilidade-na-construcao-civil.html>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z. D.; CARBONARI, M. E. E. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2011. 216 p.

PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. D. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004. 1001 p.

PMAM. Perspectivas del Medio Ambiente Mundial 2000: panorama general. PNUMA: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Nairobi/Kenia. 2000. 20 p. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/8219/-Global%20Environment%20Outlook%202000%20-19991609-spanish.pdf?sequence=11&isAllowed=y>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SJÖSTRÖM, C. Durability of Building Materials and Components. In: CIB Symposium on Construction and Environment: theory into practice. 23-24 de novembro de 2000. São Paulo, 2000.

SOUZA, U. E. L.; PALIARI, J. C.; AGOPYAN, V.; ANDRADE, A. C. Diagnóstico e combate à geração de resíduos na produção de obras de construção de edifícios: uma abordagem progressiva. Ambiente Construído, 2004; 4(4): 33-46.

VALVERDE, F. M. Agregados para

construção civil. Balanço Mineral Brasileiro. São Paulo/SP, 2001. 15 p. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes-economia-mineral/arquivos/agregados-para-construcao-civil.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VENTURINI, Mariana Maia de Almeida. Gerenciamento de resíduos da construção civil

baseado na gestão adotada pela prefeitura municipal de Belo Horizonte. Monografia Curso de Especialização Engenharia Civil (Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia e Construção Civil - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Janeiro 2014. 22-27 p.



## ILUMINAÇÃO PÚBLICA E A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Luciano Reis Burgos<sup>15</sup>

Revista O Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.13270356  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13270356)

---

<sup>15</sup>Bacharel em Administração de Empresas. Empresário há mais de 25 anos na área de Gestão de Vendas especializado em Iluminação Pública, Gestão de Resíduos e Recycling.  
E-mail: [luciano@lebrepresenta.com.br](mailto:luciano@lebrepresenta.com.br)

## RESUMO

Este estudo explora a importância da eficiência energética na iluminação pública e as iniciativas governamentais no Brasil voltadas para a promoção do uso de tecnologias mais eficientes. Ao longo das décadas, percebeu-se uma evolução significativa neste sistema, marcada por melhorias notáveis e oportunidades de aprimoramento contínuo. O Programa de Eficiência Energética (PEE) na iluminação pública, coordenado pela ANEEL e implementado pelas distribuidoras de eletricidade, auxilia as prefeituras na otimização da eficiência energética dos sistemas de iluminação. Adicionalmente, a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia estipulou parâmetros para o consumo específico de energia e previu a eliminação progressiva de lâmpadas incandescentes ineficazes do mercado. A eficiência energética é hoje uma preocupação global, com foco no uso prudente de energia, na redução de custos e na sustentabilidade ambiental.

**Palavras-chave:** Eficiência Energética, Iluminação Pública, Programas Governamentais, Tecnologias Eficientes, Sustentabilidade.

## ABSTRACT

*This paper discusses the significance of energy efficiency in public lighting and the governmental programs in Brazil that encourage the adoption of more efficient technologies. Over the decades, this system has seen substantial evolution, with visible improvements and potential for ongoing enhancement. The Energy Efficiency Program (PEE) in public lighting, coordinated by ANEEL and carried out by electricity distributors, supports municipal governments in enhancing the energy efficiency of lighting systems. Moreover, the National Policy for Conservation and Rational Use of Energy has set specific energy consumption criteria and planned for the gradual removal of inefficient incandescent lamps from the market. Energy*

*efficiency has emerged as a global concern, aiming at rational energy use, cost reduction, and environmental sustainability.*

**Keywords:** *Energy Efficiency, Public Lighting, Government Programs, Efficient Technologies, Sustainability.*

## 1 INTRODUÇÃO

A iluminação pública é um serviço fundamental para assegurar a segurança e o bem-estar dos cidadãos, bem como para valorizar os espaços urbanos. Contudo, o consumo de energia relacionado à iluminação pública é considerável e pode acarretar um custo significativo para os orçamentos municipais e estaduais. Neste contexto, a eficiência energética em sistemas de iluminação pública tem sido cada vez mais destacada como uma maneira de diminuir o consumo de energia elétrica sem afetar a qualidade e a segurança oferecidas.

A busca pela eficiência energética na iluminação pública surge como uma solução crítica para lidar com os desafios energéticos e ambientais urbanos. A diminuição no consumo de energia elétrica pode resultar em economias consideráveis para os cofres públicos e contribuir para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Assim, torna-se essencial realizar estudos e investigações que mensurem o impacto da eficiência energética na iluminação pública e que proponham abordagens inovadoras para este setor.

Neste cenário, a questão de pesquisa que direciona este estudo é: Como a eficiência energética na iluminação pública pode ser atingida através da implementação de tecnologias e práticas sustentáveis, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica e para o fomento de uma cidade mais sustentável?

O propósito principal deste estudo é examinar o impacto da eficiência energética na

iluminação pública, na diminuição do consumo de energia elétrica e na promoção de uma cidade ecologicamente sustentável. Para atingir este propósito, serão estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Identificar as tecnologias disponíveis para a eficiência energética na iluminação pública; Analisar as políticas públicas e estratégias de gestão para a promoção da eficiência energética na iluminação pública.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

No século XIX, o Brasil foi palco de eventos marcantes, como a proclamação da República em 1889, que desencadearam alterações na estrutura urbana do país. Essas mudanças foram impulsionadas por problemas como a falta de saneamento básico, escassez de água potável, acumulação de resíduos sólidos e epidemias frequentes. Além disso, a escassez de infraestruturas urbanas, como luminárias públicas, exacerbava a situação.

Segundo Maia (2019), o desenvolvimento da iluminação pública nas cidades brasileiras decorre de decisões governamentais do século XIX, visando melhorar os espaços públicos e a segurança.

No entanto, o progresso era lento, dependendo das condições econômicas de cada localidade e das políticas adotadas pelos líderes locais. Naquela época, diversas tecnologias foram exploradas para melhorar o sistema de iluminação pública, incluindo o uso de petróleo, gás e eletricidade. A figura 1 ilustra um caminhão Ford equipado com uma escada manual para manutenção de postes de iluminação elétrica da Light em São Paulo, em 1930.

**Figura 1:** Caminhão Ford equipado com escada de mão



**Fonte:** Acervo Fundação Energia e Saneamento (2023)

O sistema de iluminação pública foi introduzido ao público em Paris e Londres nas décadas de 1840 e 1850. Isso levou ao desenvolvimento de dispositivos capazes de gerar luz a partir da eletricidade, prometendo transformar a iluminação de ruas. Contudo, naquela época, a operação desses dispositivos dependia de baterias químicas, tornando o processo caro e limitado em autonomia. Como resultado, as demonstrações eram curtas e o número de dispositivos era reduzido (BERNARDO, 2007). A figura 2 mostra como a energia era armazenada naquela época:

**Figura 2:** Bateria



Fonte: Mundo da Educação (2023)

A iluminação pública é um campo crucial para a aplicação de medidas de eficiência energética, cujos benefícios vão além da redução do consumo de energia, incluindo a eliminação de tecnologias prejudiciais ao meio ambiente, redução de custos de manutenção e melhor gerenciamento do sistema de iluminação. Esses benefícios são destacados em três aspectos principais: eficiência, uso de energia renovável e redução de emissões de gases de efeito estufa (EURIPEAN PPP EXPERTISE CENTRE-EPEC, 2013).

Conforme Jesus (2010), a iluminação pública representa uma parcela significativa do consumo de energia dos serviços públicos, e sua eficiência é vital. Lobão (2015) acrescenta que os programas de eficiência energética nesse setor são populares devido às diversas opções para economizar energia, algumas podendo reduzir o consumo em até 50%.

Avaliando a iluminação pública do início do século passado, usavam-se lâmpadas suspensas ou cabos estendidos entre as fachadas. A lâmpada incandescente, que emitia pouca luz, precisava ser instalada em menor altura e maior quantidade do que as modernas lâmpadas de vapor metálico, que possuem maior capacidade de iluminação (MASCARÓ, 2016). A eficiência luminosa é influenciada por vários fatores, incluindo sua capacidade de atender às necessidades de desenvolvimento urbano, proporcionando conforto, satisfação, estímulo e segurança aos usuários, além de destacar a beleza dos locais e monumentos. É

crucial também controlar e minimizar o impacto ambiental, entre outros aspectos relevantes (MASCARÓ, 2016). Segundo Silva (2006), um dos primeiros serviços de energia elétrica adotados foi a iluminação pública, gradualmente implementada em toda a cidade.

Em 1963, predominavam as lâmpadas incandescentes, seguidas pelas fluorescentes e de vapor de mercúrio. Bernardo (2007) observa que a evolução das lâmpadas incandescentes sublinha a necessidade de desenvolver um dispositivo durável, que não dependa de insumos, para melhorar a praticidade e reduzir custos. A iluminação pública nas estradas data dos primórdios do uso comercial da eletricidade. Segundo Pereira (1954), em 1879, as primeiras luzes elétricas no Brasil foram registradas na Estação do Rio da Estrada de Ferro D. Pedro II, com a instalação de seis lâmpadas de arco "velas Jablochhoff".

Silva (2006) ressalta que as lâmpadas de vapor de mercúrio, devido à sua ampla capacidade de emissão de luz, eram frequentemente usadas em vias públicas, juntamente com lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão, posteriormente consideradas as mais adequadas para iluminação pública devido à sua eficiência luminosa. Na figura 3, vemos uma iluminação pública com lâmpadas de vapor de sódio, seguida, na figura 4, por lâmpadas de mercúrio.

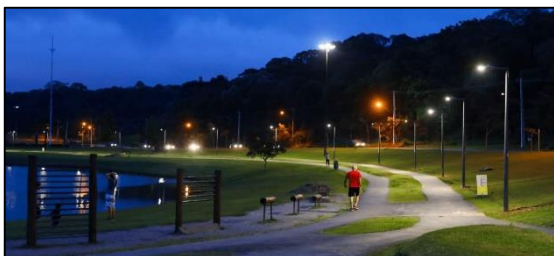
**Figura 3:** Aplicação de lâmpadas de vapor de sódio em IP





Fonte: RBA Iluminação (2021)

Figura 4: Aplicação de lâmpadas de vapor de mercúrio em IP



Fonte: Lumanti (2021)

Silva (2006) também destaca que, a partir das lâmpadas incandescentes, surgiram outros tipos de lâmpadas, como as de vapor de mercúrio, vapor de sódio, multivapores metálicos, lâmpadas de indução e, finalmente, LEDs. Com as mudanças nos estilos de vida e nas organizações sociais, o campo da iluminação pública está em constante evolução.

Desde a lâmpada até o excelente status do LED, o desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da iluminação. Esse avanço é positivo, considerando a qualidade de vida, segurança e ocupação do espaço público no comércio e turismo de uma perspectiva urbana. Na figura 5, temos a iluminação pública com lâmpadas de LED:

Figura 5: Aplicação de lâmpadas de LED em IP



Fonte: Philips (2021)

A Taxa de Iluminação Pública (TIP) ou Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) continua sendo um tema controverso dentro do escopo dessa legislação. Na realidade, as administrações municipais são responsáveis pela manutenção da iluminação pública, contudo, a maioria desses municípios não dispõe de recursos financeiros suficientes para tal finalidade (MANZIONE, 2004).

### 2.1.1 Principais recursos de iluminação pública

De acordo com Carli (2019), no Brasil existem iniciativas governamentais destinadas a projetos de iluminação pública mais eficazes em termos de consumo energético, empregando recursos e equipamentos mais avançados. Os critérios primordiais na seleção de projetos de iluminação incluem a eficiência energética relacionada ao desempenho, a fidelidade na reprodução de cores dos dispositivos e a sustentabilidade ambiental.

Aguera (2015) relata que o sistema contemporâneo de iluminação pública no Brasil começou na década de 1960, com o uso predominante de lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio para iluminar as cidades. Essas tecnologias demandam manutenção constante, tornando essencial a modernização dos projetos

de iluminação, que deveriam integrar lâmpadas, reatores e refletores eficientes, bem como tecnologias baseadas em software e fontes de energia renováveis. O objetivo desta seção é expor os principais recursos empregados na iluminação pública no Brasil e suas características distintivas.

resume os principais dispositivos usados na iluminação pública, suas propriedades e aplicações mais usuais (CARLI, 2016).

As lâmpadas mais utilizadas na iluminação pública globalmente incluem lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão (HPSV), lâmpadas de iodetos metálicos (MH), lâmpadas de vapor de mercúrio (MV) e lâmpadas de diodos emissores de luz (LED). O Quadro 1

**Quadro 1:** Principais equipamentos aplicados na iluminação pública.

EQUIPAMENTO	CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÕES
<b>Lâmpada a vapor de mercúrio em alta pressão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Eficiência luminosa até 55 lm/W</li> <li><input type="checkbox"/> Potência: 80 a 1000 W</li> <li><input type="checkbox"/> Aparência da descarga: Branco- azulada</li> <li><input type="checkbox"/> Aplicação: iluminação de vias públicas e áreas industriais</li> </ul>
<b>Lâmpada a vapor de sódio em alta pressão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Eficiência luminosa até 130 lm/W</li> <li><input type="checkbox"/> Potência: 250 a 400W</li> <li><input type="checkbox"/> Aparência da descarga: dourada</li> <li><input type="checkbox"/> Aplicação: iluminação externa, avenidas, auto-estradas, viadutos, complexos viários, portos, aeroportos, pátios e estacionamentos</li> </ul>
<b>Lâmpada multivapores metálicos de alta potência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Eficiência luminosa até 100 lm/W</li> <li><input type="checkbox"/> Potência: 250 a 3500W</li> <li><input type="checkbox"/> Aparência da descarga: branca e brilhante</li> <li><input type="checkbox"/> Aplicação: iluminação de grandes áreas</li> </ul>
<b>Lâmpada de LED</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Eficiência luminosa: 50 a 250lm/W</li> <li><input type="checkbox"/> Potência: 40 a 180 W</li> <li><input type="checkbox"/> Aparência da descarga: Depende do material utilizado em sua composição. Aplicação: semáforos de trânsito, na iluminação interna de automóveis e em outros equipamentos de sinalização. Já existem iniciativas de utilização em</li> </ul>
<b>Reatores</b>	Provocam um aumento de tensão durante a ignição e uma redução na intensidade da corrente, durante o funcionamento da lâmpada. Os reatores eletrônicos são os mais procurados por profissionais voltados ao uso eficiente da energia.
<b>Dimmer</b>	Tem como função variar continuamente a intensidade da luz de acordo com a necessidade.

<b>Circuitos de comando</b>	O comando da iluminação é realizado por relés fotoelétricos, que tem por função identificar o nível de iluminação natural e acionar ou desativar as lâmpadas, conforme o período do dia, noturno e diurno.
<b>Luminárias</b>	Abriga e fixa a lâmpada, e direciona a luz. Suas partes principais são: receptáculo para a fonte luminosa, refletores, difusores e carcaça.
<b>Braço de apoio</b>	Sustenta as luminárias e serve como eletroduto na proteção dos cabos de alimentação. Seu ângulo de fixação influencia diretamente na correta distribuição do fluxo luminoso.

**Fonte:** Eletrobras /Procel, 2011; Kruger & Ramos, 2016; Rodrigues, 2017; Shahzad, 2018.

Conforme Shahzad et al. (2018), os dispositivos listados no Quadro 1 são amplamente utilizados neste tipo de serviço e podem ser adaptados e melhorados para tornar a iluminação pública mais eficiente. Estima-se que a implementação de soluções de iluminação avançada, em vez de dispositivos tradicionais, possa resultar em uma economia de energia de até 40%.

### 2.3 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Conforme o especialista Silva (2005), preservar energia elétrica envolve ampliar a produção, diminuir o consumo de energia e de outros recursos, cortando custos enquanto mantém a qualidade do serviço e sua efetividade. Segundo a Iniciativa de Análise Energética (EAI, 2021), a eficiência energética é descrita como a proporção entre a energia útil, que é a energia efetivamente transformada no formato necessário para o uso final, e a energia total consumida pelos equipamentos, ou conjunto de equipamentos, durante o processo de conversão. O uso de dispositivos mais eficientes permite economizar energia ao realizar suas funções.

A relevância da eficiência energética ganhou destaque global após a crise do petróleo nos anos 70 e as crescentes preocupações ambientais nos anos 90, conforme aponta

Oliveira (2014). A eficiência energética passou a integrar as políticas energéticas de várias nações, incluindo países europeus, Estados Unidos e Brasil. Métodos de fornecimento de energia mais eficientes foram valorizados, conforme Farias e Viana (2019) destacam, possibilitando reduções na demanda por energia e nos custos associados, além de promover projetos para o uso eficiente da energia.

Ao longo dos anos, vários programas de eficiência energética foram estabelecidos no Brasil, sendo um dos principais o Programa de Eficiência Energética (PEE), criado pela Lei nº 9.991/2000. Este programa visa incentivar o uso racional de energia elétrica em todos os setores da economia, por meio de projetos que demonstram a importância e a viabilidade econômica de melhorar a eficiência energética dos equipamentos, processos e usos finais de energia (MME, 2018).

Em 10 de setembro de 2002, foi promulgada a Lei nº 10.295 de Eficiência Energética, que instituiu a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, estipulando níveis máximos de consumo de energia ou mínimos de eficiência energética para máquinas e equipamentos fabricados ou vendidos no país. Uma das iniciativas desta política, iniciada em junho de 2012, envolveu a retirada gradual de lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, começando com aquelas de potência

superior a 100 watts. Esta medida previu benefícios energéticos estimados em 10 TWh/ano, equivalentes a uma expansão de 2.433 MW na capacidade de oferta, resultando em uma economia aproximada de R\$ 6 bilhões em custos de geração, transmissão e distribuição (CEPEL, 2014).

## 2.4 ILUMINAÇÃO PÚBLICA E A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A busca pela eficiência energética é fundamentada em dois princípios essenciais: o reconhecimento de um problema existente — o desperdício de recursos — e a necessidade urgente de solucioná-lo, o que implica benefícios significativos derivados dessa solução. Nos sistemas de Iluminação Pública (IP), essa realidade é destacada por Barbosa (2000), que observa que as oportunidades para a eficiência energética não são uniformemente percebidas ou implementadas em todos os segmentos dos reatores. Portanto, a eficiência energética depende da percepção de problemas e da motivação para resolvê-los por cada parte envolvida na cadeia de produção e consumo de energia elétrica aplicada à IP.

Barbosa (2000) salienta que os desperdícios e ineficiências presentes ao longo da cadeia de produção e consumo de energia elétrica podem ser mitigados por meio da adoção de tecnologias que atendam às necessidades energéticas com o menor custo possível. Entretanto, um desafio na modernização da IP, conforme apontado por Barbosa (2000), é que, embora as medidas de eficiência energética sejam tecnicamente simples e operacionalmente viáveis, a sensibilidade ao custo inicial dos equipamentos muitas vezes impede a modernização do sistema.

Existe potencial significativo para melhoria da IP no Brasil. Diversas ações já foram tomadas neste sentido, no entanto, parece ser profícuo integrar-se as ações no planejamento da expansão do setor elétrico nacional, de forma que os esforços possam ser direcionados de

forma mais eficaz. (SILVA,2006) A evolução do sistema ao longo das décadas tem sido marcada tanto por melhorias visíveis, como mencionado por Luiz (2016), quanto por um potencial de aprimoramento, conforme observado por Silva (2006).

Com o intuito de otimizar o consumo de energia na iluminação pública, o governo brasileiro estabeleceu três programas específicos que fomentam o uso de tecnologias e recursos mais eficientes. Um desses programas é o Programa de Eficiência Energética (PEE), coordenado pela ANEEL e executado pelas distribuidoras de eletricidade, que visa apoiar as prefeituras municipais na melhoria da eficiência energética dos sistemas de iluminação pública. Globalmente, a eficiência energética tem se mostrado cada vez mais crucial para promover o uso consciente de energia e minimizar os custos associados à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

No Brasil, uma série de políticas públicas tem sido implementada ao longo das últimas décadas para incentivar a adoção de tecnologias mais eficientes e promover a conservação e o uso racional da energia elétrica. Entre essas políticas, destaca-se o Programa de Eficiência Energética (PEE), criado pela Lei nº 9.991/2000, que busca incentivar o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica da melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia.

Além disso, a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, estabelecida pela Lei nº 10.295/2001, definiu limites máximos de consumo específico de energia ou mínimos de eficiência energética para máquinas e aparelhos fabricados ou comercializados no país. Essa política também programou a retirada gradual do mercado de lâmpadas incandescentes ineficientes, com o



objetivo de proporcionar benefícios energéticos e econômicos substanciais para o país.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo é caracterizado como uma pesquisa exploratória e descritiva, que tem como objetivo investigar e descrever a relação entre a iluminação pública e a eficiência energética. Será realizado um levantamento bibliográfico sobre os principais recursos de iluminação pública e a eficiência energética, visando identificar as tecnologias mais eficientes e sustentáveis.

A coleta de dados foi realizada por meio de bases de dados eletrônicas e bibliotecas digitais para identificar artigos, livros e outros documentos relevantes para a pesquisa. Sendo selecionados estudos que apresentem informações sobre os principais recursos de iluminação pública e a eficiência energética, com ênfase nas tecnologias mais utilizadas atualmente e suas características técnicas e econômicas.

A análise de dados foi realizada por meio de uma revisão dos dados coletados, identificando as principais informações sobre os recursos de iluminação pública e a eficiência energética, visando descrever as tecnologias mais eficientes e sustentáveis. Cabe ressaltar que a análise comparativa dos diferentes tipos de tecnologias de iluminação pública pode estar sujeita a limitações devido à falta de informações detalhadas sobre as características técnicas e econômicas de cada uma.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Barbosa (2000), a eficiência energética na iluminação pública não só abrange a substituição de tecnologias obsoletas por inovações mais recentes, como as lâmpadas de LED, mas também implica uma percepção crítica sobre o consumo energético e a gestão de recursos. Este autor ressalta a

importância de identificar e implementar soluções que maximizem o uso eficiente da energia sem comprometer a qualidade da iluminação.

Silva (2006) destaca a potencialidade de melhoria contínua no setor da iluminação pública, salientando que a integração de ações de eficiência energética ao planejamento urbano e elétrico é crucial para alcançar resultados sustentáveis. A adoção de tecnologias como o LED, que Silva reconhece por sua superioridade em eficiência e controle, reflete diretamente nas discussões sobre custo-benefício e sustentabilidade a longo prazo.

De acordo com Luiz (2016), as melhorias na infraestrutura de iluminação pública são evidentes, mas ainda há um vasto potencial para expansão e aprimoramento. Este autor sugere que as políticas públicas devem enfatizar não apenas a substituição tecnológica, mas também a adoção de práticas de gestão energética, como os sistemas de controle e monitoramento mencionados, que podem efetivamente reduzir o desperdício e otimizar o consumo de energia.

A abordagem de Oliveira (2014) e Farias e Viana (2019) sobre a evolução histórica e a importância crescente da eficiência energética nos contextos global e nacional oferece um pano de fundo para entender a relevância dos programas como o PEE (Programa de Eficiência Energética), que se alinha com as normativas internacionais e as necessidades locais de desenvolvimento sustentável e redução de custos operacionais.

A discussão embasada nos trabalhos de Barbosa, Silva, Luiz, Oliveira, e Farias e Viana ilustra como a implementação de tecnologias avançadas, como as lâmpadas de LED, e práticas de gestão eficaz da energia, podem transformar significativamente o panorama da iluminação pública no Brasil. Essas mudanças não só atendem às demandas por serviços públicos mais eficientes e econômicos, mas

também contribuem para os objetivos ambientais globais de redução de emissões e sustentabilidade energética. A continuação dessas práticas é essencial para garantir que os avanços na iluminação pública continuem a beneficiar tanto as cidades quanto seus habitantes de maneira sustentável e econômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo sublinham a relevância de adotar tecnologias mais eficientes e ecológicas na iluminação pública, com o objetivo de diminuir o consumo de energia elétrica e otimizar a gestão dos recursos energéticos. Para avaliar a eficiência energética na iluminação pública, foram efetuadas medições do consumo de energia elétrica em vários locais da cidade, abrangendo diferentes tipos de luminárias, lâmpadas e tecnologias para controle da luminosidade.

Os resultados mostraram que a substituição de lâmpadas obsoletas por tecnologias mais avançadas, como LEDs e indução eletromagnética, resultou em uma redução substancial do consumo de energia elétrica. A implementação de dispositivos de controle de luminosidade, como sensores de presença e temporizadores, também provou ser efetiva na diminuição do consumo energético.

A análise também revelou que a qualidade da iluminação pública pode ser comprometida pela utilização de tecnologias mais econômicas. Por exemplo, foi observado que algumas lâmpadas LED tinham problemas relacionados à uniformidade da iluminação e à fidelidade na reprodução de cores. Portanto, é crucial buscar soluções que combinem eficiência energética com alta qualidade de iluminação.

Adicionalmente, os resultados indicaram que a implementação de sistemas de gestão da iluminação pública pode contribuir significativamente para a redução do consumo de energia elétrica. O uso de softwares para

controle e monitoramento da iluminação permite uma administração mais eficaz dos recursos, possibilitando a programação automática dos horários de acendimento e desligamento das luminárias, identificação rápida de falhas e avaliação do desempenho energético do sistema de forma integral.

Em resumo, os resultados confirmam a importância da eficiência energética na iluminação pública e demonstram que a adoção de tecnologias inovadoras e a implementação de sistemas de gestão avançados podem reduzir significativamente o consumo de energia elétrica e melhorar a qualidade da iluminação pública.

## REFERÊNCIAS

AGUERA, R. S. (2015). **Cenário brasileiro da iluminação pública**. São Carlos: USP. from [www.tcc.sc.usp.br](http://www.tcc.sc.usp.br) > tcc > disponíveis > publico > Aguera\_Roger\_Saraiva-tcc

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 3ª Ed. 2010..

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Manual do Programa de Eficiência Energética**.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução Normativa nº 414, 9 de setembro de 2010**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010414.pdf>  
Acesso em: 10 set. 2023

BARBOSA, R. **A gestão e o uso eficiente de energia elétrica nos sistemas de iluminação pública**. Dissertação (Mestrado em Energia). Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola

BERNARDO, L. M. **História da Luz e das Cores**. Porto: Universidade do Porto, 2007.

CARLI, R., Dotoli, M. & Pellegrino, R. (2019). **A Multi-Period Approach for the Optimal Energy Retrofit Planning of Street Lighting Systems**. *Applied Sciences*, v. 9(5), 1025. doi: 10.3390/app9051025

CEPEL. **Guia para efficientização energética nas edificações públicas: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica**(2014). from <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1985241>

/GUIA+EFIC+ENERG+EDIF+PUBL\_1+0\_12-02-2015\_Compacta.pd

DA SILVA, L. L. F. **Iluminação Pública no Brasil: aspectos energéticos e institucionais.** Dissertação (mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE. Rio de Janeiro, 2006.

GESEL (2011). **Eficiência energética na iluminação pública e o plano nacional de eficiência energética: Grupo de Estudos do setor elétrico.** Rio de Janeiro: UFRJ. Nov 19, 2019, from [http://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/48\\_TDSE42.pdf](http://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/48_TDSE42.pdf)  
IEI -International Energy Initiative (2019). **Projeto Geração distribuída, eficiência energética e o consumidor final: propostas para a realidade brasileira.** Retrieved Nov 23, 2019, from <https://iei-brasil.org/geracao-distribuida-eficiencia-energetica-e-o-consumidor-final-propostas-para-a-realidade-brasileira/> Acesso em: 15 set. 2023

JESUS, Rodrigo P. G. de. **Plano Diretor de Iluminação Urbana.** 2010. Disponível em: [://www.vitruvius.com.br/aquitextos/arq118\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/aquitextos/arq118_03.asp). Acesso em 20 nov. 2023

KRUGER, C. & Ramos, L.F. (2016). **Iluminação pública e efficientização energética.** Revista Espaço Acadêmico, n. 185, 37-49, 2016. 2019 Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/31530> Acesso em: 15 nov. 2023

LOBÃO, J.A. **Energy efficiency of lighting installations: Software application and experimental validation.** Energy Reports, v. 1, p.110-115, 2015.

LUMANTI. **Catálogo de Produtos.** Disponível em: <http://lumanti.com.br/blog/linha/lampadas/>. Acesso em 12 nov. 2023

LUMANTI. **O que é eficiência luminosa.** Disponível em:

<http://lumanti.com.br/blog/2019/03/29/o-que-e-eficiencia-luminosa/>>. Acesso em 12. out.2023

LUIZ, C. C (2016). **Estudo de eficiência energética em luminárias destinadas à iluminação pública na cidade de Jaguaruna-SC.** Joinville: UDESC. 2019, from <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/0002a/00002a9b.pdf>

MAMEDE Filho, J. (1998). **Economia de Energia Elétrica na Indústria e Comércio.** Mundo Elétrico, v. 344, 51-55.

MASCARÓ, Lúcia. **A iluminação do espaço urbano.** Porto Alegre: Masquatro Editora Ltda, 2006.

MME -Ministério de Minas e Energia (2018). **Iluminação pública municipal: Programas e políticas públicas.**

PEREIRA, D. A. **Iluminação pública.** General Electric S. A. Separata da Revista G.E., abr. 1954.Politécnica, Faculdade de Economia e Administração e Instituto de Física da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

PHILIPS. **Catálogo de Produtos.** Disponível em: <https://www.lighting.philips.com.br/prof>. Acesso em: 12 dez..2023  
RBA Iluminação. **Catálogo de Produtos.** Disponível em: <https://www.rbailuminacao.com.br/produtos/>. Acesso em: 05 dez. 2023

SHAHZAD, K., Cucek, L., Sagir, M., Ali N., Rashid, M. I., Nazir, R., Nizami, A. S., Al-Turaif, H. A. & Ismail, I. M. I. (2018). **An ecological feasibility study for developing sustainable street lighting system.** Journal of Cleaner Production, v. 175, 683-695. doi: 10.1016/j.jclepro.2017.12.057

SOBRAL, F. **Administração, teoria e prática no contexto brasileiro.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.



O Conhecimento  
é o horizonte  
de eventos.

**ISSN: 2966-0599**

[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

*Periódico Científico Indexado*



FAVENI –FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Teresa Rezende<sup>16</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.12740919  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.12740919)

NAVIRAI-MS  
2024

---

<sup>16</sup>Licenciatura em Química- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - 2002 a 2008;  
Licenciatura em História- Universidade do Paraná – 2020 a 2021;  
Especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 2022 a 2024.  
E-mail: [Rezende.teres@hotmail.com](mailto:Rezende.teres@hotmail.com)

## RESUMO

O breve estudo apresentado aqui busca destacar a importância de uma reflexão sobre a prática docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), através de uma análise concisa das estratégias pedagógicas e práticas educativas. Seu objetivo central é evidenciar a diversidade de literatura disponível sobre o tema, visando preparar os profissionais em formação para atuarem nesse contexto, compreendendo os saberes necessários para tal. É reconhecido que a abordagem pedagógica na EJA deve ser adaptada, levando em conta as particularidades dos alunos. Para isso, utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica, fundamentada em trabalhos anteriores e nas idéias de diversos teóricos que abordam essa temática. Conclui-se que há uma lacuna significativa na discussão sobre a prática docente efetiva, e que muitas vezes os professores enfrentam dificuldades sem o apoio adequado. Para alcançar um trabalho bem-sucedido, é essencial uma didática que promova o diálogo e a formação integral, crítica e participativa do estudante. Além disso, os professores precisam compreender a importância de avaliar seus alunos levando em consideração seus conhecimentos prévios, suas experiências de vida e as relações sociais em que estão inseridos, para que o processo formativo ocorra de maneira completa e duradoura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de Professores. EJA. Docência.

## INTRODUÇÃO

Neste estudo, será apresentada uma reflexão sobre a importância do papel do professor na formação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando a necessidade fundamental de que esses profissionais sejam acompanhados e preparados adequadamente para desempenharem efetivamente o papel de agentes de transformação na educação. A

docência na EJA desempenha um papel crucial na transformação de vidas, exercendo uma função de cunho social que vai além do óbvio.

É crucial ressaltar que os professores que optam por dedicar-se à docência na EJA enfrentam diversos desafios em seu cotidiano. Por esse motivo, é fundamental que estejam em constante processo de aprendizado e formação, a fim de melhor atender às demandas de seus alunos. Esse equilíbrio entre a dedicação à profissão e o tempo dedicado aos estudos muitas vezes torna o processo de ensino-aprendizagem mais complexo para os docentes.

Torna-se relevante destacar que a maioria dos estudantes que ingressam na EJA são adultos, geralmente com mais de 30 anos, que já formaram suas famílias e enfrentam o desafio de equilibrar estudo, trabalho e obrigações domésticas. Esse cenário frequentemente leva à desistência dos estudos. Diante dessa situação, é essencial que a abordagem pedagógica na EJA seja adaptada para acolher esses alunos e apoiá-los em sua jornada de transformação pessoal.

O propósito desta investigação é aprofundar a compreensão das estratégias, conhecimentos e habilidades essenciais para capacitar os profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a desempenhar suas funções de maneira eficaz. Reconhecemos que essa não é uma tarefa trivial, uma vez que tanto os professores quanto os alunos enfrentam diariamente desafios significativos e exigentes.

É crucial destacar que, diante das complexidades inerentes ao ambiente educacional da EJA, é fundamental que os profissionais estejam devidamente preparados e capacitados para lidar com as demandas específicas dessa modalidade de ensino. Portanto, esta pesquisa busca identificar e analisar de forma minuciosa quais são os saberes e competências necessários para garantir um ambiente de aprendizado eficiente e acolhedor, capaz de promover o desenvolvimento integral dos alunos na EJA.

Ao destacar a importância desse tema e

sua relevância para a sociedade em geral, buscamos aprofundar a compreensão da EJA e o papel fundamental desempenhado pelos docentes nesse processo formativo. A partir dessa análise mais detalhada, pretendemos evidenciar como o trabalho desses profissionais influencia diretamente na trajetória educacional e no desenvolvimento dos alunos.

Assim, o escopo desta pesquisa abarca não somente a identificação das habilidades e competências requeridas pelos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas também busca ressaltar a profunda relevância de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais inclusiva e educacionalmente equitativa. Reconhecemos que esses profissionais desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades educacionais para indivíduos de diferentes idades e origens sociais, atuando como agentes de transformação social. Nesse sentido, a pesquisa visa aprofundar a compreensão sobre como a atuação desses educadores na EJA não apenas impacta o percurso educacional dos alunos, mas também influencia positivamente o panorama educacional e social mais amplo, contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A importância da educação ao longo da história humana é incontestável, desde os tempos antigos até os dias atuais. No entanto, é evidente que, por diversas razões, muitas pessoas acabaram por não ter acesso à educação no momento adequado e na fase apropriada de suas vidas. Diante desse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como um recurso crucial para auxiliar no processo de formação desses indivíduos, especialmente no que diz respeito ao aspecto social de suas vidas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel significativo na promoção da inclusão educacional, oferecendo oportunidades de aprendizado a indivíduos que,

por diferentes circunstâncias, não puderam usufruir da educação formal em idades convencionais. Ao possibilitar que pessoas de diversas faixas etárias tenham acesso à educação, a EJA contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, ao oferecer oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Além disso, a EJA não apenas visa à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também se preocupa em proporcionar aos seus alunos habilidades sociais e emocionais essenciais para sua integração na sociedade e no mercado de trabalho. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos desempenha um papel crucial na democratização do acesso à educação e na promoção da igualdade de oportunidades, contribuindo para a formação integral e o empoderamento dos indivíduos ao longo de suas vidas.

*A Educação de Jovens e Adultos apresenta hoje uma identidade que a diferencia da escolarização regular e essa diferenciação não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade sócio-históricocultural (FERRARI e AMARAL, 2010, p.1).*

Desde 1930, quando a falta de oportunidades educacionais foi destacada como uma preocupação, começou um movimento para criar um modelo de ensino que pudesse remediar essa lacuna e proporcionar acesso à leitura, escrita e conhecimentos matemáticos a esses cidadãos. O objetivo era transformar suas vidas socialmente, incluindo-os mais plenamente na sociedade e garantindo-lhes uma maior dignidade.

Entretanto, os estudos nesse sentido eram conduzidos de forma irregular e variada até que, de acordo com o Artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/1996, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi oficialmente reconhecida como uma modalidade da Educação Básica. Isso significou que a EJA passou a admitir alunos com idade mínima de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio, fornecendo uma estrutura mais consistente e regular para esses estudos.

*Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).*

A educação tem sido um elemento fundamental ao longo da história da humanidade, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento individual e coletivo. No entanto, muitas pessoas, por uma variedade de motivos, encontraram obstáculos para acessar a educação no momento apropriado e na fase adequada de suas vidas. É nesse contexto que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma ferramenta vital para auxiliar no processo de formação desses indivíduos, especialmente no aspecto social de suas vidas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na promoção da inclusão educacional, oferecendo oportunidades de aprendizado a pessoas que, por diferentes circunstâncias, não tiveram acesso à educação formal em idades convencionais. Ao proporcionar essa oportunidade de aprendizado, a EJA contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, ao oferecer chances de desenvolvimento pessoal e profissional a uma ampla gama de indivíduos.

Além de transmitir conhecimentos acadêmicos, a EJA também se preocupa em desenvolver habilidades sociais e emocionais em seus alunos, essenciais para sua integração na sociedade e no mercado de trabalho. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos desempenha um papel significativo na democratização do acesso à educação e na promoção da igualdade de oportunidades, capacitando os indivíduos a se tornarem agentes ativos em suas próprias jornadas de aprendizado e desenvolvimento ao longo da vida.

*As classes de aceleração e a educação de jovens e adultos são categorias diferentes. As primeiras são um meio didático-pedagógico e pretendem, com metodologia própria, dentro do ensino na faixa de sete a quatorze anos, sincronizar o ingresso de estudantes com a distorção idade/ano escolar, podendo avançar mais rapidamente no seu processo de aprendizagem. Já a EJA é uma categoria*

*organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas. (PARECER CNE/CEB 11 DE 2000, p. 5).*

O parecer ressalta a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma categoria à parte no sistema educacional, cujo propósito é amenizar as disparidades socioeconômicas e culturais existentes na escola. Ao oferecer horários flexíveis e diversificados, a EJA busca reintegrar aqueles que porventura tenham perdido oportunidades de estudo, garantindo-lhes acesso a conteúdos específicos e metodologias adaptadas às suas necessidades individuais.

Em consonância com os ideais de Paulo Freire (2011), o ensino na EJA não deve ser encarado apenas como um processo de recuperação ou reparação, mas sim como uma oportunidade para promover a emancipação e a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos. Nesse contexto, o papel do educador é essencial para criar um ambiente de aprendizagem que reconheça e valorize as experiências de vida dos estudantes, enriquecendo-as por meio da troca de saberes e da reflexão crítica sobre a realidade em que estão inseridos. Assim, a EJA não apenas oferece uma segunda chance de escolarização, mas também representa um caminho para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

*O saber e a cultura populares são valorizados e o analfabeto considerado produtor de conhecimentos: a educação deveria ser, assim, dialógica e não bancária. Por isso, Paulo Freire propunha que, em lugar das cartas do ABC ou das cartilhas, a própria realidade do educando estivesse no centro do processo de alfabetização. (GALVÃO; SOARES, 2004, p.43).*

Partindo dessa premissa, é possível constatar que os autores mencionados enxergam o ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) como substancialmente distinto do modelo convencional de ensino na educação básica. Eles priorizam sempre o indivíduo como um ser único, reconhecendo nele um conjunto de conhecimentos prévios que devem ser valorizados e ampliados, não transformados ou subestimados.



Segundo esses autores, o processo de ensino na EJA não se limita a repassar conteúdos de forma unilateral, mas busca estabelecer uma relação de diálogo e troca de experiências entre educador e educando. Nessa abordagem, o papel do professor não é o de simplesmente transmitir informações, mas sim o de facilitar a construção do conhecimento, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento do pensamento autônomo nos alunos.

A visão dos autores sobre o ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não poderia ser mais inspiradora e motivadora. Eles enfatizam a importância de reconhecer e valorizar os conhecimentos prévios dos alunos, criando um ambiente educacional que os capacite e os empodere para se tornarem participantes ativos e influentes na sociedade. Essa abordagem pedagógica não se limita apenas a promover a aprendizagem significativa, mas também visa a moldar cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com questões sociais, criando assim uma verdadeira transformação no tecido social.

É emocionante perceber como essa perspectiva pedagógica na EJA não apenas busca transmitir conhecimento, mas também visa a cultivar um senso de responsabilidade cívica e engajamento social nos alunos. Ao reconhecer e valorizar os saberes prévios dos estudantes, os professores não apenas promovem a autoestima e a confiança dos alunos, mas também os capacitam a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Essa abordagem energizante e centrada no aluno não só fortalece o processo de aprendizagem, mas também inspira os alunos a se tornarem líderes e defensores de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## PRÁTICA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DOCENTE

A decisão de se dedicar ao ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é uma tarefa simples para o professor, considerando as inúmeras dificuldades que podem surgir ao longo do caminho. Uma dessas dificuldades

reside na idade dos alunos, que muitas vezes é semelhante ou até superior à do próprio docente. Isso pode afetar a dinâmica da sala de aula, tornando o estabelecimento de vínculos e diálogo desafiador para todos os envolvidos. Além disso, o professor da EJA deve estar preparado para acolher pessoas de diversas origens, culturas e etnias, assim como acontece na escola regular. No entanto, na EJA, esses alunos já possuem um acúmulo de experiências de vida, o que demanda uma abordagem mais cuidadosa por parte do educador. É necessário reconhecer e respeitar o conhecimento prévio desses alunos, incorporando-o ao processo educacional de forma a enriquecer a aprendizagem e promover um ambiente inclusivo e respeitoso. (GALVÃO, 2004).

*A diversidade se caracteriza pela variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. A ideia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes pontos de vista ou formas de abordar. (WEBER et al., 2009 p. 10).*

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se destaca pela sua característica intrínseca de diversidade, uma definição que surge do perfil variado dos educandos que a frequentam. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), que estabeleceu a idade mínima para a matrícula na EJA para quinze (15) anos no ensino fundamental, essa realidade tornou-se ainda mais evidente. A diversidade dos sujeitos na EJA abarca uma multiplicidade de aspectos, incluindo a diferença de idade, o fenômeno da juvenilização, aqueles que foram privados de educação na infância e adolescência, bem como os alunos que se tornaram "repetentes" ao longo de suas trajetórias escolares, enfrentando estigmas, exclusão e segregação. Além disso, a diversidade na EJA também engloba mulheres, pessoas negras, trabalhadores e analfabetos, refletindo a complexidade e a heterogeneidade dos alunos que frequentam esse tipo de ensino.

*É a maneira correta que tem o educador de, com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de entender o mundo. Respeitar a leitura de mundo do educando significa*

*tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. É preciso que, ao respeitar a leitura do mundo do educando para ir mais além dela, o educador deixe claro que a curiosidade fundamental à inteligibilidade do mundo é histórica e se dá na história, se aperfeiçoa, muda qualitativamente, se faz metodicamente rigorosa. (FREIRE, 2011, p. 120).*

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é essencial que o professor adote estratégias que reconheçam e valorizem o conhecimento prévio dos alunos, considerando suas experiências de vida e aprendizado. Nessa perspectiva, a prática pedagógica na EJA deve ser caracterizada pela autonomia, evitando a utilização de materiais educativos exaustivos e longos. Em vez disso, é fundamental priorizar o diálogo, as narrativas e os conteúdos que sejam pertinentes e aplicáveis ao contexto do cotidiano dos estudantes, proporcionando assim uma aprendizagem mais significativa e envolvente.

Ao priorizar o conhecimento prévio dos alunos, o professor na EJA não apenas promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso, mas também estimula a participação ativa dos estudantes em seu próprio processo educacional. Isso não só aumenta a motivação e o engajamento dos alunos, mas também fortalece sua autoconfiança e autoestima, contribuindo para um desenvolvimento mais integral e satisfatório ao longo de sua jornada educacional.

De acordo com Freire (2011), o trabalho do professor na EJA consiste em trabalhar com os alunos, não consigo mesmo. Isso implica pensar na docência na EJA, especialmente na alfabetização, a partir das necessidades e conhecimentos dos educandos. É fundamental compreender que as aulas não devem ser planejadas de acordo com as preferências do professor, mas sim com base no que os alunos trazem consigo e nas suas demandas de aprendizagem. Embora seja impossível para o professor atender a todas as necessidades de seus alunos o tempo todo, ele deve planejar suas aulas de modo a contemplar as diversas diferenças presentes em sua turma, buscando integrá-las de alguma forma. Essa abordagem reconhece a diversidade como um ponto de

partida, partindo dos diferentes saberes e sujeitos inseridos na sala de aula, e busca promover uma educação inclusiva e significativa para todos os alunos da EJA.

*O nosso é um trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. Gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas, porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recuar, de transgredir. Não sendo superior nem inferior a outra prática profissional, a minha, que é a prática docente, exige de mim um alto nível de responsabilidade ética de que a minha própria capacitação científica faz parte. É que lido com gente. Lido, por isso mesmo, independentemente do discurso ideológico negador dos sonhos e das utopias, com os sonhos, as esperanças tímidas, às vezes, mas às vezes, fortes, dos educandos. Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. Lido com gente e não com coisas. E porque lido com gente, não posso, por mais que, inclusive, me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica 16 em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa à problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna. (FREIRE, 2011, p. 141).*

Como mencionado pelo autor, o trabalho na Educação de Jovens e Adultos (EJA) demanda que o professor esteja familiarizado com diversas histórias de vida e com as variadas formas de aprendizado. Assim como na escola regular, na EJA os alunos apresentam uma ampla gama de características individuais: alguns aprendem rapidamente com instruções simples, enquanto outros exigem abordagens mais dinâmicas e personalizadas, que os levem a reconhecer a relevância do conteúdo em seu cotidiano para compreender sua necessidade e importância.

Da mesma forma, como proposto neste estudo, Pinto (2007) destaca a importância da autorreflexão por parte do docente, com o objetivo de avaliar criticamente se sua prática pedagógica está sendo coerente e abrangendo os aspectos demandados em sua conduta profissional. Essa reflexão contínua permite ao professor ajustar suas estratégias de ensino, garantindo que atendam efetivamente às necessidades e características individuais de seus alunos na EJA.

*Neste segundo sentido compete ao professor, além de incrementar seus conhecimentos e atualizá-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar com autoconsciência crítica sua*

*conduta e seu desempenho, com a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade. (PINTO, 2000, p. 113).*

O constante processo de reflexão sobre a prática pedagógica é essencial para o docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ele deve estar sempre avaliando se os objetivos educacionais estão sendo alcançados e se os alunos estão verdadeiramente absorvendo o conteúdo proposto. Caso identifique que os resultados não estão sendo alcançados como esperado, é fundamental que o professor busque estratégias diferenciadas para tornar o ensino mais eficaz e prazeroso para ambas as partes envolvidas.

Ao refletir sobre sua prática, o docente pode identificar áreas que necessitam de aprimoramento e adaptação. Isso inclui a avaliação da eficácia de suas abordagens de ensino, bem como a consideração das preferências e necessidades individuais dos alunos. Ao adotar uma postura reflexiva, o professor pode promover um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo na EJA, estimulando o engajamento dos estudantes e facilitando seu processo de aprendizado.

A reflexão contínua sobre a prática pedagógica desempenha um papel fundamental no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse processo não apenas permite ao docente avaliar seu próprio desempenho, mas também promove um aprimoramento contínuo do processo de ensino-aprendizagem. Ao buscar constantemente estratégias diferenciadas e eficazes, o professor pode enriquecer significativamente a experiência educacional, tornando-a mais cativante e gratificante tanto para ele quanto para seus alunos.

Ao se engajar nesse exercício de reflexão, o docente é capaz de identificar áreas de melhoria em sua prática pedagógica, adaptando suas abordagens de ensino de acordo com as necessidades e características individuais de seus alunos na EJA. Dessa forma, não apenas o processo de aprendizagem se torna mais eficaz e envolvente, mas também se fortalece a relação entre professor e aluno, promovendo um

ambiente de aprendizado mais colaborativo e enriquecedor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões suscitadas e da relevância de proporcionar uma educação de qualidade que capacite os estudantes para suas demandas cotidianas, promovendo seu desenvolvimento pessoal e intelectual, observa-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda enfrenta desafios significativos no sentido de implementar uma abordagem educacional respeitosa e enriquecedora nas salas de aula.

É fundamental destacar que o trabalho do docente na EJA não pode ser encarado como uma tarefa solitária. Ele depende não apenas de seu empenho e dedicação, mas também de uma estrutura adequada de apoio e recursos educacionais. Além disso, o professor precisa adquirir conhecimentos suficientes para orientar efetivamente seus alunos, uma vez que a formação específica em docência e práticas pedagógicas muitas vezes é escassa nas instituições de ensino superior. Assim, para que a EJA avance de forma significativa em direção a uma educação mais inclusiva e formativa, é necessário não apenas o comprometimento dos docentes, mas também investimentos em formação continuada e em uma infraestrutura educacional adequada, a fim de proporcionar um ambiente de aprendizado enriquecedor e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes adultos.

É crucial ter em mente que o aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) frequentemente já enfrentou desafios em sua trajetória educacional e pode estar buscando a oportunidade de formação como um último recurso, muitas vezes apenas visando obter um diploma. Para esses alunos, a educação representa a possibilidade de melhorar suas vidas e, portanto, merecem encontrar em sala de aula um professor devidamente capacitado e comprometido, que esteja disposto não apenas a ensinar, mas também a aprender diariamente com eles.

Encerrando, é importante refletir sobre a necessidade de os futuros educadores pesquisarem e se posicionarem ativamente sobre o tema, sendo criativos e criteriosos ao escolherem seu caminho profissional. É essencial reconhecer que, nas salas de aula da EJA, estão presentes indivíduos que muitas vezes depositam seus sonhos e aspirações de uma vida inteira, e cabe aos educadores oferecer um ambiente de aprendizado que os apoie e os inspire a alcançar seus objetivos educacionais e pessoais.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: . Acesso em: 05 de abril de 2024.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2010.

FONSECA, V. da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre. ARTEMED, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo (SP): Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011. 41

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GALVÃO, Ana Maria; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. In: BRITO FERREIRA, A. T. ; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de ; MORAIS, Artur Gomes de ; GUEDES, J. . Práticas dos professores alfabetizadores da EJA: o que fazem os professores, o que pensam os seus alunos?. Educação em Revista (UFMG. Impresso) , v. 29, p. 0102-4698-198, 2013

GIOVANETTI, Maria Amélia. **Núcleo de Educação de Adultos: pesquisa e formação**. Neja/UFMG. In: Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 32, 2000, p. 197-207.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1986.

MAKARENKO, A.S. **Poema pedagógico**. Trad. e apres. Tatiana Belinky. São Paulo (SP): Brasiliense S.A., 1985.

NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **As dez competências para ensinar e aprender no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. São Paulo, Ed. Cortez, 15 Edição, 2007.

RIBEIRO, Vera Masagão. **A formação de educadores e a constituição da educação de Jovens e Adultos como campo pedagógico**. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro, 1999.

ROCHA, Raquel da Silva; SOUZA, Solange Góis de. **Prática de alfabetização na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHON, D. **A formação de professores reflexivos**. Barcelona: Paidós, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. In: Educação & Sociedade. São Paulo, ano XXI, n.73,2002.





O Conhecimento  
é o horizonte  
de eventos.

**ISSN: 2966-0599**

[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

*Periódico Científico Indexado*